

Coleção Estudos Feministas



**FRONTEIRAS FEMINISTAS NA
PANDEMIA**

DIÁLOGO BRASIL – URUGUAI /2021



**Rosangela Schulz
Maria Lúcia Moritz
Vanessa Marx**
(Organizadoras)



Editora Polifonia

FRONTEIRAS FEMINISTAS NA PANDEMIA

DIÁLOGO BRASIL – URUGUAI /2021

Rosangela Schulz
Maria Lúcia Moritz
Vanessa Marx
(Organizadoras)



Editora Polifonia

Porto Alegre

2022

Dedicamos esta obra a todas as mulheres que
estão à frente da pandemia.

SUMÁRIO

Apresentando o Fronteiras Feministas.....	7
<i>Rosangela Schulz, Maria Lúcia Moritz</i>	
<i>Vanessa Marx</i>	

Parte I - O estado das políticas públicas na fronteira Brasil-Uruguai

Políticas de frontera 2021.....	21
<i>Magali Ivañez (Uruguay)</i>	
<i>Ane Cruz (Brasil)</i>	

Parte II - Ativismos de Fronteira e agendas feministas

Mulheres ocupam o lugar dos caudilhos nas ruas da Fronteira da Paz.....	53
<i>Luiza Araujo Damboriarena</i>	
<i>Tatiana Ribeiro</i>	

A experiência da Articulação Latino-americana de Feministas Antiproibicionistas.	
Por uma Primavera feminista antiproibicionista: quebrando estigmas, cultivando liberdades.....	64
<i>Luana Malheiro</i>	
<i>Rocío del Pilar Deheza</i>	
Ativismo de jovens feministas: revisitando o “Shortaço” na cidade de Pelotas-RS.....	75
<i>Carla Rosane da Silva Mota</i>	
<i>Isabela Assunção de Oliveira Andrade</i>	
Entrelaces entre os Coletivos feministas jovens em Pelotas e as Ocupações Estudantis de 2016.....	89
<i>Thaís Madruga Tabelaio</i>	
Por que pesquisar sobre uma ocupação feminista? Reflexões sobre estudos urbanos, feminismo, a luta coletiva das mulheres e a casa de referência Mulheres Mirabal.....	96
<i>Bárbara Rodrigues Marinho</i>	
O debate sobre o aborto na Câmara dos Deputados do Brasil e do Uruguai: análise dos pronunciamentos das parlamentares mulheres (1985-2016).....	110
<i>Luis Gustavo Teixeira da Silva</i>	
<i>Rosangela Schulz</i>	

Parte III - Pesquisas sobre feminismos de fronteira Brasil-Uruguai

Gênero e corpos fronteiriços: trajetórias de mulheres na cidade binacional de Aceguá (Brasil-Uruguai).....126

Hariagi Borba Nunes

Assédio moral e sexual na universidade: os desafios enfrentados pelas mulheres.....136

Dulcinéia Esteves Santos

Olhares interseccionais na análise das disputas proporcionais nos municípios brasileiros em 2016.....145

Diana de Azeredo

Atuação e sub-representação política de mulheres negras em tempos de pandemia: uma leitura sobre as eleições municipais de 2020 no município de Pelotas/RS.....159

Édna Alice Duarte da Rocha

Tatiéle Diniz Brites

APRESENTANDO O FRONTEIRAS FEMINISTAS

Rosângela Schulz¹
Maria Lúcia Moritz²
Vanessa Marx³

A ideia da publicação deste e-book é fruto do evento realizado virtualmente entre os dias 30 de setembro e 02 de outubro de 2021, denominado Fronteiras Feministas na Pandemia. Esta foi a quarta edição e deu continuidade ao diálogo, iniciado em 2015, entre as

1 Doutora em Ciência Política (UFRGS). Professora Associada do Departamento de Sociologia e Política (DESP) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Representação Política, Ativismo e Gênero (REAGE).

E-mail: rosangelaschulz@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8820-5083>

2 Doutora em Ciência Política (UFRGS). Professora Associada do Departamento de Ciência Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Projeto de Extensão Cruzando Fronteiras – Gênero e Migração na América Latina.

E-mail: maluciamor@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3402-6543>

3 Doutora em Ciência Política e Administração (Universidad Autònoma de Barcelona). Professora Adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC) e pesquisadora do Observatório das Metròpoles - Núcleo Porto Alegre.

E-mail: vanemarx14@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3595-2883>

ativistas feministas que atuam na fronteira Brasil e Uruguai. Desde então, os movimentos e organizações sociais feministas e de mulheres vêm se reunindo para debater as problemáticas que afetam as mulheres nas cidades fronteiriças, visando à construção de uma agenda política. Além das ativistas, em 2021, pesquisadoras e acadêmicas dos dois países se associaram para estabelecer uma parceria binacional entre Universidades e Movimentos de Mulheres e Feministas.

A primeira edição, ocorrida em 2015, foi resultado da parceria entre a Organização Não-Governamental (ONG) uruguaia Cotidiano Mujer⁴ e o projeto de extensão “Universidade Popular dos Movimentos Sociais: mulheres em diálogo de fronteira” (Departamento de Sociologia/UFRGS)⁵, realizada na fronteira Brasil-Uruguai, nas cidades Santana do Livramento e Rivera, reunindo mais de 70 mulheres dessa região (MARX; CELIBERTI, 2017)⁶. Posteriormente, ainda ocorreram mais dois encontros, um no ano de 2019, denominado “Jornadas Feministas de Melo”, envolvendo as cidades de fronteira Jaguarão/Rio Branco/Melo, com organização das Universidades do Uruguai (UDELAR) e do Brasil (UFRGS e UFPEL) e da ONG Cotidiano Mujer. Em 2020, em função da pandemia, o terceiro encontro que deveria ser presencial acabou ocorrendo no formato virtual, sem sede específica, denominado “Feministas en diálogo de Frontera: ¿Qué desafíos nos plantea la pandemia a las feministas en contexto de frontera?”. A convocatória para a sua realização partiu de coletivos feministas brasileiros e uruguaios e contou com o envolvimento de quatro Universidades (UDELAR, Centro Universitário de Rivera, UFRGS, UFPEL)⁷, consolidando

4 Página da Organização Cotidiano Mujer: <https://www.cotidianomujer.org.uy>

5 <http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/oficinas/oficina-de-rivera---2015.php>

6 MARX, Vanessa; CELIBERTI, Lilian. Diálogo de Mulheres de Fronteira no Contexto da Universidade Popular dos Movimentos Sociais: novas metodologias e agendas. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 119-133, jan/jul, 2017.

7 Neste ano, estiveram envolvidos os projetos de extensão da UFRGS: “Mulheres e Cidades”(os vídeos do projeto estão no YouTube do Grupo de Pesquisa Sociologia

ano a ano a parceria entre sociedade civil e academia. A edição de 2021, sediada em Pelotas, teve como promotores o Grupo de Pesquisa Representação, Ativismos e Gênero (REAGE)⁸, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPOL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em colaboração com os PPGs de Sociologia e de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidad de la República (UDELAR) e PPG de Sociologia da UFPEL, além da ONG uruguaia Cotidiano Mujer e a Articulación Feminista Marcosur⁹.

Ao idealizarmos o Fronteiras Feministas na Pandemia, traçamos como objetivo central dar seguimento ao fértil diálogo entre as Universidades e o ativismo social, destacando as demandas e as práticas dos movimentos de mulheres e coletivos feministas na conjuntura da pandemia. Tal reflexão foi possível devido ao intercâmbio entre as pesquisadoras e as ativistas/militantes de movimentos sociais e organizações não-governamentais; seus estudos e as realidades vivenciadas na região de fronteira dos dois países buscaram compreender o impacto da crise pandêmica sobre as mulheres e o quanto suas vidas foram negativamente afetadas. Assim, organizamos o evento com uma Conferência de abertura, dois Painéis e dois Grupos de Trabalho, buscando a relação entre academia e sociedade civil, ou seja, o diálogo entre saberes e práticas dos dois campos.

A realização do evento e a publicação deste e-book foram possíveis pela obtenção de financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) que se deu através do edital de nº 01/2021 - Auxílio para Organização de Eventos - AOE.

Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC: <https://www.ufrgs.br/gpsuic/>) e “Cruzando Fronteiras: gênero e migração na América Latina” (@cruzandofronteirasufrgs), além do projeto “Ciclo de Cinema Mulheres em Tela” da UFPEL.

8 Página do Grupo de Pesquisa REAGE <https://www.facebook.com/reage.ppgcpol/>

9 Articulación Feminista Marcosur <http://www.mujiresdelsur-afm.org.uy/>

A verba obtida também possibilitou a contratação de apoio técnico, quesito fundamental para garantir o pleno desenvolvimento do evento no formato virtual, como exigia a conjuntura da crise sanitária¹⁰. A proposta é disponibilizar gratuitamente o e-book e, assim, ampliar o público dando acesso aos trabalhos e ensaios nos Grupos de Trabalho, bem como a importante pesquisa sobre políticas públicas desenvolvidas nas cidades fronteiriças. Sem dúvida, o diálogo entre pesquisadoras e ativistas da sociedade civil ganha em qualidade, o que potencializa novas edições. Agradecemos à FAPERGS.

Para a conferência de abertura, intitulada Mulheres e Política em tempos de pandemia, convidamos duas professoras doutoras em Ciência Política, uma de cada um dos países: Constanza Moreira, Professora Titular da Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República (UDELAR) e Senadora da República pela Frente Ampla por dois mandatos consecutivos (2010-2020) e Céli Regina Jardim Pinto, Professora Emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora aposentada que está atuando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH-UFRGS).

Embora as conferencistas tenham trazido particularidades vinculadas aos seus interesses de pesquisa, suas trajetórias políticas e as conjunturas de cada país, as falas convergiram ao apresentar um panorama de retrocessos da agenda das mulheres e feministas na região em função da crise sanitária. As pesquisadoras destacaram que as desigualdades a que estão submetidas as mulheres nos países da América Latina, embora os avanços em termos de políticas implementadas nos períodos de governos progressistas no Uruguai e no Brasil, foram ampliadas com a pandemia. Segundo suas observações, as mulheres foram negativamente afetadas em vários aspectos de suas vidas, no mercado de trabalho, seja com a discriminação salarial, desemprego, trabalho informal, trabalho doméstico sem direito ao “fica em casa”; pois o isolamento social

10 Deixamos aqui um agradecimento especial à equipe técnica.

com intuito de conter a propagação do vírus, consolidou e ampliou a situação de violência de gênero e violência doméstica, como demonstram as elevações de índices no período da pandemia.

Em relação ao campo da política, as falas tratam dos avanços e retrocessos em termos de direitos sexuais e reprodutivos e, em especial, trouxeram o debate sobre paridade na representação política por gênero. A professora Constanza Moreira destacou os avanços recentes em países da América Latina no tocante ao direito ao aborto, em especial no Uruguai, na Argentina e no México. A professora Céli Pinto, de forma complementar, enfatizou os retrocessos experienciados pelo Brasil na conjuntura política atual, a qual denominou de “pandemia do ultraconservadorismo”. Por fim, as duas pensadoras trataram dos avanços e retrocessos na luta dos feminismos em busca da paridade de representação de gênero na política institucional, considerando que os dois países se caracterizam por sub-representação de mulheres nos parlamentos, com destaque para a forte atuação das poucas mulheres que conseguem adentrar o campo político.

O evento contou ainda com dois painéis: Painel 1: O estado das políticas públicas na Fronteira Brasil-Uruguai; Painel 2: Como se sustenta a vida na fronteira frente à precariedade. No momento da organização do evento, pensamos que os painéis deveriam focar nas problemáticas enfrentadas pelas mulheres na fronteira física entre os dois países.

Desta forma, o primeiro painel, coordenado pela professora Rosângela Schulz, foi dedicado à apresentação da pesquisa sobre políticas públicas (ou a ausência de políticas públicas) direcionadas às mulheres na região da fronteira entre os dois países, desenvolvida pelas pesquisadoras e ativistas feministas Magali Ivañez e Ane Cruz, texto intitulado Políticas de Frontera 2021 que compõe a Parte I deste e-book. A pesquisa trata-se de uma consultoria solicitada pelo Centro de Comunicación Virginia Woolf y la Organización Feminista Cotidiano Mujer do Uruguai, com o objetivo de produzir um

documento para reflexão e elaboração de políticas de enfrentamento às crises geradas ou aprofundadas pela pandemia. Como relatam as autoras, o estudo se concentrou na região de fronteira seca entre Brasil e Uruguai, foi desenvolvida em plena pandemia, exigindo a adoção por parte das pesquisadoras e da equipe de profissionais que contribuiu para o trabalho, medidas de prevenção ao contágio do COVID-19 estipuladas pelos dois países. Dessa forma, a crise pandêmica, foco central da análise, também se tornou um obstáculo a ser superado para a realização da investigação. As pesquisadoras selecionaram as medidas implementadas no Uruguai e Brasil para atenuar o impacto da crise sanitária, com foco em cidades da fronteira, em particular Rivera – Santana do Livramento; Artigas – Quaraí; Bella Unión – Barra de Quaraí; Río Branco – Yaguarón, Chuy – Chuí. Três temas foram selecionados para averiguação: violência de gênero; saúde e trabalho. O tema violência de gênero foi subdividido em três pontos: atenção a mulheres em situação de violência durante a pandemia; serviços de atenção a mulheres em situação de VBG em cidades fronteiriças; mulheres em situação de rua. Após a apresentação dos resultados e conclusões disponibilizadas nesta publicação, as investigadoras finalizam o texto com recomendações direcionadas tanto a organizações sociais quanto a organismos públicos, gerando assim a fundamental relação entre academia e sociedade na elaboração de políticas públicas.

O Painel II, coordenado por Lilián Celiberti, teve o objetivo de trazer narrativas de mulheres atuantes em movimentos sociais. Assim, foram convidadas para o diálogo: Sandra Mendes – do Movimento Sem Terra (MST); Maria Leci Vaqueiro – Remanescentes de Quilombo Ibicuí da Armada; Myriam Sa Rosa – Bella Unión. Sindicato Unico de Trabajadoras Domesticas SUTD/Uruguay. No painel, problemas técnicos relacionados à internet e à queda da energia elétrica na região rural, acabaram por limitar as falas de duas convidadas. A representante do MST (Brasil) relatou sobre sua vivência e a necessidade de luta por direitos das mulheres dentro

do movimento, pois muitas vezes as mulheres estão associadas a cuidadoras e isso tem impacto moral e físico, além de consequências psicológicas. Ela ainda ressaltou sobre o papel da mulher na economia, por serem as mulheres que cuidam das plantações e da ordenha, e mesmo assim seus trabalhos são sujeitos à administração de seus companheiros. A pandemia prejudicou o ativismo com a demanda de isolamento e maiores dificuldades para educação dos filhos. A representante do Sindicato Unico de Trabajadoras Domésticas SUTD (Uruguai) comentou a situação da mulher na fronteira e a realidade da trabalhadora doméstica e das demissões em massa na pandemia. Relatou que é um local onde se trabalha muito e não há uma seguridade social, o que se consegue é um auxílio mínimo do Estado no formato de cestas básicas e entre vizinhos, reforçando o papel da assistência social nessa luta por direitos. Além disso, destacou a necessidade de presença do movimento feminista nas lutas por ações concretas e evidenciou a desigualdade territorial, relatou a falta de apoio acadêmico, por exemplo. As pautas trazidas pelas entrevistadas abriram espaço para um diálogo sobre o cuidado como uma tarefa de sobrevivência que deveria ser mais valorizada e mais distribuída entre toda família e sobre a sensação de solidão de muitas mulheres em suas lutas por direitos. Os problemas técnicos enfrentados pelas palestrantes nos fazem perceber as limitações de fala a que estão submetidas grande parte das mulheres que vivem e atuam em movimentos sociais fora dos grandes centros urbanos. De forma simbólica, os problemas materiais retratam as dificuldades enfrentadas por essas mulheres para sustentar a vida na fronteira frente à precariedade, marcando a emergência de políticas públicas para as populações menos assistidas.

Os grupos de trabalho (GTs) tiveram dois eixos temáticos e abordaram os ativismos de fronteira e agendas feministas (GT1) e as pesquisas sobre feminismos de fronteira Brasil-Uruguai (GT2). No GT 1 foram apresentados seis trabalhos, cujas versões revisadas compõem a Parte II deste e-book. O GT 1 foi coordenado pelas

professoras Maria Lúcia Moritz (PPG Ciência Política/UFRGS e coordenadora do projeto de extensão Cruzando Fronteiras) e Simone Gomes (PPG Sociologia/UFPel e coordenadora do LAMOV¹¹). No capítulo escrito por Luiza Damboriarena e Tatiana Ribeiro, intitulado “Mulheres ocupam o lugar dos caudilhos nas ruas da fronteira da paz”, as autoras questionam a imagem mítica do gaúcho rio-grandense cuja construção demarca os papéis sociais e as relações de gênero. Aproveitando o 8M, feministas dos dois lados da fronteira ocuparam as ruas da cidade brasileira para fazer seu silencioso, mas eloquente, protesto. Os “caudilhos”, estancieiros e militares, que dão nome às principais ruas de Santana do Livramento foram “desalojados” e as placas de identificação passaram a estampar nomes de mulheres. Com esse ato, reconheceram e homenagearam a luta empreendida por Benedita da Silva, Dandara de Palmares, Nise da Silveira, Teresa de Benguela, entre outras, que lutaram e sonharam por um mundo melhor.

Na sequência, Luana Malheiro e Rocío del Pilar Deheza relatam a experiência do movimento antiproibicionista e sua articulação com outras organizações feministas da América Latina e Caribe no artigo “A experiência da Articulação Latino-americana de Feministas Antiproibicionistas. Por uma Primavera feminista antiproibicionista: quebrando estigmas, cultivando liberdades”. Tal articulação foi iniciada em Montevidéu, Uruguai, em 2017, com objetivo de debater a política de drogas a partir de uma perspectiva feminista e interseccional. Este encontro contou com a participação de ativistas, pesquisadoras, usuárias de drogas, cultivadoras, trabalhadoras do sexo e mulheres privadas de liberdade por crimes de drogas, de diferentes países latino-americanos. O terceiro capítulo, “Ativismo de jovens feministas: revisitando o Shortaço na cidade de Pelotas-RS”, de autoria de Carla Rosane da Silva Mota e Isabela Assunção

11 Laboratório de Ação Coletiva, Movimentos e Violência: <https://wp.ufpel.edu.br/crimeacoletivas/>.

de Oliveira Andrade, revisita o “Shortaço”, manifestação de jovens feministas ocorrida em novembro de 2015 em uma escola municipal na cidade de Pelotas/RS. Foi um ato contrário à proibição do uso de shorts no ambiente escolar, organizado pelas estudantes do Colégio Pelotense. Esse protesto se deu na chamada “Primavera Feminista”, período em que outras manifestações se alastram pelas ruas das principais cidades brasileiras, protagonizadas por jovens mulheres. As autoras refletem sobre a primeira experiência dessas estudantes como organizadoras de uma ação coletiva, tendo como pano de fundo o contexto de expansão do feminismo entre a juventude.

Thaís Madruga Tabela também se dedica a pesquisar os coletivos feministas jovens em Pelotas no capítulo “Entrelaces entre os Coletivos feministas jovens em Pelotas e as Ocupações Estudantis de 2016”. Seu estudo mapeou 14 grupos, sendo a maioria deles fundado no ano de 2016. A autora destaca que as manifestações políticas protagonizadas por mulheres nas últimas décadas é um fenômeno que não se restringe apenas aos grandes centros urbanos, cidades fora deste eixo também são cenário para a organização social, em geral e das mulheres, em particular. No caso da cidade de Pelotas, Thaís constata que a estruturação e a atuação do ativismo feminista passa pela presença dessas jovens mulheres nas Instituições de Ensino Superior, porém há uma forte conexão entre esses coletivos e a experiência das estudantes secundaristas quando da ocupação das escolas. A vivência dessas ocupações fomentou e impulsionou a construção desses coletivos na cidade.

No capítulo seguinte, sob o título “Por que pesquisar sobre uma ocupação feminista? Reflexões a partir da Casa de Referência Mulheres MIRABAL”, a autora Bárbara Marinho, traz sua reflexão sobre a experiência da Casa de Referência Mulheres Mirabal, espaço localizado em Porto Alegre/RS que acolhe e abriga mulheres vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de uma ocupação urbana, coordenada por mulheres, que busca a organização coletiva deste grupo visando emancipá-las e transformar suas vidas,

já que o poder estatal falha na sua atuação e não as protege. A partir deste estudo de caso, a autora propõe refletir criticamente sobre os modos de operar e de pensar as cidades, tendo o viés feminista como referencial epistemológico.

O capítulo nomeado “O debate sobre aborto na Câmara de Deputados do Brasil e do Uruguai: análise dos pronunciamentos das parlamentares mulheres (1985-2016)” que encerra a Parte II é de autoria de Luis Gustavo Teixeira da Silva e de Rosangela Schulz e aborda a temática do aborto a partir dos pronunciamentos das parlamentares brasileiras e uruguaias no decorrer de três décadas (1985 - 2016). O pesquisador e a pesquisadora constatam que há variações importantes na forma como este debate repercutiu no Brasil e no Uruguai, assim como o entendimento das representantes políticas acerca da interrupção voluntária da gravidez. Para essa análise comparativa, Luis Gustavo e Rosangela, estudaram os argumentos mobilizados pelas deputadas dos dois países para sustentar suas posições pró ou anti-aborto. O trabalho está balizado por duas questões: se há ou não uma relação entre a ampliação do direito ao aborto e o posicionamento das parlamentares; e a associação entre religião e a visão dessas mulheres sobre a temática. Mais especificamente, o efeito da perspectiva religiosa sobre os debates travados por elas em plenário em torno da referida questão.

A Parte III do e-book é composta pelos trabalhos apresentados no GT abordando as pesquisas sobre feminismos de fronteira Brasil-Uruguai. O GT 2 foi coordenado pelas professoras Vanessa Marx (PPG Sociologia/UFRGS e coordenadora do projeto de extensão Mulheres e Cidades) e Yandira Alvarez (UDELAR – Melo). Foram apresentados cinco trabalhos que compõem capítulos deste livro.

O capítulo “Gênero e corpos fronteiriços: trajetórias de mulheres na cidade binacional de Aceguá (Brasil-Uruguai)” de Hariagi Borba Nunes mostra como se constitui ser mulher fronteira em Aceguá-Acegua (Brasil – Uruguai). A partir dos estudos de gênero, feminismos decoloniais e teorizações sobre fronteira, a autora tenta compreender

a subjetivação ontológica entre habitar uma zona fronteiriça, a ilegalidade, e o contrabando em corporalidades generificadas pela categoria mulher. O objetivo geral da pesquisa resulta em entender como se constituem, experienciam e subjetivam corporalidades fronteiriças a partir da trajetória de vida intergeracional das mulheres. A temática é abordada através do estudo de uma família de cinco gerações de mulheres na cidade para saber a história das mesmas e sua relação com o território como forma de estudar a cultura e os fenômenos da região de fronteira por uma perspectiva negligenciada historicamente. A autora reforça o portunhol como linguagem fronteiriça e estabelece uma relação entre a linguagem e a mescla de culturas e costumes.

Na sequência, “Assédio moral e sexual na universidade: os desafios enfrentados pelas mulheres”, de Dulcinéia Santos, trabalha a partir de recorte de uma pesquisa quali-quantitativa, realizada pelo grupo do Programa de Educação Tutorial – Diversidade e Tolerância (PET-DT), iniciada em 2019, na UFPel. O objetivo da pesquisa foi obter informações sobre a existência de assédio moral e sexual, a partir de respostas das categorias que compõem o tecido social da UFPel. A autora tem como proposta estudar os casos de assédio moral e sexual na universidade através das entrevistas com as vítimas. O projeto ressalta como a mulher vítima de violência, como consequência do patriarcado, é uma realidade vivida em todos os âmbitos da sociedade, demonstrando como o meio acadêmico, que deveria ser um local de maior igualdade, precisaria criar ferramentas para modificar essa tendência.

Diana Azeredo no capítulo nomeado “Olhares interseccionais na análise das disputas proporcionais em 2016 e 2020 no Rio Grande do Sul”, a partir de olhares interseccionais, investiga quais foram as chances de sucesso eleitoral de brancos, brancas, negros e negras nas disputas por vagas no Poder Legislativo ocorridas nos anos de 2016 e 2020 no Rio Grande do Sul. A autora verifica o impacto da filiação partidária nas eleições brasileiras, mostrando diferenças

entre grupos ideológicos de esquerda e direita no recrutamento da sua base. Mostra que os primeiros estariam mais sensíveis às demandas de movimentos feministas e antirracistas, enquanto os conservadores teriam menos tendência ao comprometimento com pautas como o aumento da representatividade de mulheres e negros. Reconhece a possibilidades de aprimorar o estudo, observando variáveis como profissão e financiamento, além de outras unidades territoriais, e busca que a proposta possa contribuir para as reflexões acerca da representatividade partindo da perspectiva interseccional que pressupõe a articulação entre as opressões sexistas e racistas.

O capítulo que encerra a Parte III, “Atuação e sub-representação política de mulheres negras em tempos de pandemia: uma leitura sobre as eleições municipais de 2020 no município de Pelotas/RS”, de autoria de Édna Alice Duarte da Rocha e Tatiéle Diniz Brites analisa a atuação e representação de mulheres negras, no município de Pelotas, com foco especial nas eleições de 2020, ocorridas no contexto da pandemia. O trabalho descritivo e de abordagem qualitativa, busca se situar dentro do tema de raça e gênero. Demonstram como a demanda por representação em Pelotas levou ativistas, feministas e acadêmicas negras a lutarem por seu espaço na política. As autoras trouxeram dados sobre a dificuldade da inserção da mulher negra no poder público, e apresentaram os projetos desenvolvidos em Pelotas para que haja uma maior inserção desses grupos na representação da cidade.

Por fim, o evento foi encerrado com uma performance artística que buscou através da arte expressar a relação fronteiriça estabelecida entre mulheres feministas dos dois países. A performance nos foi apresentada pelo Grupo de Pesquisa Caixa de Pandora – Estudos de Arte, Gênero e Memória¹². As artistas, nosso imenso agradecimento!

12 Para conhecer o Grupo, ver: https://instagram.com/caixadepandora.ufpel?utm_medium=copy_link.

A relevância dos debates que aconteceram no evento, refletida no conteúdo dos capítulos apresentados nesta publicação, apontam para a importância de espaços que permitam não apenas compreender as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que vivem nas zonas fronteiriças, mas também que as políticas públicas elaboradas e implementadas para essas populações que compartilham realidades binacionais, tão próximas e ao mesmo tempo tão distantes, devem ser pensadas considerando a relação binacional. Lembrando que fronteiras construídas artificialmente não retratam a vida real dessas mulheres que intercambiam violências, desigualdades, medos, saberes e soluções que devem ser considerados no desenvolvimento de uma agenda política para a região.

Com esta coletânea pretendemos contribuir com os debates sobre gênero e feminismos de fronteira, aproximando e aprofundando o diálogo entre os movimentos sociais e a Universidade. Às ativistas, nosso agradecimento e nossa solidariedade pela resistência e luta empreendidas, especialmente durante a pandemia, quando as vidas das mulheres foram tão duramente impactadas.

Boa leitura!

As Organizadoras

PARTE I

O estado das políticas públicas na fronteira Brasil-Uruguai

POLÍTICAS DE FRONTERA 2021¹

Magali Ivañez² (Uruguay)
Ane Cruz³ (Brasil)

Presentación

El Centro de Comunicación Virginia Woolf y la Organización Feminista Cotidiano Mujer efectuaron un llamado para realizar una consultoría sobre “Políticas de Frontera 2021”, al cual nos postulamos y resultamos seleccionadas para realizarlo.

1 Corrección de estilo: Mario Clara.

2 Licenciada en Bibliotecología y Ciencias de la Información, con Pos Grado en Violencia Basada en Género en la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Actualmente es Profesora Adjunta de la Unidad de Enseñanza Virtual de Aprendizaje en la Facultad de Enfermería – UdelAR y Jefa del departamento de Bibliotecas de la Región Noreste. En dicho rol está a cargo de propuestas de Educación Permanente sobre Migraciones y Desplazamientos Humanos en América Latina con perspectiva de género y políticas públicas. Activista feminista y de DDHH. E-mail: magaly3@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4497-3907>.

3 Socióloga (Universidad Metodista), con Pos Grado en Género y Derechos de la Mujer en la Universidad Federal de RGS, Posgrado en Presupuesto y Políticas Públicas del Instituto Inesc/Brasília, Especialización en Políticas Públicas para Mujeres en Instituto Latino Americano de Desarrollo Económico Social - Fundação Friedrich Ebert , Capacitación en Integración Regional del Mercosur del Centro de Formación para la Integración Regional (CEFIR). Es activista autónoma del Movimiento Feminista en la Frontera Rivera-Livramento.

E-mail: anertc@gmail.com.

El objetivo que nos propusimos fue elaborar un documento que sirviera de base para la reflexión y elaboración de propuestas de acción colectiva en la frontera, que incluyera propuestas de lineamientos de políticas para hacer frente a las múltiples crisis generadas por la pandemia. Por lo tanto estas políticas analizadas son las políticas públicas o la ausencia de ellas.

Nos concentraremos en la región de frontera seca entre Uruguay y Brasil, con una longitud de 1068 km (Clemente, 2010), siendo una región altamente permeable social, económica y políticamente.

Para la realización de esta consultoría, nos apoyaremos en la teoría y el conocimiento práctico de la realidad. El equipo se conformó con profesionales de las ciencias sociales, con formación en Políticas Públicas y Violencia Basada en Género (VBG). Las investigadoras se vincularon con las personas entrevistadas representantes de las organizaciones civiles, así como con las instituciones públicas para acceder a la información oficial. El trabajo de indagación se efectuó entre los meses abril y agosto del 2021.

Las herramientas que se utilizaron están de acuerdo con las medidas de prevención adoptadas por los estados de Brasil y Uruguay ante la pandemia producida por el COVID-19. El trabajo se llevó adelante mediante una estrategia metodológica mixta apoyada en procesos cualitativos y cuantitativos. Los encuentros con las personas entrevistadas se realizaron por la plataforma Zoom. Se trató de entrevistas en profundidad y registros en formularios-encuesta. Además, se realizó el análisis de información disponible en las páginas web⁴, así como también se consideraron las entrevistas realizadas a las autoridades en la prensa, lo que permitió una aproximación al tema y acceso a datos de relevancia. Se realizaron entrevistas en profundidad a referentes de Organizaciones de la Sociedad Civil, de Colectivos Feministas de la región de frontera y las responsables

4 Página Web: Ministerio del Interior; Instituto Nacional de las Mujeres; Intersocial Feminista, Femicidio Uruguay.

técnicas de los Servicios Públicos: Ministerio de Desarrollo Social –Instituto Nacional de la Mujer (Inmujeres)–Uruguay, Prefeitura Municipal de Santana do Livramento –Centro de Referencia de la Mulher–, y Delegacia de Policia, Santana do Livramento. En total se realizaron 12 entrevistas. También se implementó el formulario–encuesta en forma presencial o virtual. Las entrevistas en profundidad se grabaron en audio con consentimiento verbal de las personas.

Se entrevistaron referentes calificadas de ámbitos institucionales vinculados a la salud, a la seguridad pública y a la atención de mujeres en situación de violencia. El objetivo de estas entrevistas a personas vinculadas con la política pública, pretendió lograr la comprensión de los aspectos legales para la implementación de mecanismos diferenciados en la protección de las mujeres que viven en zona de frontera.

Todas las personas entrevistadas fueron informadas de los objetivos del diagnóstico. En algunos casos se respetó el anonimato de su participación, pero se obtuvo el consentimiento oral en todos los casos.

Introducción

Las medidas sanitarias implementadas por los países para combatir los impactos del COVID-19 han sido diferentes. También las consecuencias a nivel social y económico son diferentes, pudiendo apreciarse que adquieren características semejantes en temas como salud, empleo y relaciones intrafamiliares. Las medidas adoptadas para controlar la expansión de la pandemia tienen serias consecuencias en un breve tiempo, a mediano y largo plazo. En el caso de Uruguay las medidas adoptadas fueron, el aislamiento o distanciamiento social, la reducción de la movilidad, la suspensión de clases presenciales, las restricciones en las actividades económicas, la instrumentación del teletrabajo, la flexibilización en el acceso al seguro de desempleo y mecanismos para implementar el subsidio por enfermedad.

Estas medidas, adoptadas en marzo de 2020, se han mantenido hasta mayo de 2021. Si bien no hubo una cuarentena obligatoria, todavía se mantienen tareas de vigilancia con presencia de patrulleros o controles policiales en puestos de frontera, con la finalidad de, mediante la presencia de las fuerzas del orden público, desestimular la circulación. Estas resoluciones también afectan aquellas actividades económicas que requieren la movilidad de personas, como es el caso de las ferias y de los espectáculos públicos, además del cierre de comercios. En el caso de la frontera se cerraron los Free Shop y se exhortó al cierre de los establecimientos de otros rubros, manteniéndose funcionando los mercados y farmacias. Esta disposición fue mantenida hasta mayo de 2021. Las actividades económicas se vieron afectadas con el cierre definitivo de algunos comercios y el envío al Seguro de Paro de sus empleados. El comercio informal, que moviliza un sector importante de la población, se vio reducido prácticamente a la inactividad total. La atención en salud se restringió a emergencias y personas con comorbilidades, ampliando las desigualdades ya existentes en nuestras sociedades (MSP, 2021).

En este trabajo se propone seleccionar algunas de las medidas adoptadas e implementadas en Uruguay y Brasil para mitigar el impacto de la crisis sanitaria ante el COVID-19, poniendo énfasis, como ya se ha mencionado, en la zona de frontera Uruguay-Brasil, particularmente en las ciudades de Rivera - Santana do Livramento; Artigas - Quaraí; Bella Unión - Barra de Quaraí; Río Branco - Yaguarón, Chuy - Chuí.

Puntualmente se revisará el impacto de género en las medidas adoptadas y la identificación de políticas específicas, trabajando sobre las dimensiones de violencia de género, salud, y trabajo.

Tabla 1. Población de las ciudades fronterizas

Ciudad Uruguaya	Población	Ciudad Brasileña	Población	Tipo de conexión
Bella Unión	18.406	Barrado Quaraí	4.227	Puente
Artigas	78.019	Quaraí	22.607	Puente
Rivera	64.465	S. do Livramento	76.321	Frontera Seca
Aceguá	1.511	Aceguá	4.347	Frontera Seca
Río Branco	14.604	Yaguarón	26.680	Puente
Chuy	9.675	Chuí	6.770	Frontera Seca

Fuentes: INE, Uruguay (2011) y INGE, Brasil (2011).

Violencia de género

La OMS (2021), publicó los resultados de los estudios que evidencian que la violencia contra la mujer es un problema “generalizado y devastador y que se empieza a sufrir a edades alarmantemente tempranas”. Aproximadamente 736 millones de mujeres (es decir, una de cada tres) son agredidas físicamente o sexualmente y los responsables son mayormente sus compañeros y, en un número menor, otras personas. Estos datos se han mantenido sin variación por más de un decenio.

Esta violencia empieza temprano: una de cada cuatro mujeres de entre 15 y 24 años que han mantenido alguna relación íntima habrán sido objeto de las conductas violentas de un compañero íntimo cuando cumplan 25 años (OMS, 2021).

Para entender el impacto que tiene sobre las mujeres y la sociedad estudiaremos dos elementos componentes en la actual situación, la violencia de género y el encierro/confinamiento recomendado como medida para reducir la expansión del virus.

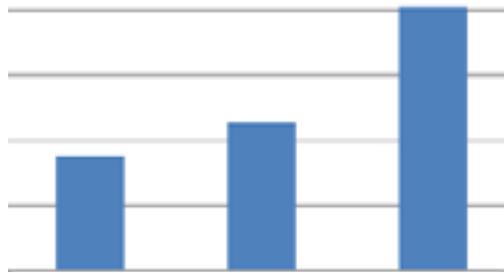
Lorente-Acosta (2020), sostiene que la violencia de género tiene tres elementos básicos que lo diferencian de otras violencias y condicionan las respuestas: el componente estructural, el objetivo de control y el aislamiento que tiene como consecuencia y que ante la actual situación actual de pandemia estos componentes se ven potenciados. En la situación actual de confinamiento los elementos de la violencia de género se acentúan, las mujeres quedan aisladas en los hogares, los ataques quedan impunes y es difícil salir de la situación de violencia, potenciándose además las reacciones violentas ante el mínimo estímulo.

La situación anterior al confinamiento se caracterizaba por un aumento de la violencia contra las mujeres. En 2019 se realizó en Uruguay la Segunda Encuesta Nacional de Prevalencia de Violencia basada en Género y Generaciones (MIDES, 2019). Los resultados indican que el 76,7% de las mujeres de 15 años y más que residen en Uruguay reportan situaciones de violencia basada en género. Representa aproximadamente 1,1 millón de mujeres. Con un incremento de cuatro puntos porcentuales respecto a la reportada en la medición de 2013. La violencia en el ámbito social es de 21,1% (aproximadamente 300.000 mujeres) en el año 2019, y del 54,4% a lo largo de toda la vida (aproximadamente 795.000 mujeres). La violencia sexual es la más frecuente, con un incremento desde 2013 de 8,3 puntos porcentuales (36,5% en 2013 y 44,8% en 2019). En el caso de las mujeres que reportan la violencia en los últimos 12 meses, las niñas, niños y adolescentes están presentes en el hogar cuando esto sucede. Por lo que se observa en los datos de 2019, el aumento de violencia continuaba y, ante la nueva situación generada por la pandemia, los datos se comportaron como en casos similares a catástrofes, es decir, que se preveía el aumento de la violencia por género.

El 20 de noviembre de 2020 el Ministerio del Interior (Ministerio del Interior, 2020) presentó el informe en el marco del Día Internacional de la Lucha Contra Todas las Formas de Violencia hacia la Mujer, con

datos recogidos de 2018 a 2020 (1 de enero a 30 de octubre del 2020). Si se comparan los datos aportados puede observarse el incremento de las denuncias realizadas en todo el país, 32.775 en 2018, 32.824 en 2019 y 33.004 en 2020 (Figura 1).

Figura 1. Denuncias de violencia doméstica, Uruguay, 2018, 2019, 2020



Fuente: Ministerio del Interior (2020).

Los datos de las denuncias por violencia doméstica y asociados por tipo de conflictos en el período enero/octubre 2020, arrojan que el 38,6% fue con familiares sanguíneos y políticos, 61,1% (ex) parejas o con vínculo afectivo/sexual, el 0,3% con personas que convivían pero eran ex parejas o familiares. Del 100% de los casos de violencia denunciados el 49,7% fue de violencia psicológica, el 41,8% violencia física de los cuales el 64,6% fue con lesiones), el 5,6% violencia sexual, 2,6% violencia patrimonial/económica, 0,3% por identidad de género. Del 100% de las víctimas el 71,2% son mujeres y 28,8% varones y de los indagados el 70,6% son varones y el 20,4% son mujeres. Las denuncias por violencia según la franja etaria pueden apreciarse en la Tabla 2 y los indagados por franja etaria en la Tabla 3. Estos datos se refieren al período enero/octubre de 2020. En lo que refiere al programa de tobillera se colocaron 1097 de estos dispositivos en 2018, 1650 en 2019 y 1720 de enero a octubre de 2020. De las aplicadas en 2020 el 87,7% fueron para parejas o ex parejas. Del 100% de las tobilleras aplicadas en 2020, el 4,1% fue para el departamento

de Rivera, igual porcentaje para el departamento de Rocha y el 2,8% para el de Artigas.

Tabla 2. Denuncia por violencia según franja etaria
(Enero/octubre 2020)

Franja etaria	Varones	Mujeres
0 a 12 años	49,2%	50,8%
13 a 17 años	13,9%	86,1%
18 a 38 años	17,6%	82,4%
39 a 58 años	32,4%	67,6%
59 y más años	43,1%	56,9%

Fuente: Ministerio del Interior, noviembre (2020).

Tabla 3. Indagados por franja etaria
(Enero/octubre 2020)

Franja etaria	Varones	Mujeres
13 a 17 años	75%	25%
18 a 38 años	79,4%	20,6%
39 a 58 años	79,6%	20,4%
59 y más años	93,3%	6,7%

Fuente: Ministerio del Interior (noviembre 2020).

Asimismo, según el informe mencionado, los delitos sexuales tuvieron un incremento del 19% entre 2019 y 2020, de las cuales el 80% de las víctimas fueron mujeres. Las víctimas de delitos sexuales según la franja etaria son altos, niños entre 0 y 3 años, 66,7% mujeres y 33,3% varones alcanzando, para las mujeres entre 13 y 17 años un 89.3%, llegando al 93,5% en mujeres adultas de más de 49 años.

Del mismo informe también surge que en 2020, del total de homicidios de mujeres, un 46% fue por “razones de género”, un 36% por “otros motivos”, encontrándose el 18% en indagación. De estas muertes un 32% fue víctima de sus parejas o ex parejas, un 25% fue sin relación con la víctima, un 18% por una persona amiga de la

víctima, otro 18% por vínculo desconocido y el 7% restante por un familiar.

Entre el 1 de enero y el 30 de agosto de 2021 se cometieron 16 feminicidios en Uruguay. Estos datos fueron aportados por la Coordinadora de Feminismos (2021), incluyéndose los datos tipificados por feminicidio por la justicia y otros casos de homicidios de mujeres.

Consideramos importante aclarar que la aparente disminución de las denuncias, no significa que la violencia de género haya descendido. Dos factores pueden incidir en esta percepción, la no recepción de las denuncias por parte del personal que atiende en las Comisarias y la dificultad de las mujeres para salir del encierro que ve disminuida su autonomía ante la proximidad del agresor.

Soledad Gonzalez (*apud* Oviedo, 2020), expuso su opinión sobre las medidas adoptadas por el Gobierno frente a la situación de la VBG en la pandemia: “Lo que tomaron es mínimo. Fortalecieron una cosa y debilitaron otra. No se tomaron mecanismos directos para la resolución de conflictos”, y desde su perspectiva “no hubo ninguna alteración en la situación pre y post coronavirus. Lo que en realidad sucede es que el sistema no está convencido de la gravedad y la urgencia que tiene el tratamiento de las situaciones de violencia”.

En Brasil aumentó la violencia doméstica durante la pandemia, haciendo del hogar un lugar de riesgo para la vida de las mujeres. Los datos del Foro de Seguridad Pública (Bueno *et al.*,2021) revelaron, por ejemplo, que en el período de la pandemia, las madres con hijos fueron las que más sufrieron. En esta época también ocurrieron 1338 feminicidios, con un fuerte aumento en el norte y el medio oeste del país. La consolidación de los datos de 2020 muestra un crecimiento del 2% de estos delitos en el país, en comparación con 2019. Según el mencionado informe, los casos de homicidios motivados por cuestiones de género aumentaron en 14 de las 27 Unidades Federativas. Tres de cada cuatro víctimas de feminicidio tenían entre 19 y 44 años. En la mayoría de los casos (61,8%) se trataba mujeres

negras. En general, el agresor era una persona conocida: el 81,5% de los asesinos eran parejas o ex parejas, mientras que el 8,3% de las mujeres fueron eliminadas por otros familiares. A diferencia de los homicidios comunes en los que, en general, hay una mayor prevalencia de armas de fuego, en estos casos se utilizaron más las armas blancas. En el 55,1% de los casos las muertes fueron causadas por cuchillos, tijeras, navajas o instrumentos similares.

Los registros policiales de violaciones y lesiones corporales se redujeron en 2020. La encuesta informó 230.160 agresiones contra mujeres, un 7,4% menos que el año anterior. Según Bueno *et al.* (2020), “es muy pronto para valorar si estamos ante una reducción de los niveles de violencia doméstica y sexual o si la caída solo estaría en los registros en un momento en que comenzaba la pandemia para extenderse, las medidas de aislamiento social fueron más respetadas por la población y muchos servicios públicos aún se estaban adaptando para garantizar la asistencia por inasistencia”⁵. A pesar de las reducciones observadas en los datos oficiales, habría indicios de que el escenario delictivo contra las mujeres ha aumentado: El número de llamadas al 190 (número de emergencia de la Policía Militar), subió un 16,3% y llegó a 694.131 llamadas por violencia intrafamiliar en 2020.

Las medidas de protección urgentes también aumentaron un 4,4% en 2020. Hubo 294.440 sentencias otorgadas por los tribunales brasileños, según el mencionado Foro. De acuerdo al informe, el país totalizó 60.460 denuncias por violación en 2020, con una caída del 14,1% en comparación con 2019. Aún así, esto representa un caso a cada ocho minutos. La mayoría de las víctimas son mujeres (86,9%) y tienen como máximo 13 años (60,6%). Del total de delitos sexuales, el 73,7% de los casos fueron contra víctimas vulnerables, es decir, menores de 14 años o personas incapaces de dar su consentimiento

⁵ Traducción libre.

u ofrecer resistencia. Entre los agresores, el 85,2% eran conocidos de la víctima.

Ante estos datos, el actual gobierno del Presidente Bolsonaro recorta en más del 50% el presupuesto federal para desarrollar políticas públicas dirigidas a las mujeres. Es el nivel presupuestal más bajo de los últimos diez años. Según el Instituto de Estudios Socioeconómicas (INESC), los recursos presupuestales autorizados en 2021 se redujeron en un 51,8% con respecto a 2020. En 2020 fueron R\$ 124,3 millones, este año 2021 el recurso autorizado es R\$ 59,8 millones.

Este recorte impactará negativamente en los programas estratégicos como la Construcción y Mantenimiento de la Casa de la Mujer Brasileña, Políticas de Igualdad y Enfrentamiento a la Violencia contra la Mujer; Call Center de la Mujer Disque 180/Disque 100 y funcionamiento del Consejo Nacional de Derechos de la Mujer.

Atención a mujeres en situación de violencia durante la pandemia

La atención de las mujeres en situación de violencia se ha visto impactada por el cruce de dos aspectos: la pandemia y el confinamiento. Inmujeres realizó la atención presencial y telefónica. Según declaraciones de su directora, Mónica Bottero, entre enero y setiembre de 2020 se atendió de forma presencial a 3500 mujeres, un 25% más que 2019 (de 14.976 a 18.706). En el mismo período se registró un incremento en las consultas telefónicas, de 1.933 a 7.232 y un descenso en la atención presencial de 13.043 a 11.474. El servicio telefónico de orientación a mujeres en situación de violencia doméstica entre enero y setiembre atendió 11.281 consultas, con un aumento de 1.301 llamadas en el mes de marzo, alcanzando a 2.231 en abril. A continuación se observa un descenso progresivo y alcanzando en setiembre 957 llamadas. Paralelamente al aumento de las denuncias o consultas se llevaba adelante una campaña de

concienciación a través de los medios, que invitaba a denunciar al 0800-4141 cuando se conocía a alguien que sufriera violencia de género.

Consideramos importante aclarar que la disminución de las denuncias de violencia de género en ambos países, no tiene relación directa con la no existencia de la violencia. Sin profundizar en este análisis, existen diversos factores, que seguramente inciden en estos resultados. La distancia y pasividad de las familias y los entornos de las mujeres víctimas de violencia, que no se involucran para ayudar a las mujeres a salir de la violencia y la no recepción de las denuncias por parte del personal que atiende en las Comisarias. También la necesidad de concurrir a realizar la denuncia está en función de la dificultad de las mujeres para salir del encierro que, ante la proximidad del agresor, ve disminuida su autonomía.

La Intersocial Feminista manifiesta que en la campaña “quédate en casa” se obliga a permanecer más tiempo en sus casas, pero, “la casa es el lugar más inseguro para mujeres y niños, es el lugar más seguro para evitar la propagación del virus COVID 19”. La Intersocial Feminista solicitó el incremento de los servicios especializados que atienden a víctimas de violencia de género, que además lo hagan desde una visión integral e interseccional. La creación de juzgados multimateria para el tratamiento integral de la violencia de género son los que posibilitan el tratamiento integral de la violencia de género, por lo que la creación de tres juzgados especializados propuestos por la vicepresidenta Beatriz Argimón, no es una solución.

Servicios de Atención a mujeres en situación de VBG en ciudades fronterizas

Se identificaron los siguientes servicios que atienden a mujeres en situación de VBG en las ciudades de frontera.

En las ciudades de Uruguay: Rivera cuenta con un Servicio de Atención a mujeres en situación de VBG (Convenio Fundación

Plemuu-Inmujeres) y el Dispositivo de articulación Territorial (DAT). También funciona la Unidad Especializada en Violencia Doméstica y de Género del Ministerio de Interior en la capital departamental y en la ciudad de Tranqueras.

Cerro Largo cuenta con un Servicio de Atención a mujeres en situación de VBG, (Convenio El Paso-Inmujeres) que incluye 4 dispositivos: Servicio de Atención de la ciudad de Melo (Recibe mujeres de Melo, Noblía, Aceguá, Fraile Muerto, Tupambaé y zonas rurales), el Servicio de Atención de Río Branco, Servicio de Atención a varones que ejercen violencia contra sus parejas o exparejas, Dispositivo de Articulación Territorial (DAT). Desde mayo de 2018, funciona un Servicio de Atención a mujeres en situación de trata sexual. Este Servicio tiene competencia regional, con bases en Melo, Rivera, Tacuarembó, Durazno y Treinta y Tres.

Artigas cuenta con el Servicio de Atención a mujeres en situación de VBG (Convenio -Inmujeres) con 2 dispositivos: Servicio de Atención de la ciudad de Artigas, Servicio de Atención de Bella Unión y el Dispositivo de Articulación Territorial (DAT);

Rocha también tiene el Servicio de Atención a mujeres en situación de VBG (Convenio -Inmujeres) con 2 dispositivos: Servicio de Atención de la ciudad de Rocha, Servicio de Atención de en Chuy y el Dispositivo de Articulación Territorial (DAT).

En las ciudades de Brasil: Sant’Ana do Livramento cuenta con un Servicio denominado “Centro de Referência Professora Deise” que atiende a mujeres en situación de violencia y vulnerabilidad. Se vincula a la Asistencia Social, y posee presupuesto propio, pero no saben informar el monto que se le otorga. La Secretaria da Saúde tiene un sector denominado “Saúde da Mulher”, que atiende específicamente a mujeres. No han respondido la solicitud de información. En la Delegacia de Policia en marzo de 2021 fue inaugurada la “Sala das Margaridas” que atiende específicamente a mujeres en situación de violencia. Esta Sala no pose financiación propia así como tampoco un equipo especializado para esta situación.

Quaraí tiene en la Secretaria Municipal de Educação, un sector denominado “Políticas Públicas para Mulheres”, pero no se cuenta con información sobre las acciones que desarrolla.

Jaguarão cuenta con un servicio denominado “Sala Lilás”, que atiende a mujeres en situación de violencia y vulnerabilidades sociales. La solicitud de información no fue contestada.

Mujeres en situación de calle

En abril de 2020 el MIDES generó más de 300 nuevos cupos en el Programa Calle, encargado de gestionar centros de atención dirigidos a hombres y mujeres solas, mayores de 18 años, en la modalidad de atención 24 horas. Este Programa está dirigido específicamente a personas mayores de 65 años y población de riesgo. Asimismo, se crearon dos Centros de Contingencia, uno para personas contagiadas de COVID-19 y otro para aquellos que deban realizar cuarentena. Además, se fortalecieron los planes del Instituto Nacional de Alimentación (INDA) y los montos de la Tarjeta Uruguay Social.

En la frontera no existe un Programa que atienda a las personas en situación de calle. En el caso de Rivera, se realiza un trabajo coordinado entre el MI, la Intendencia Departamental de Rivera y el MIDES, denominado Plan Polar, que durante los meses de invierno recoge a las personas que aceptan a pernoctar en el Refugio Municipal. Se trata de aproximadamente 20 personas en situación de calle, mayoritariamente varones. Los casos de las mujeres en situación de calle están vinculados a la problemática del consumo de sustancias y, en todos los casos, están asociados a situaciones de violencia. La asistencia al refugio es voluntaria, la mayoría no acepta asistir ya que no pueden concebir su vida sin consumo. En el caso de Melo existe un refugio pero no permite el ingreso de mujeres con menores de edad. En el caso de ingresar las mujeres, sus hijos son enviados transitoriamente al hogar del INAU.

Salud

“La pandemia del COVID-19 no es solo una cuestión sanitaria, sino que provoca una profunda conmoción en nuestras sociedades y economías. Además, las mujeres cargan con las labores de cuidados y respuesta frente a la crisis en curso. Todos los días, las mujeres —ya sea en la primera línea de respuesta o como profesionales de la salud, voluntarias comunitarias, gerentes de transporte y logística, científicas y muchas ocupaciones más— hacen aportes fundamentales para contener el brote. Asimismo, la mayoría de quienes prestan cuidados en los hogares y en nuestras comunidades son mujeres. Aun más, ellas corren un mayor riesgo de infección y de pérdida de sus medios de vida. Por último, la tendencia existente indica que, durante la crisis, hay un menor acceso a la salud sexual y reproductiva y un aumento de la violencia doméstica” (ONU Mujeres, 2020a).

Como se denomina ahora, la “pandemia en la sombra” (ONU Mujeres, 2020b), se incrementa en el confinamiento y el aislamiento en el hogar lo que conlleva a que el agresor aumente su poder y control. En la actual situación de confinamiento que viven la mayoría de las mujeres, es fundamental centrarse en la detección desde el ámbito sanitario, porque el impacto en la salud de las mujeres las lleva a solicitar atención médica. La detección de situaciones de violencia por parte de los médicos habilita una respuesta de todo el equipo sanitario.

En la encuesta nacional de *Prevalencia sobre violencia basada en género y generaciones* (MIDES, 2019), se deja en evidencia el impacto emocional de la VBG en el contexto de pareja o ex pareja a lo largo de toda la vida: 55,7% de las mujeres reportan depresión, angustia, tristeza o miedo, seguido de dificultades o alteraciones del sueño (39,5%). En cuanto al impacto físico, el 27% requirió atención médica por las lesiones infligidas. Como consecuencia de las agresiones, el 23,5% de las encuestadas estuvieron hospitalizadas. Los estudios realizados por Lorente-Acosta (2020), sostienen que en confinamiento la violencia

se hace continuada y repetida, las agresiones se dirigen a zonas anatómicas diferentes de las habituales, con aumento de la violencia psicológica y la violencia sexual, con fuerte impacto en los menores que están en el hogar. Todos son factores que los médicos deberían considerar cuando evalúan las consultas por otras patologías.

En Uruguay se estableció en las Metas Asistenciales (MSP, 2019) el “fortalecer los procesos asistenciales que promueven una atención integral, accesible y efectiva de la población en su conjunto” con un período de aplicación desde abril 2019 a marzo 2021. En la Meta 1, indicador X5 Género y Generaciones, prevé la capacitación de los equipos de referencia en el abordaje de situaciones de violencia hacia mujeres, niñas, niños y adolescentes en los centros de salud, tal como establece la Ley 19.580. La primera etapa de abril de 2019 a junio de 2020 establecía la capacitación en protocolos para el personal de salud al abordar los casos de violencia doméstica y violencia sexual. La capacitación estaba dirigida a médicos, enfermeros, psicólogos, parteras, Licenciadas en Trabajo Social, personal de servicios de emergencia, policlínicas y servicios de 2do. nivel. En la segunda etapa, de julio de 2020 a marzo de 2021, se contemplaba la realización de actividades de promoción a la salud en coordinación con instituciones educativas, deportivas, sociales o culturales.

Recientemente, el 20 de julio de 2021, el presidente de la Junta Nacional de Salud (JUNASA), emitió un comunicado donde se aprueban cambios sobre la Meta Asistencial 1 en la que se propone “reasignar” el monto disponible para el indicador sobre violencia basada en Género y Generaciones con el fin de “reforzar el incentivo económico de los indicadores de tamizaje de cáncer de colon, cuello de útero y mama”.

Sobre este comunicado la Intersocial Feminista lanzó la declaración: “Si se confirma esta noticia, sería un enorme retroceso en los pequeños avances que la política pública ha hecho para combatir esta pandemia silenciosa que se lleva a más de 30 mujeres por año y

condena a decenas de miles de mujeres y niñas a vivir una vida de violencia”. Adriana Tuana declaró:

“En los hechos, no sabemos qué van a hacer los prestadores de salud, pero sacar los recursos de la meta y reasignarlos es una forma de retroceder en un servicio que –siempre con necesidades de mejorar– estaba dando asistencia a miles de personas víctimas de violencia, tanto niñas, niños y adolescentes, como adultas. Por supuesto que el gobierno puede decir que cada prestador de salud puede seguir brindando este servicio, pero, si no lo hizo antes de que existieran las metas, ¿por qué vamos a pensar que ahora, sin la meta, lo va a seguir sosteniendo? El temor es que los prestadores dejen de dar prioridad y recursos a los servicios de atención en violencia y que algunos hasta dejen de existir”.

Trabajo

En el reciente informe de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL, 2021), se presentaron las consecuencias de la pandemia de COVID-19 y, en especial, el impacto sobre las mujeres, titulado “La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad”. La secretaria ejecutiva de CEPAL Alicia Bárcena (Bárcena 2021), analizó el tiempo que las mujeres dedican a los cuidados remunerados y no remunerados, siendo estos tiempos tres veces más que en el caso de los hombres, y que en la actual situación de confinamiento se han visto agravadas. Destacando la importancia de la autonomía económica de las mujeres, el 76% de las personas que realizan trabajo doméstico remunerado no cuentan con un empleo formal, lo que no les permite acceder al seguro de desempleo. En consecuencia 13 millones de personas en la región no son beneficiarias de esta cobertura. Bárcena expresa que “las mujeres están sobre representadas en los hogares pobres” y expuestas al desempleo. La carga de los cuidados se ha visto incrementada, en

el caso de Uruguay fue del 20%. Debe considerarse además, que los ingresos laborales de las mujeres son inferiores a los de los hombres.

Este informe demuestra que el impacto de la pandemia de COVID-19 afecta los ingresos y la calidad del empleo. Se calcula un 12% de desocupación de las mujeres en 2020, alcanzando el 22,2 %, si consideramos la participación laboral de la mujer en 2019. El informe calcula además que 118 millones de mujeres ingresarán a situación de pobreza (23 millones más que en 2019). Este cálculo es sobre la base de la inexistencia de medidas por parte de los gobiernos. La caída del PBI en América Latina y el Caribe fue de 7,7%. En el caso particular de las mujeres, debe considerarse que son las que realizan trabajos en los sectores de mayor riesgo, como el comercio y el turismo. El informe sostiene que “56,9% de las mujeres en América Latina y un 54,3% en el Caribe se encuentran ocupadas en sectores que se prevé un mayor efecto negativo en términos del empleo y los ingresos por causa de la pandemia”. En sectores como el de trabajo doméstico remunerado el 91,5% las empleadas son mujeres.

El Observatorio de la Organización Internacional del Trabajo (OIT, 2021), estima una pérdida de un 8,8% de horas de trabajo además de una disminución de la ocupación en 2020, que trajo como consecuencia, que el número de personas que salieron de la fuerza de trabajo fuera mayor que la de las desocupadas. El mismo informe sostiene que a escala mundial, las mujeres fueron las más afectadas por la disminución de la ocupación. Mientras que las mujeres tuvieron un descenso del 5,0% en 2020, los hombres tuvieron una disminución del 3,9%, evidenciándose así la disparidad de género en la participación en la fuerza de trabajo.

En cuanto al Uruguay, este informe explica que la participación de la mujer en la fuerza de trabajo es del 54,9% mientras que la del hombre es del 68%; a su vez, la mujer detenta un 48% de ocupación y el hombre un 62,4%; en cuanto a la desocupación, la de la mujer es de un 12,6% y la del hombre un 8,7%, la tasa de participación en el mercado de trabajo de los hombres es 1,24 veces la de las mujeres.

En el trabajo realizado por ONU Mujeres (2020b), sobre el aporte económico de las mujeres en Uruguay, se analizan las desigualdades económicas entre hombres y mujeres, especialmente el aporte económico que realizan las mujeres en Uruguay con su trabajo remunerado y no remunerado. Magdalena Furtado (ONU Mujeres, 2020 b), sostiene que por el tiempo que las mujeres dedican al trabajo no remunerado, disponen de menor tiempo para el trabajo remunerado y/o el buscar trabajo. Este tiempo dedicado al trabajo doméstico y de cuidados, a pesar de no ser remunerado tiene un gran aporte para la sociedad. “El trabajo no remunerado limita las oportunidades económicas y el disfrute de los derechos en particular para las mujeres porque, como sociedad, se ha naturalizado que recaiga mayoritariamente en las mujeres”.

Según el colectivo El Lado F de la Economía, los presupuestos prometidos por el estado uruguayo para atender la violencia de género, las inequidades de género y contribuir a la autonomía económica, se vieron debilitados ante las acciones de cierre y debilitamiento de programas como el Socat y Sistema Nacional de Cuidados respectivamente.

Por su parte la Intersocial Feminista de Uruguay, a través de la activista Valeria Caggiano (2021), denuncia también el ajuste del Estado que a través de un presupuesto nacional reduce la protección social en medio a una emergencia sanitaria y económica. Sostienen que no se visualiza la reactivación de sectores de la economía donde la mujer interviene mayoritariamente como el sector de la salud, cuidados y educación. La carga laboral de la mujer se vio duplicada en los hogares durante la pandemia, sumado además, la desarticulación de políticas sociales y servicios públicos, ya mencionados en el párrafo anterior.

En el caso de Brasil, las organizaciones “Género y Número” y “SOF (Organización Feminista SempreViva)” realizaron una encuesta en abril/mayo de 2020 informando que el 40% de las mujeres expresó que la pandemia y la situación de aislamiento social ponían en

riesgo el apoyo del hogar. La mayoría de las entrevistadas que tienen esta percepción son mujeres negras (55%), quienes al momento de responder a la encuesta tenían como principal dificultad el pago de las facturas básicas o el alquiler (Gênero e Número, Sempreviva Organização Feminista, 2020).

Ante la pérdida de puestos de trabajo y la inestabilidad de los ingresos, la ayuda de emergencia fue un beneficio importante para apoyar a las familias brasileñas. Sin embargo, ante las incertidumbres sobre la continuidad de la ayuda, el escenario de inseguridad alimentaria para las mujeres pobres, especialmente las mujeres negras e indígenas, está creciendo, ya que entre todas las familias con algún nivel de inseguridad alimentaria, el 32% son lideradas por mujeres negras o indígenas, como informado por “Gênero y número”.

Medidas adoptadas

En Uruguay la campaña de sensibilización se ha llevado a cabo a través de los medios de comunicación masiva.

- Establecer nuevos protocolos para el personal de la salud a través del programa Metas Asistenciales: Meta 1, indicador X5 Género y Generaciones.

- Instrumentar la compra de 500 tobilleras electrónicas, aspirándose a alcanzar las 2700 a finales de 2021.

- Convocar al Consejo Consultivo en materia de Violencia de Género con que se lanzó la campaña de difusión del 0800 4141 como recurso accesible para mujeres y familiares que viven en entorno de violencia.

- Acordar con la Suprema Corte de Justicia que los juzgados especializados en violencia de género extendieran los plazos de las medidas cautelares, medida que fue solicitada por las organizaciones feministas adheridas dentro de la Red Uruguaya contra la Violencia Doméstica y Sexual.

- Diseñar un sistema en conjunto con el Ministerio de Educación y Cultura que permitiera a niñas y niños solicitar ayuda a través de las computadoras portátiles del Plan Ceibal.

En Brasil la campaña de sensibilización se desarrolla a través de los medios de comunicación masiva:

Campaña Máscara Roxa: Fue lanzada en marzo de 2020 en Rio Grande do Sul, en Porto Alegre. Es una iniciativa que permite a las mujeres víctimas de violencia doméstica denunciar casos de agresión en las farmacias que tienen el sello “Farmácia Amiga das Mulheres” en Rio Grande do Sul, durante el período de aislamiento social debido a la nueva pandemia de coronavirus.

El acceso a la campaña es a través de farmacias. La mujer debe pedir la máscara morada, que es la contraseña para que el asistente sepa que se trata de una solicitud de ayuda.

La campaña es una iniciativa del Comité Gaucho ElePorElas, de ONU Mujeres, basándose en un convenio de cooperación suscrito por el Ministerio Público de Rio Grande do Sul, Tribunal de Justicia de Rio Grande do Sul, Poder Ejecutivo de Rio Grande do Sul, a través del Departamento de Políticas Públicas de la Mujer, Policía Civil y Brigada Militar, Defensoría Pública, ONG Themis - Género, Justicia y Derechos Humanos, Comité Latinoamericano y Caribeño de Defensa de los Derechos de la Mujer (Cladem), Agencia Moove, Grupo RBS y Rede de Associated Farmacias.

Otra iniciativa del movimiento feminista para enfrentar los feminicidios en Brasil fue la campaña “Levante Feminista” – Quem mata uma mulher, mata a humanidade. Se trata de una campaña permanente de denuncia de los feminicidios en Brasil. El Levante Feminista fue lanzado el 25 de marzo de 2021 y tiene Comités en todas las Unidades de la Federación.

Resultados

La información recabada para la presente Consultoría “Políticas de Frontera 2021”, evidencian un aumento de la vulnerabilidad de las mujeres durante el período de pandemia. Se constata que la situación se ve agravada por el alejamiento de los organismos que centralizan la ejecución de las políticas de VBG y la ausencia de Políticas de Frontera. Contrariamente de lo que se observaba entre 2010 y 2016, la Oficina Binacional de Frontera, (suprimida a partir de 2016), tenía como objetivo contribuir a “mejorar el acceso a documentación, protección social, salud y educación en los departamentos de Rivera (Rivera – Santana Do Livramento), Cerro Largo (Aceguá – Aceguá) y Rocha (Chuy-Chuí – Santa Vitória do Palmar”⁶).

En la actualidad no se cuenta con Políticas de Frontera que aborden la VBG. En algunas ciudades fronterizas se realizan acuerdos verbales entre las autoridades que permiten articular en situaciones puntuales. En el caso del Chuy se cuenta con una ONG que atiende a mujeres en situación de violencia y mantiene un vínculo con el dispositivo de violencia, intercambiando información. También se trabaja con la organización El Paso que atiende a migrantes en conexión con Organización Internacional de Migraciones. A pesar de tener coordinaciones con las ONG presentes en el territorio, siempre son relaciones particulares porque no existe un protocolo de trabajo articulado.

Se ha solicitado al Ministerio del Interior información sobre la existencia de políticas públicas diferenciadas para zona de frontera en relación a la VBG. También sobre el uso de tobilleras 2020 – 2021 y cuántas de ellas todavía permanecen activas. Este dispositivo pensado para funcionar en territorio nacional puede verse afectado al pasar a la ciudad vecina Santana do Livramento. Por esta razón, también se

⁶ Programa Integración de Políticas de Frontera: espacio de vida diverso y complejo. Convenio: MIDES CAF, 2010.

consultó cómo se comparte el sistema informático⁷ cuando la mujer ingresa al territorio brasileño y, en el caso de agresión, cómo procede el cuerpo policial de nuestro país para protegerla. Esta solicitud de información aún no ha sido respondida.

Por otra parte se solicitó al Instituto Nacional de las Mujeres información sobre el número de denuncias en 2019 y 2020, diferenciadas por departamento y ciudades fronterizas. Referente a los casos de denuncias de VBG el material que se presenta da cuenta de la cantidad de mujeres que han sido atendidas y que iniciaron un proceso de trabajo con los equipos técnicos de atención de los Servicios de Inmujeres.

Tabla 4. Indagados por franja etaria
(Años 2019, 2020 y *1º de enero - 31 de mayo de 2021)

Cantidad de mujeres atendidas en los Servicios de atención a mujeres en situación de violencia basada en género de Inmujeres, por departamento, según año de inicio de la intervención.			
Departamento	2019	2020	2021(*)
Artigas	146	130	42
Cerro Largo	112	116	7
Rivera	125	108	53
Rocha	94	112	33

Fuente: Sistema de Información de Género, Inmujeres -MIDES, en base a registros administrativos del Sistema de respuesta.

De acuerdo a los datos aportados, existe una disminución de violencia entre 2019 y 2020, siendo la tendencia del 2021 sensiblemente inferior. Los equipos en territorio ingresan los datos al sistema SMARC por cada mujer que ingresa al servicio. La otra forma de registro es una planilla mensual que incluye las nuevas

⁷ El programa de dispositivos electrónicos asociados a los casos de violencia de género se encuentra bajo la órbita de la Dirección de Monitoreo Electrónico, que funciona en el Centro de Comando Unificado. Desde allí se controlan todas las tobilleras electrónicas del país. El ofensor lleva una tobillera y un rastreador, y la persona en situación de violencia lleva solamente el rastreador.

situaciones de seguimiento, los tipos de violencia, la cantidad de consultas y cuándo se repiten.

Los datos diferenciados por localidades que colindan con sus ciudades gemelas de Brasil, solicitados a la dirección de Inmujeres para esta consultoría no fueron aportados.

Es relevante el comparar los datos y las intervenciones que se producen en cada territorio. Cada comunidad se comporta y responde de manera diferente ante situaciones similares y son atravesadas por complejidades propias de cada ciudad fronteriza.

Conclusiones

Podemos destacar varios puntos que consideramos clave a partir del trabajo realizado. Reafirmamos la importancia del trabajo interinstitucional para la intervención de la problemática social que representa la violencia basada en género. Se reconoce por parte de actores sociales, el rol de las organizaciones y/o colectivos feministas en la defensa y reivindicaciones de los derechos de las mujeres, así como el conocimiento que tienen del territorio desde su cotidianidad.

Consideramos que la situación provocada por el COVID19 y las medidas de prevención y control adoptadas por el Estado Uruguayo, especialmente la campaña “*quédate en casa*”, no visualizó la situación de extrema vulnerabilidad al que quedaron expuestas muchas mujeres, niños y adolescentes. La recomendación desde la propaganda y el comunicado genérico de Salud Pública, no consideró ni priorizó, las situaciones en las que la violencia basada en género era un aspecto central.

Las estadísticas presentadas por los organismos oficiales con disminución de denuncias deberían alertarnos, porque en período de pandemia la aislación es mayor y las mujeres ni siquiera podían llegar a denunciar a los Servicios de referencia. Cuando el Ministerio del Interior presenta la disminución de casos en las estadísticas, los datos se interpretan negativamente desde los colectivos y las

organizaciones sociales, debido a que se está reflejando el mecanismo de aislamiento que justamente, es uno de los mecanismos que la VBG utiliza para dominar a las mujeres.

Según expresan las entrevistadas, las mujeres que van a denunciar a las Comisarías, en los últimos tiempos se han encontrado con malas prácticas y que no se están siguiendo los protocolos de actuación, vulnerado así los derechos de las mujeres. Desde los Servicios se han elevado notas a la Dirección del Área de Género a través del Consejo Consultivo en materia de violencia de género, planteando las situaciones que quieren mostrarse como irregularidades. En todos los casos el Ministerio del Interior abre una investigación. Las denuncias sobre estas actuaciones irregulares también fueron presentadas por organizaciones y colectivos.

Consideramos que la carencia de diálogo representa la falta de empatía con la situación que están recibiendo. Esta situación impacta en los equipos de los Servicios para trabajar con la mujer entre lo que debería pasar y lo que debería haberse hecho cuando se va realizar una denuncia. En algunos de los departamentos fronterizos, cuando la denuncia se realiza en las Comisarías, éstas requieren que la denuncia se presente directamente en el Poder Judicial, lo que genera un patrocinio. El patrocinio lleva tiempo, quedando la mujer expuesta ya que no hay una valoración del riesgo en forma inmediata.

Desde el año 2020 no se ha dado continuidad a los acuerdos que existían entre Ministerio del Interior (Área de Género) e Inmujeres (Referentes del Programa Tobilleras) y el Poder Judicial. En los departamentos de la frontera se mantiene la *Comisión Departamental por una Vida Digna y Libre de Violencia*, que es presidida por la referente de Inmujeres en territorio⁸, siendo un espacio interinstitucional donde podría abrirse el diálogo.

Como resultado de los datos surgidos de la investigación, se percibe un claro retroceso en el tratamiento de la violencia de género,

⁸ En el caso del departamento de Rivera no cuenta con un referente de Inmujeres.

tanto en el Poder Judicial como en el Ministerio del Interior en el caso de Uruguay y de la Secretaría de Segurança Pública y en el Poder Judiciario en Brasil. Situaciones relatadas sobre el tratamiento de casos de VBG sucedidas en zona de frontera, indican que existe un retroceso en la mirada. Pensamos que esto se relaciona a la falta de preparación y a una impronta otorgada a los organismos actuantes actualmente, de una impunidad que habilita a ejercer el poder sobre las personas más débiles, en lo que ellos tienen como *mirada al más débil*.

Se puede deducir también que las políticas públicas dejaron de estar atravesadas por el género, perdiéndose la perspectiva de género como tal y, como consecuencia, su profundidad. Esto se manifiesta en las dificultades que empiezan a tener los Servicios en la respuesta institucional e interinstitucional. Los Programas desde los cuales se abordaban y se trabajaba de forma coordinada la VBG fueron cerrados. En el Uruguay se retiraron además los Programas como SOCAT, Jóvenes en Red, Soluciones habitacionales y, en Brasil, los programas como El Pacto Nacional de Enfrentamiento a Violencia contra as Mulheres, As Casas da Mulher Brasileira y la Rede Lilas, limitando los recursos necesarios para dar respuesta a la emergencia social provocada por la VBG.

Se consultó sobre la Red de Contención y Acompañamiento a Nivel Familiar a Mujeres en Situación de Violencia. En la mayoría de los casos las mujeres concurren solas a realizar la denuncia, tratándose de mujeres que, en general, están con las redes muy débiles, o desgastadas por la propia situación atravesada por la vulnerabilidad. En ciudades como Bella Unión y Chuy, se presenta la situación de mujeres que pertenecen a la misma familia, que vienen históricamente sufriendo violencia y cuando una de ellas llega al Servicio, lo comenta en su núcleo familiar y comienzan a llegar otras integrantes que también están en esa situación de violencia.

Otro tema que atraviesa esta realidad es el de abuso intrafamiliar, con un alto número de mujeres que se vieron expuestas a abuso

en la infancia. En el caso de Bella Unión y Rivera se encuentran muchos casos de familias de agresores que viven en asentamientos en concubinato o en pareja con mujeres de la misma familia. En estos casos, no hay un único agresor en la familia. Sobre todo en la región de frontera se da la situación de que el agresor es preso, pero permanece dentro de ese núcleo familiar otro integrante que pasa a realizar los mismos ataques. Esta es una variable que comenzó, a aparecer, según las personas entrevistadas, hace unos dos años.

Asimismo, en las ciudades de frontera Uruguay-Brasil, nos encontramos con una fuerte presencia de las iglesias evangélicas.

Compartimos la complejidad a la que se ven sujetas las mujeres al pertenecer a esas religiones. El pertenecer a estas iglesias, implica para las mujeres que viven situaciones de violencia, la imposibilidad de poder salir o hacer algún movimiento por cuenta propia, ya que no les es permitido cuestionar su lugar de mujer que, según la doctrina, sólo se vincula profundamente al rol de reproducción y cuidado. Consideramos que se requiere de estrategias de trabajo comprendiendo que en estas situaciones la mujer no puede iniciar ninguna acción. Para estas mujeres es impensable sostener un proceso, porque no les es permitido el cuestionar. Las creencias religiosas transmitidas dificultan, en estos casos, reconocer la problemática dificultando iniciar la búsqueda de ayuda. Sepúlveda (2016), sostiene que es "...una constante en el pensamiento religioso transmitido en las diferentes iglesias las ideas de sumisión, resignación y perdón que repercuten en la relación de pareja, motivando el seguir las normas impuestas por el varón sin mayores cuestionamientos..." incluso, "...reconociendo que el hombre está cometiendo actos graves, perdonarlos en tanto «hijos de Dios» y por tanto merecedores de nuevas oportunidades..."

Ante la crisis producida por la pandemia COVID-19, las zonas de frontera se han visto impactadas por las restricciones en la circulación de personas y de mercaderías, incrementando las violencias fronterizas sobre las personas (Lube, 2021). En el caso de mujeres

que viven en zonas de frontera, implicó una transformación en su cotidianidad y la dificultad de enfrentar el cuidado de sus familias. La dimensión de género no ha sido considerada, invisibilizando la participación de la mujer en las economías en las fronteras.

Recomendaciones

Para las organizaciones sociales:

- Avanzar en la articulación de las Organizaciones sociales y Colectivos Feministas para unificar una pauta en común de agenda;
- Ejercer un rol activo como fiscalizador de las políticas públicas estatales y apropiarse de esas políticas;
- Incrementar el acceso a la información sobre las políticas para poder ejercer control activo y analizar la situación real de las políticas públicas para las mujeres.

Para los Organismos Públicos:

- En el escenario de post pandemia resulta perentorio que los Organismos Públicos den prioridad a las políticas públicas dirigidas a las mujeres y disidencias, para enfrentar la violencia de género;
- Recomendamos a los Organismos Públicos estatales, municipales y federales, invertir recursos financieros y presupuesto en las políticas públicas orientadas a las desigualdades de género.;
- Con la ausencia de inversiones en las políticas públicas para las mujeres, se percibe la falta de experticia en las gestoras y gestores en temas relativos a las políticas públicas para mujeres, siendo así, recomendamos mayor formación y capacitación de funcionarias y funcionarios.

Referencias

BANCO MUNDO MUNDIAL AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. *Informe desigualdad salarial de género*, Uruguay, 2021. Disponible en: <https://www.telam.com.ar/notas/202103/546292-informe-banco-mundial-desigualdad-salarial-de-genero-uruguay.html>. Con acceso el: 20 mar. 2021.

BANCO MUNDIAL. *Jugar un partido desigual*; Diagnóstico de Género en Uruguay. Banco Mundial, Washington, DC, 2020. Disponible en: <https://www.bancomundial.org/es/country/uruguay/publication/mujeresuruguay>. Con acceso el: 20 mar. 2021.

BOTTERO, M. *El servicio de orientación telefónica a mujeres en situación de violencia amplía horario*. Montevideo Portal, 16 de julio de 2021. Disponible en: <https://www.montevideo.com.uy/Noticias/El-servicio-de-orientacion-telefonica-a-mujeres-en-situacion-de-violencia-amplia-horario-uc792385>. Con acceso el: 16 jul. 2021.

BUENO, S.; BOHNENBERGER, M; SOBRAL, I. A violência contra meninas e mulheres no ano pandêmico. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2021. Disponible en: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>. Con acceso el: 5 jun. 2021.

CLEMENTE, I. La región de frontera Uruguay-Brasil y la relación binacional: pasado y perspectivas. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 19, n. 1, p. 165-184, 2010.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad. *Informe Especial Covid-19*, n. 9, 2021. Disponible en: <http://hdl.handle.net/11362/46633>. Con acceso el: 3 jul. 2021.

COORDINADORA DE FEMINISMOS. *Feminicidio en Uruguay*. Disponible en: <https://sites.google.com/view/feminicidiouruguay/base-datos>. Con acceso el: 8 ago. 2021.

ESPINO, A. Y SANTOS DE, DANIELA. *Pandemia, Políticas Públicas y Desigualdades de Género en Uruguay*. Entidad de Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres, Montevideo, 2020.

GARCÍA CABEZAS, N. *Cifras y datos de violencia de género en el mundo*, 2020. Disponible en: <https://ayudaenaccion.org/ong/blog/mujer/violencia-genero-cifras/>. Con acceso el: 8 ago. 2021.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. (2020). *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. Relatório. São Paulo. Disponible en: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/relatorio>. Con acceso el: 3 jun. 2021.

INTERSOCIAL FEMINISTA. *En los períodos de crisis, la violencia de género se incrementa*, 2020. Disponible en: <https://www.pitcnt.uy/>. Con acceso el: 20 abr. 2021.

LORENTE ACOSTA, M. (2020). Violencia de género durante la pandemia y el encierro. *Revista Española de Medicina Legal*, v. 46, n. 3, p. 139-145.

LUBE, M. Las mujeres y las regiones fronterizas latinoamericanas. Movilidades, violencias y agencias. *Nuso*, n. 28, 2020. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/las-mujeres-y-las-regiones-fronterizas-latinoamericanas/>. Con acceso el: 25 abr. 2021

LUSTEMBERG, C. Elevantado pedido de informes al MSP ante modificación de meta asistencial que promueve la atención de violencia de género en centros de salud. *La Diaria*, 7 de agosto de 2021. <https://ladiaria.com.uy/feminismos/articulo/2021/8/elevantado-pedido-de-informes-al-msp-ante-modificacion-de-meta-asistencial-que-promueve-la-atencion-de-violencia-de-genero-en-centros-de-salud/>. Con acceso el: 10 ago. 2021.

MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL (MIDES). Inmujeres. *Segunda encuesta nacional de prevalencia sobre violencia basada en género y generaciones*. Observatorio sobre Violencia Basada en Género hacia las Mujeres, 2020. <https://www.gub.uy/ministerio-desarrollo-social/comunicacion/publicaciones/encuesta-nacional-prevalencia-sobre-violencia-basada-genero-generaciones>. Con acceso el: 13 jun. 2021.

MINISTERIO DEL INTERIOR (MI). División Políticas de Género y el Observatorio de Violencia y Criminalidad. *Datos estadísticos de violencia doméstica y de género*. Uruguay, 2020.

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA (MSP). *La respuesta de Uruguay en 2020 a la Pandemia de COVID -19*. MSP, OPS, Montevideo, 2021.

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA (MSP). Sistema Nacional Integrado de Salud. *Metas asistenciales. Meta 1 Niño, Niña y Mujer*. Montevideo, 2019. Disponible en: <https://www.gub.uy/ministerio-salud-publica/tematica/meta-1-nino-nina-mujer>. Con acceso el: 8 ago. 2021.

MINISTERIO DE SALUD PÚBLICA (MSP). *Atención de salud para las mujeres que han sufrido violencia de pareja o violencia sexual. Manual clínico para el Sistema Nacional Integrado de Salud*. Montevideo, 2018. Disponible en: <https://www.asse.com.uy/contenido/Manual-Clinico-SNIS-MSP-Protocolo-Institucional-de-Atencion-a-Personas-en-situacion-de-Violencia-basada-en-Genero-y-Generaciones-y-Fichas-Tecnica-10322>. Con acceso el: 8 ago. 2021.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). *Observatorio de la OIT: La COVID-19 y el mundo del trabajo*. Estimaciones actualizadas y análisis. 2021. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/briefingnote/wcms_767045.pdf. Con acceso el: 8 ago. 2021.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD (OMS). *La violencia contra la mujer es omnipresente y devastadora: la sufren una de cada tres mujeres*. 2021 <https://www.who.int/es/news/item/09-03-2021-devastatingly-pervasive-1-in-3-women-globally-experience-violence>. Con acceso el: 3 jul. 2021.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). *Declaración del Secretario General sobre la lucha contra la violencia de género y el COVID-19.2020^a*. Disponible en: <https://www.un.org/sg/es/content/sg/statement/2020-04-05/secretary-generals-video-message-gender>. Con acceso el: 20 abr. 2021.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). *Violencia contra las mujeres: la pandemia en la sombra*. 2020b. Disponible en: <https://www.unwomen.org/es/news/stories/2020/4/statement-edphumzile-violence-against-women-during-pandemic>. Con acceso el: 3 jul. 2021.

OVIEDO, M. Más llamadas, menos atención. En: *Violentadas en cuarentena*. 2020. Disponible en: <https://violentadasencuarentena.distintaslatitudes.net/>. Con acceso el: 8 ago. 2021.

SALVADOR, S. *El aporte económico de las mujeres en Uruguay*. Entidad de Naciones Unidas para la Igualdad de Género y el Empoderamiento de las Mujeres. ONU Uruguay, Montevideo, 2020.

SEPÚLVEDA, P. Creencias religiosas y violencia de género. Análisis de historias de vida de mujeres mayores en Chile (1940-2010). En: MONTESINOS, N.; GALVÁN, Souto (coords.). *Laicidad y creencias. Feminismo/s*, n. 28, p. 315-344, 2016. DOI: 10.14198/fem.2016.28.13

PARTE II

Ativismos de Fronteira e agendas feministas

MULHERES OCUPAM O LUGAR DOS CAUDILHOS NAS RUAS DA FRONTEIRA DA PAZ

*Luiza Araujo Damboriarena¹
Tatiana Ribeiro²*

Localizada na pampa gaúcha, Santana do Livramento, fronteira seca com a cidade de Rivera no Uruguai, conhecida como Fronteira da Paz, é um marco de práticas de integração antes mesmo da formação do Mercosul, onde dois povos vivem *hermanados* por culturas e afetos. Terra de grandes latifúndios, decorrente da distribuição de sesmarias, em sua maioria aos militares que ajudaram a demarcar as fronteiras nacionais, na qual durante muito tempo imperou a lógica coronelista, identificada com a figura dos grandes estancieiros e generais dos séculos passados, muitos deles referenciados nos nomes das ruas da cidade.

1 Graduada em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria, mestre e doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na área de estudos organizacionais. Fronteiriça e feminista, é uma das idealizadoras do Canal binacional (Brasil e Uruguai) de mídia independente Aqui e Allá.

E-mail: luizadamboriarena@hotmail.com.

Orcid: 0000-0001-9779-0843.

2 Graduada em Filosofia Licenciatura e mestra em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria, professora, feminista, integrante do Canal binacional (Brasil e Uruguai) de mídia independente Aqui e Allá.

E-mail: tatianaribeiro.07@gmail.com.

Esse território, sedutor por limites tão fluidos, que permitem uma convivência de reciprocidade entre os povos, se revela hostil quando colocado na perspectiva das relações de gênero. Uma vastidão de campo que exigiu certa brutalidade para domar as forças da natureza por aquele que teimou em aqui fazer morada, construiu também uma forma de ser estribada na figura do *gaucho platino*, um tipo mestiço, campeiro, nômade e rebelde.

A partir de um revisionismo histórico, foi forjada a figura do gaúcho mítico rio-grandense, que se afasta do gaúcho histórico, sem-terra e sem lei. Um tipo branco, heroico, elitista, no qual o peão tenta se mimetizar com o patrão, e cultua a honra e a virilidade como virtude. Honra essa, muitas vezes lavada com sangue das mulheres indomáveis, insubmissas e inadequadas, que não aceitaram sua tutela e ousaram ser livres. A mulher que ronda o imaginário desse gaúcho tem apenas dois papéis sociais a desempenhar: o de sagrada ou de profana, sendo a primeira dócil e obediente, representada como “prenda”; e a segunda objetificada como um corpo útil para a diversão, representada como “china”. Uma é adorada, a outra demonizada, uma merece honrarias, a outra (se preciso for) o fio da adaga.

Pr’além dessa dicotomia existem as mulheres reais, que se permitem ser o que quiserem, inclusive ambas as coisas, sagradas e profanas, dóceis e combativas, de todas as cores e etnias, de todas as orientações sexuais, políticas e religiosas, de todas as classes sociais. Essas, que desafiam os modos de vida impostos pela cultura patriarcal, não andam sozinhas. Elas atravessaram a rua, deram as mãos para as *hermanas* uruguaias e formaram um bando diverso, unido por ideais comuns, construindo binacionalmente o movimento feminista.

No dia 08 de março, costumeiramente, nos reunimos no Parque Internacional (território comum, onde passa a linha divisória) para caminharmos juntas, de um país ao outro, exigindo *nenhuma a menos/ni una menos e nenhum direito a menos/ni un derecho a menos*. Embora a data tenha sido romantizada e mercantilizada pela mídia hegemônica através da exaltação da feminilidade, dos valores

culturalmente relacionados a uma “natureza” feminina, como a maternidade, a pureza e a docilidade, características da figura da prenda, para nós feministas essa é uma data política. Símbolo da luta histórica das mulheres trabalhadoras contra o sistema patriarcal capitalista, pela igualdade de direitos e de oportunidades, pelo fim da exploração de classe e pelo fim da violência de gênero.

Em mais um ano pandêmico, no qual os protocolos sanitários dos dois países divergiram, não pudemos ocupar as ruas brasileiras com nossos corpos, mas ocupamo-las com mulheres que desafiaram as limitações de tempo, educação e renda, que conseguiram ultrapassar o destino que lhes foi traçado, muitas delas tornando-se inspiração e referência em suas áreas; com mulheres que tiveram coragem de sonhar e lutar por um mundo melhor para as novas gerações; e, também, com e por mulheres que tiveram seus sonhos abreviados pela violência de gênero. Como forma de reconhecimento, gratidão e honra à memória dessas, substituímos os caudilhos e generais, por seus nomes, nas placas das principais ruas da cidade de Santana do Livramento.

Nessa cultura fantasiosa, que venera a Revolução Farroupilha e tem como herói local um brigadeiro que leva nome de rua e de museu, o mesmo personagem que entregou os Lanceiros Negros para a morte na batalha conhecida como Massacre de Porongos, nossas heroínas são: Dandara de Palmares, Tereza de Benguela, Olga Benário e Rosa Luxemburgo. Símbolos de luta e resistência contra as opressões de raça e classe, contra o autoritarismo das ditaduras, mulheres revolucionárias cuja liderança estratégica teve peso fundamental no enfrentamento aos inimigos.

Nesse território, onde cultiva-se o hábito do mate e se vale do legado indígena sobre a lida de campo, promoveu-se o apagamento da memória dos minuanos e dos charruas, bem como a história dos negros, que com a força dos braços, construíram as cercas de pedras das estâncias dos coronéis.

O apagamento da riqueza histórico-cultural desses povos, menosprezados diante das colonizações de imigrantes europeus, acontece no silenciamento da sua religião, na perseguição velada àqueles que ousam(ram) não cultuar o mesmo deus punitivista, do medo e do pecado, ao mostrarem que podem ter nenhum ou vários deuses, com referências na natureza ou na sua ancestralidade.

No silenciamento da música daqueles que, com seus instrumentos e seu gingado, alegam nossa dança, ao som de seus cavaquinhos, repiques e tan tans, preteridos ao som da gaita e do *guitarrón*. Na desvalorização da sua estética, quando têm sua negritude questionada pelo desconhecimento acerca das discussões sobre colorismo, sua beleza desqualificada, enquanto o padrão socialmente aceito ainda é o branco europeu.

Por isso homenageamos Clara Camarão, Sônia Guajajara, Carolina Maria de Jesus, Mãe Beata de Iemanjá, Lia de Itamaracá, Conceição Evaristo, Leci Brandão, Teresa Cristina e Dona Ivone Lara, como referências indígenas e negras que se destacaram na música, na literatura, na política e na religião.

Ainda sobre arte e cultura, por esses pagos assistimos o tradicionalismo ser difundido monocraticamente, como cultura única que tem como personagem central a figura do gaúcho rio-grandense. O gauchismo é construído e difundido, fundamentalmente, por meio do Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG), entidade cívica que estabelece e regulamenta as diretrizes ideológicas dessa identidade específica, reforçada pelo Centro de Tradições Gaúchas (CTG) que mantém essa cultura viva e operante.

Para expandir os horizontes culturais e atentar para a riqueza e diversidade dessa terra, lembramos que a fronteira já foi um espaço cosmopolita, sobretudo na época de instalação do frigorífico Armour, que atraiu tanto os capitalistas ingleses e estadunidenses, como um proletariado de diferentes partes do mundo, especialmente imigrantes europeus anarquistas, sem deixar de destacar os povos árabes e sua importância no desenvolvimento do comércio local.

Nessa época de abundância e efervescência cultural, passaram por aqui grandes companhias de teatro, existiram muitos cinemas, jornais, times de futebol, assim como movimentos sindicais e operários, a exemplo da Liga Comunista de Livramento, uma das primeiras organizações comunistas do país. Rota de abrigo e passagem para exilados da ditadura, aqui também se estabeleceu uma rede clandestina de solidariedade, em tempos obscuros da nossa história.

Infelizmente, isso faz parte de um passado saudosista no qual as mulheres foram negligenciadas como se não fossem agentes dessa construção histórica. Lamentamos que as mulheres que aqui atuaram não tenham sido historiografadas por essa hegemonia masculina no campo da escrita. Por isso, escolhemos estampar as ruas com mulheres artistas e escritoras de inspirações variadas, como as brasileiras Tarsila do Amaral, Pagu, Fernanda Montenegro, Elis Regina, Clarice Lispector, Leila Diniz, Petra Costa, Márcia Tiburi.

Nesse solo de tradição agropecuária, onde o trabalhador do campo é identificado majoritariamente com a figura masculina, é fundamental enaltecer o trabalho e a luta das trabalhadoras rurais, por sua relação profunda com a terra, como guardiã das sementes e esteios da agricultura familiar.

Essas mulheres que lutam pela soberania alimentar, contra o capitalismo colonial e extrativista, constroem um feminismo camponês e popular, que defendem a democratização da terra, a produção agroecológica e a preservação dos bens naturais. “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”, é o lema de Margarida Alves, sindicalista do MST, que morreu lutando pelo reconhecimento dos direitos das/dos camponesas/es, ao denunciar abusos de fazendeiros. Sua história e sua luta inspiram a Marcha das Margaridas, criada no ano 2000.

Enquanto o Rio Grande do Sul costuma ser lembrado por grandes líderes históricos, de orientações políticas diversas, mas com poder exclusivamente masculino, tais como Bento Gonçalves,

Flores da Cunha, Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, a presença feminina nesse campo ainda é tímida. Além disso, parte dela é pouco comprometida com pautas progressistas voltadas para políticas públicas para as mulheres. Desde a deposição da primeira mulher eleita pelo voto popular à Presidência da República, a rede de enfrentamento da violência contra a mulher começou a sofrer um desmantelamento, com o fim do Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, pela redução de orçamento e pela precarização dos serviços prestados.

Dilma Rousseff, assim como Marielle Franco, dedicaram boa parte de sua existência e de seus mandatos, nas instâncias políticas as quais ocuparam, a essa luta. E, por ousarem se aventurar num meio em que impera o poder masculino, tiveram suas trajetórias interrompidas, uma sendo assassinada e a outra deposta por um golpe parlamentar misógino. Também destacamos as gaúchas Manuela Dávila, Fernanda Melchiona, Maria do Rosário e Sofia Cavedon, como referência na luta pelos direitos humanos e aceno de que aqui também há coragem e bravura feminina, numa anunciação de que as mulheres vão ocupar todos os espaços de poder e decisão, nos quais tentam legislar e controlar nossos corpos.

Embora nessa cidade tenhamos revertido as estatísticas, ao eleger a primeira prefeita mulher, a mesma nos rouba a esperança quando, no segundo mês de mandato, autoriza a demissão de 59 profissionais da área da saúde, em pleno período de pandemia, do único hospital que atende pelo SUS. Por isso, também exaltamos todas as mulheres que estiveram na linha de frente no enfrentamento a Covid-19. Lembramos de Ana Nery, primeira enfermeira do país, Débora Diniz, antropóloga referência na discussão sobre igualdade de gênero e saúde pública no Brasil durante epidemias; Margareth Dalcomo, médica e pesquisadora da Fiocruz referência nos estudos para o desenvolvimento da vacina. Em tempos difíceis, de prejuízos econômicos e psicológicos, também destacamos Nise da Silveira,

por sua contribuição na luta antimanicomial, contra seus métodos agressivos, pioneira ao propor a terapia ocupacional.

Mesmo com a ascensão das mulheres nos mais variados segmentos, a cultura gaúcha ainda é inscrita na supremacia masculina, na figura do homem cisgênero heterossexual de valores belicistas. Toda identidade que se afasta desse padrão é vista como negativa e/ou inferior. Porém, é o trabalho doméstico, invisibilizado e não remunerado, que coloca as mulheres em situação de desigualdade e vulnerabilidade.

A divisão sexual do trabalho, na qual homens atuam na esfera produtiva (trabalho formal remunerado), e mulheres na esfera reprodutiva (trabalho doméstico não remunerado), é a base material da desigualdade de gênero. É desse cuidado do lar, dos filhos e/ou idosos, como aptidão e responsabilidade feminina, que nasce o termo “mulher prendada”, digna do sobrenome do marido.

Apesar dos avanços já conquistados, que permitiram às mulheres ingressar no mercado de trabalho formal, exercer atividades profissionais remuneradas e conquistar independência financeira, o trabalho doméstico ainda não deixou de ser sua responsabilidade, fazendo com que acumulem duplas, ou até mesmo triplas jornadas. É nesse sentido que o trabalho está no centro da luta feminista. Por isso escolhemos homenagear mulheres trabalhadoras, como a sindicalista Laudelina de Campos Melo, como a ex-empregada doméstica e relatora da PEC das domésticas, a deputada Benedita da Silva e, ainda, a soldado Quintana, que perdeu a vida em decorrência de um acidente de trânsito, no exercício de sua função como policial militar.

A cultura patriarcal, ordem centrada na descendência patrilinear, na qual a mulher foi submetida historicamente ao poder masculino – inicialmente do pai e depois do marido – é o que fomenta a violência de gênero, alimentados por sentimentos de posse, ódio e desprezo pelas mulheres, causando assim sua objetificação para uso e possível descarte.

Até bem pouco tempo atrás, existia na literatura a expressão “crime passional”, aquele motivado por incontrolável emoção, sugerindo abertamente que é compreensível/justificável matar por amor, porém, quem ama não mata! É assim que, compreendidas como propriedade, os homens se sentem autorizados a agredir seus corpos, exercendo a violência como um valor. Além disso, legitimam seus atos em defesa da honra (tese proibida recentemente pelo STF, dia 01/03/2021), isto é, como argumento para justificar a violência de gênero que em muitos casos resulta em feminicídio. É pela honra delas e não deles, que lembramos de mulheres dessa fronteira que sofreram com a violência de gênero. Deisi Charopen Belmonte, 23 anos, assassinada e esquartejada pelo ex-companheiro, o açougueiro Xirica; Laura Cabrera, 40 anos, asfixiada até a morte por seu companheiro; Meire Ponte Muniz, 40 anos, assassinada com 14 facadas pelo ex-companheiro; Vivian Martinez Miranda, que teve mais de 50% do corpo queimado pelo namorado; Mariana Ivanovich, 37 anos, torturada durante três dias pelo companheiro em um quarto de hotel; Marcia Enise Ferraz Carvalho, 22 anos, assassinada a tiros a caminho do trabalho pelo ex-noivo que não aceitava o fim do relacionamento; Angela Renata Dornelles, 22 anos, grávida, assassinada pelo pai do bebê com 12 tiros; Rosa Maria Pereira, 57 anos, cadeirante, morta com um tiro pelo companheiro; Caren Cristina Cabreira, 34 anos, assassinada a tiros pelo ex-companheiro, na frente de casa, quando saía para buscar a filha na escola. Todas essas mulheres foram arrancadas de suas famílias e tiveram seus sonhos interrompidos exclusivamente pelo fato de terem nascido mulheres.

Cabe lembrar que não são só as mulheres as vítimas dessa intolerância de gênero, todas identidades que se opõem ao masculino são, em alguma medida, alvo de violência dessa socialização masculinista, que não reconhece as diferenças, mais que isso, recusa a condição existencial do outro. Nesse sentido, é necessário resgatar o episódio do incêndio criminoso no CTG Sentinela do Planalto, de

Santana do Livramento, ao se dispor a celebrar uma cerimônia de casamento coletivo, dentre os quais uma delas era homoafetiva. A identidade gaúcha de moral conservadora não tolera confundir-se com as identidades LGBTQIA+. Por isso, lembramos as mulheres trans, as que têm o corpo mais odiado e atacado da sociedade patriarcal, para também compor esses espaços, no nome de Keron Ravach, jovem de 13 anos, morta a pauladas, a cartunista e chargista Laerte, e a cantora Pablio Vittar.

É assim que o gaúcho dessa terra, certo da impunidade e da cumplicidade de uma sociedade patriarcal, não se constrange em entoar versos como “ajoelha e chora, quanto mais eu passo o laço muito mais ela me adora”. Nesse sentido, para afirmar que não nos colocarão de joelhos, escolhemos enaltecer mulheres que tentam exorcizar a violência doméstica, seja por meio da música como faz Elza Soares, quando canta “cadê meu celular eu vou ligar pro 180 [...] cê vai se arrepender de levantar a mão pra mim”, seja por meio legais, com a Lei 11.340, inspirada na história de Maria da Penha, na sua incansável busca por justiça contra seu agressor.

Ressalta-se que, infelizmente, a Lei de 2006 ainda se mostra insuficiente. Somente com uma rede de acolhimento e proteção será possível enfrentar a pandemia de feminicídios, o que envolve, necessariamente, a ampliação de delegacias especializadas para mulheres; assistência jurídica, psicológica e de saúde; maior humanização no atendimento às vítimas pelos órgãos competentes; discussão das questões de gênero nas escolas; celeridade e efetividade no processo de punição dos agressores.

Tentamos mostrar com esse escrito, como a condição do gauchismo tradicional opera com violência física e simbólica nas relações de poder entre homens e mulheres. O quanto o regionalismo comporta um espectro local de hábitos e costumes, que se mistura no imaginário social e é cooptado para produzir, reproduzir e perpetuar a forma e o conteúdo que organiza o patriarcado. O conservadorismo geracional opera a partir de ritos cotidianos que alimentam e mantêm

o preconceito e a violência, no qual homens e mulheres tornam-se vítimas e algozes ao mesmo tempo. Nessa toada, ninguém sai ileso, o prejuízo provocado por essa cultura é perverso também com os homens, ao exigir um padrão de comportamento rígido que reprima suas vulnerabilidades, suas delicadezas, seus afetos. Ou seja, tudo aquilo que lhe faz gente.

Não se trata de demonizar o gauchismo, sabemos que em outras regiões do país também encontramos essa condição operante entre as relações humanas, porém tal discussão ainda é importante porque é ele que constitui a força que move o patriarcado. Trata-se de propor a construção de práticas de liberdades, capazes de inventar novos modos de existência e novas masculinidades, levando-nos assim a desconstruir e ressignificar o gaúcho, para que esse possa reconhecer a mulher como sujeito. Pela importância fundamental da educação nesse processo, também destacamos nesse rol de mulheres, Nísia Floresta a primeira educadora feminista brasileira.

Tal desconstrução, que passa necessariamente pela arte, educação e cultura, exige compreensão e transformação da realidade, desde uma prática teórica ancorada, principalmente, no pensamento de autoras como Lélia Gonzalez que nos mostra a importância de descolonizar a linguagem quando nos apresenta o *pretuguês*, uma vez que o feminismo precisa ser antirrascista; com Silvia Federici aprendemos que o que eles chamam de amor nós chamamos de trabalho não pago; com Simone de Beauvoir entendemos que tudo aquilo que nos define, nos sujeita e nos priva de liberdade; com Angela Davis que a liberdade é uma luta constante, com Rosa Luxemburgo compreendemos que só seremos totalmente livres quando formos socialmente iguais e humanamente diferentes, por fim, com bell hooks aprendemos que é preciso transgredir. Mas, para transgredir, precisamos estar juntas e organizadas.

Como feministas e fronteiriças produzimos esse escrito para destacar a potência desse ato pela importância de ocupar e colorir espaços públicos com mulheres cujo legado e memória merecem o

devido reconhecimento e valorização. Apesar de sabermos que há um sem número de mulheres que poderiam ter sido lembradas e dada a impossibilidade de contemplar todas elas, entendemos que todas fazem parte das mulheres que somos hoje.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2013.

A EXPERIÊNCIA DA ARTICULAÇÃO LATINO-AMERICANA DE FEMINISTAS ANTIPROIBICIONISTAS

**Por uma Primavera feminista antiproibicionista:
quebrando estigmas, cultivando liberdades**

*Luana Malheiro¹
Rocío del Pilar Deheza²*

La antropóloga Nuria Romo Avilés (2020, p. 6) sostiene que “El género, como principio estructurador de las sociedades, diferencia a los varones y mujeres en un modelo heteronormativo y patriarcal en el que están inmersas las personas que consumen drogas por hacerlo

1 Membro da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas do Brasil (RENFA), da Articulação Latinoamericana de Feministas Antiproibicionistas e da Rede Latinoamericana e Caribenha de Pessoas que usam drogas (LANPUD). Diplomada em Salud colectiva y VIH (CLACSO). Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia/Brasil.

E-mail: luana.malheiro@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8133-9599>

2 Integrante de Imaginario 9 (Uruguay) y de la Articulación Latinoamericana de Feministas Antiproibicionistas. Licenciada en Geografía (Facultad de Filosofía y Letras, UBA). Diplomada de Posgrado en Políticas de Drogas (FCS, UdelAR). Becaria de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación - Maestranda en Ciencias Humanas (FHCE, UdelAR). Docente de las Facultades de Ciencias y Humanidades y Ciencias de la Educación, UdelAR.

E-mail: rociodeheza@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3968-7359>

en un contexto social y cultural determinado por el género”. Esta investigadora también señala que “Aplicar la perspectiva de género al ámbito de los estudios sobre los usos de drogas supone cuestionar los modelos epidemiológicos basados en las diferencias de sexo y atender a la situación de las mujeres” (ROMO AVILÉS, 2006, p. 71), evidenciando que muchas de las diferencias entre hombres y mujeres que usan drogas se relacionan con el género más que con el uso de sustancias psicoactivas; es decir, las diferencias en el uso de drogas reflejan diferencias sociales y culturales entre hombres y mujeres.

En Latinoamérica, la adopción de leyes punitivas sobre drogas afecta a las mujeres de manera desproporcionada, siendo los delitos relacionados con drogas la principal causa de encarcelamiento de las mujeres. Según el Informe Mundial sobre Drogas de la Organización de Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (ONUDD, 2018), el 35% de la población carcelaria mundial de mujeres está en prisión por delitos relacionados con drogas, mientras que el 19% de la población carcelaria mundial de hombres lo están por la misma razón. En Uruguay, según datos del año 2021, el 49% de las mujeres privadas de libertad lo están por delitos de drogas (LEGRAND, 2021); en Brasil, según datos del año 2017, el 62% de las mujeres privadas de libertad lo están por delitos de drogas (YOUNGERS; GARCÍA CASTRO; MANZUR, 2020).

El informe de Youngers, García Castro y Manzur (2020, p. 2) señala que “Las mujeres encarceladas en América Latina por delitos relacionados con drogas tienden a tener características y antecedentes socioeconómicos similares. Ellas provienen de situaciones de extrema pobreza y desigualdad. Tienen bajos niveles de instrucción y son subempleadas o desempleadas, trabajando a menudo en el sector informal. Es posible que se involucren en el tráfico de drogas para mantener a sus familias y pagar el alquiler de sus viviendas. Muchas de ellas también provienen de situaciones de abuso físico y sexual”.

Es por eso que nos organizamos para denunciar las políticas de drogas sexistas, racistas, colonialistas y clasistas que trae el

proibicionismo, y para exigir políticas de drogas que, como recomiendan Youngers, García Castro y Manzur (2020), tengan en cuenta las interseccionalidades y vulnerabilidades múltiples de mujeres en situaciones de pobreza, en situación de calle, en situación de encierro; personas LGBTTIQA+, afrodescendientes, extranjeras, indígenas y mujeres embarazadas y/o con niñas.

É por isso que buscamos construir novas maneiras de comunicar, intervir, cuidar e orientar em relação às políticas de drogas, nas quais o paradigma esteja nas formas de cuidado, nas intervenções de redução de danos e na gestão dos riscos, mas também dos prazeres.

Percebemos que muitas vezes nos espaços de debate e militância feministas não está presente a discussão sobre os impactos que o proibicionismo e suas políticas punitivas de drogas geram sobre as mulheres cis e trans que usam ou estão vinculadas às drogas. Por isso, como feministas antiproibicionistas, estamos nos articulando em nível local, nacional e regional para construir esse debate e colocá-lo nas agendas dos feminismos globais.

Em 2017, na cidade de Montevideu, foi realizado o *I Encontro da Rede Latino-americana e Caribenha de Feministas Antiproibicionistas*, organizado pela Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas do Brasil (RENFA), em conjunto com a área de drogas da organização ProDerechos do Uruguai³, com o apoio do Fundo Elas, o Conselho Nacional de Drogas do Uruguai e a Agência Espanhola de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional.

A Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas é uma rede brasileira composta por mulheres que fazem uso de drogas, profissionais do sexo, privadas de liberdade, familiares e sobreviventes do sistema penal, LGBTQIAP+, em situação de rua, sejam cis, trans ou travestis, feministas antiproibicionistas, antirracistas e abolicionistas penais, que se organizam em coletivos locais da RENFA e atuam através das diretrizes e compromissos que têm pautado a

³ Hoje algumas de suas participantes compõem o coletivo *Imaginario 9*, do Uruguai.

prática política. A RENFA é uma organização política feminista, antirracista, supra partidária e antissistêmica instituída em 2014 e fundada em 2016 para atuar na luta pelos direitos das mulheres em especial usuárias de drogas. A RENFA se articula em parcerias com movimentos de mulheres feministas e os movimentos sociais com vistas à consolidação de direitos sociais e abolição dos modelos de controle dos corpos, território e espírito estabelecidos pelos sistemas de opressão racista, cisheteropatriarcal, capitalista e proibicionista.

Imaginario 9 es un colectivo de la sociedad civil de Uruguay conformado por personas usuarias y/o vinculadas con drogas, profesionales, técnicas/os e investigadoras/es, que trabajan desde una perspectiva de reducción de daños y gestión de riesgos y placeres vinculados al uso de drogas. Desde su conformación en el año 2017, el colectivo ha desarrollado múltiples actividades en pos de una reforma integral en las políticas de drogas con enfoque de Derechos Humanos, que van desde brindar información sobre el uso responsable de drogas, realizar talleres, ofrecer espacios de achique y realizar testeos de sustancias psicoactivas en espacios de ocio, participar de campañas que promueven el apoyo las personas que usan drogas y revertir el estigma y la criminalización de las personas usuarias de drogas, así como también hemos participado en instancias de discusión política. Este colectivo también busca articular acciones junto con otros colectivos y organizaciones sociales de la región y el mundo que trabajan en pos de terminar con el paradigma prohibicionista de guerra contra las drogas.

Neste I Encontro da Rede Latinoamericana e Caribenha de Feministas Antiproibicionistas, participamos ativistas, pesquisadoras, usuárias de drogas, cultivadoras, trabalhadoras do sexo, mulheres privadas de liberdade por crimes de drogas, de diferentes países da região. Os objetivos desta reunião foram trocar experiências sobre o que tem ocorrido no campo das políticas de drogas e gênero em cada território participante e ampliar a perspectiva feminista na ação pela reforma das políticas de drogas. Também foi realizado o painel

acadêmico “Políticas de Drogas e Gênero, um tema que deve ser discutido”, com apresentações de mulheres especialistas de diversos países da região, e a participação de estudantes da Pós-graduação em Política de Drogas da Universidade da República.

Este encontro envolveu a participação de 8 mulheres de países latino-americanos apresentando o panorama das políticas de drogas para mulheres em cada país. Ao final do encontro, construímos uma agenda de atuação na região e a celebração conjunta de algumas agendas da luta feminista. O nosso objetivo era ampliar a auto-organização de mulheres no campo do ativismo pela mudança nas políticas de drogas, no entendimento de que existiam poucas organizações feministas voltadas para a temática da políticas de drogas, além de ser difícil o debate dentro do feminismo sobre políticas de drogas em nosso continente. Ainda em 2017 realizamos oficinas de dois dias no Encontro Feminista Latino-americano e Caribeño (EFLAC) buscando ampliar a incidência do feminismo Antiproibicionista no contexto latino-americano.

Com as dificuldades trazidas pela pandemia, fomos obrigadas a nos reinventar para continuar articulando esforços em nível regional. Portanto, no início de 2021, virtualmente nos reunimos para trabalhar na organização de um Fórum Internacional sobre Mulheres e Política de Drogas no modo virtual, com o objetivo de rearticular a rede de mulheres feministas Antiproibicionistas e usuárias de drogas. A rede de mulheres passou a se chamar Articulação Latino-americana de Feministas Antiproibicionistas, contando agora com a participação de doze países: Costa Rica, Argentina, Uruguai, Brasil, Peru, Bolívia, Espanha, Portugal, México, Equador e Colômbia. Em nossa agenda articulamos a Primera Primavera Feminista Antiproibicionista.

¿Por qué como feministas nos proponemos encontrarnos a conversar en asamblea a problematizar nuestros vínculos con las drogas, incorporando en esta problematización la cuestión del placer asociado al uso de drogas? Butler afirma que

la asamblea forma parte de la propia reivindicación (...), la asamblea no es patrimonio ni de un individuo ni de un grupo, sino que emerge de la relación entre la gente, una relación que transforma a las personas a las que une y anima a un tiempo”, [y agrega que] la primera acción reivindicativa de una asamblea es su propia aparición, que amplía el espacio público de aparición antes incluso de cualquier declaración” (BUTLER, 2020, p. 27-28).

Resultado desses primeiros encontros virtuais, e por ocasião do 8M — Dia Internacional da Mulher, elaboramos nosso Manifesto Feminista Antiproibicionista⁴. O manifesto aborda a necessidade de construção de uma agenda feminista para a mudança das políticas de drogas, e garantia de direitos a mulheres usuárias de drogas e sobreviventes do sistema proibicionista.



Também por ocasião do 8M, realizamos uma campanha de visibilidade através das redes sociais da Articulação Latino-americana de Feministas Antiproibicionistas, compartilhando fragmentos de nosso manifesto sintetizados em algumas frases:

⁴ O Manifesto Feminista Antiproibicionista está disponível no seguinte link: <https://renfa.org/leia-o-manifesto-latino--americana-de-feministas-antiproibicionistas>

Figura 2.

60% DAS MULHERES
ESTÃO PRESAS POR
TRÁFICO DE DROGAS
86% DELAS SÃO NEGRAS
POLÍTICA DE
GUERRA AS DROGAS
CIENTENTA O DACIONO

DE CAT
BÊBADA
CHAPA
NENHUMA MUL
MERECE S
ESTIOR A

Figura 3.

**POR EL
DERECHO
A LA
MATERNIDAD
DE LAS
MUJERES
DE LA CALLE**

**SOY MACONHEIRA
SOY CANNÁBICA
SOY FEMINISTA**

**NO LE PASO
EL FASO
AL MACHISTA**



Conformamos la Articulación Latinoamericana de Feministas Antiprohibicionistas⁵ integrantes de distintas organizaciones

⁵ Contacto y redes sociales de la Articulación Latinoamericana de Feministas Antiprohibicionistas: antiproibicionistasla@gmail.com; <https://www.facebook.com/profile.php?id=100070107302925>; <https://www.instagram.com/antiproibicionistasla>

feministas, organizaciones que trabajan por una reforma de las políticas de drogas con perspectiva de Derechos, organizaciones de personas seropositivas, organizaciones antirracistas, y otras organizaciones que dentro de su campo de trabajo problematizan la cuestión del uso de drogas y su interseccionalidad con el género, la raza, la positividad, la clase.

El día viernes 30 de abril de 2021 realizamos una ronda de conversación virtual de nuestra red latinoamericana y caribeña de feministas antiprohibicionistas⁶. Allí, compartimos sobre los diversos problemas que enfrentamos en distintos territorios vinculados con las políticas de drogas, desde una perspectiva feminista.

Al momento de celebrarse la Jornada Fronteiras Feministas na Pandemia - Diálogo Brasil/Uruguai 2021, nos encontramos trabajando en la organización de nuestro Foro Internacional sobre Mujeres y Políticas de Drogas, a realizarse a partir del día 2 de octubre de 2021, con encuentros virtuales semanales a lo largo de un mes, con el nombre de “Primavera feminista anti-prohibicionista: rompiendo estigmas, cultivando libertades”.

No primeiro dia (02/10/2021), realizamos uma Mesa de abertura da Primavera Feminista Antiproibicionista: rompendo estigmas e cultivando liberdades, com as apresentações de cada país e a apresentação do manifesto feminista antiproibicionista. Posteriormente ocorre a primeira Oficina do encontro, sobre violência contra mulheres usuárias, entendidas em um sentido amplo. Abordamos questões como a criminalização das mulheres que usam ou estão associadas a drogas, a sanção às maternidades das mulheres que usam ou estão associadas a drogas, o estigma, o racismo e a discriminação, testemunhos das mulheres sobreviventes do

6 La ronda de conversación de la *Articulação/Articulación Latinoamericana de Feministas Antiproibicionistas/Antiprohibicionistas* esta disponible en el siguiente link: *Articulação/Articulación Latinoamericana de Feministas Antiproibicionistas/Antiprohibicionistas*

encarceramento e das mulheres com trajetória de rua. Continuamos a discutir essas questões em um grupo de trabalho.

No segundo dia (09/10/2021), realizamos a segunda Oficina do encontro, sobre *Bien Vivir*, redução de danos e gestão dos riscos e prazeres. Dessa vez, abordaremos questões como a necessidade de gerar políticas de drogas com enfoque de direitos humanos e perspectiva de gênero, modelos de regulação das drogas, maternidades psicoativas e tivemos uma oficina de *dancehall* chamada “Feitiços do amor próprio”, a cargo da bailarina Salomé Amatista Cisneros, um espaço para dançar e transformar preconceitos e estereótipos sobre nossa aparência e modos de nos movermos.

No terceiro dia (16/10/2021), ocorreu a Oficina intitulada “Feminismo Antiproibicionista para descolonizar as políticas sobre drogas”, na qual discutimos a necessidade das políticas de drogas estarem presentes nas agendas dos feminismos e levar ao nosso feminismo antiproibicionista a múltiplos espaços de debate a nível nacional e internacional.

Finalmente, no quarto e último dia da primavera feminista antiproibicionista, tivemos a Plenária da articulação, na qual apresentamos os relatórios das Oficinas e Grupos de Trabalho, reafirmamos nossa carta de princípio — Manifesto —, definimos a metodologia de organização da articulação, definimos uma pactuação de agendas de lutas e do nosso próximo encontro da articulação, e de uma agenda para procurar o alinhamento do advocacy internacional — incidência nos organismos regionais e internacionais sobre drogas da Organização das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

A partir de nuestra Primavera Feminista Antiproibicionista nos proponemos fortalecer nuestra articulación transnacional y construir una agenda conjunta que aborde las consecuencias de las políticas de drogas en la vida de las mujeres y disidencias latinoamericanas y caribeñas.

Figura 4.

**FEMINISMO
ANTIPROIBICIONISTA
PELO FIM DA
GUERRA ÀS DROGAS**
WWW.RENFA.ORG

Referências

BAYCE, Rafael. Los trasfondos del imaginario sobre “drogas”: valores culturales, Geopolítica, intereses corporativos y hechos mediáticos. En: CASACUBERTA *et al.* *Aporte Universitario al Debate Nacional sobre Drogas* (63-118). Montevideo: CSIC- UdelaR, 2012.

BUTLER, Judith. *Sin Miedo*. Formas de resistencia a la violencia de hoy. Barcelona: Penguin Random House, 2020.

LEGRAND, Denisse (29 de setiembre de 2021). Persecución del microtráfico en la LUC: 95% de quienes caen presas por intentar ingresar drogas a las cárceles son mujeres. *La Diaria*. Disponible en: <https://ladiaria.com.uy/justicia/articulo/2021/9/persecucion-del-microtrafico-en-la-luc-95-de-quienes-caen-presas-por-intentar-ingresar-drogas-a-las-carceles-son-mujeres/>. Con acceso el: 29 set. 2021.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS CONTRA LA DROGA Y EL DELITO. *Informe Mundial sobre Drogas*. 2018.

ROMO AVILÉS, Nuria. Propuestas sobre género y masculinidades en el estudio de los usos y abusos de drogas. *Revista española de drogodependencias*, v. 1, n. 45, p. 5-9, 2020.

ROMO AVILÉS, Nuria. Género y uso de drogas: la invisibilidad de las mujeres. *Monografías Humanitas*, n. 5, p. 69-83, 2006.

SILVA FORNÉ, Diego. *Drogas y Derecho Penal en el Uruguay*. Tolerancia, prohibición, regulación. Evolución del derecho uruguayo, su doctrina y jurisprudencia. Análisis de la Ley de Regulación y Control del Mercado de la Marihuana. Montevideo: Fondo de Cultura Universitario, 2016.

YOUNGERS, Coletta, GARCÍA CASTRO, Teresa y MANZUR, María. *Mujeres encarceladas por delitos relacionados con drogas en América Latina: lo que los números evidencian*. Washington D.C.: WOLA, 2020.

ATIVISMO DE JOVENS FEMINISTAS: REVISITANDO O “SHORTAÇO” NA CIDADE DE PELOTAS-RS

*Carla Rosane da Silva Mota¹
Isabela Assunção de Oliveira Andrade²*

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo revisitar a manifestação de jovens feministas denominada “Shortaço”, ocorrido no dia 19 novembro de 2015 no Colégio Municipal Pelotense³, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, enquadrando-a em um contexto de expansão do feminismo entre jovens mulheres. O Shortaço foi um ato organizado por estudantes da referida escola, contra a proibição do uso de shorts no ambiente escolar que teve início em maio daquele ano.

1 Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Especialista em Cooperativismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre e Doutoranda em Ciência Política pela UFPEL. Colaboradora na Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL).

E-mail: carlarosanemota@hotmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7188-8586>.

2 Mestre em Ciência Política e bacharela em Relações Internacionais, ambas pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

E-mail: isabela.aoandrade@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8591-3674>.

3 Trata-se da maior escola municipal da América Latina situada na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul.

Importante frisar que tratou-se da primeira experiência das jovens estudantes como organizadoras de uma ação coletiva e, de forma especial, como ativistas feministas. O Evento ocorreu no período da chamada “Primavera Feminista”⁴, quando manifestações com presença massiva de jovens tomaram as ruas das principais cidades brasileiras.

A mobilização das jovens estudantes secundaristas ocorrida em Pelotas não se trata de uma exceção no país, já que no período ocorreram diversas reivindicações similares que sugeriram politização de uma geração que até pouco tempo era considerada apática, tais como as ocupações e protestos nas escolas que iniciaram no estado de São Paulo e na sequência se espalharam por todo país (COLUCCI; GRAGNANI, 2015). Porém, no caso do Shortaço, a novidade está na mobilização ter ocorrido fora das capitais ou grandes centros urbanos, tratando-se da primeira experiência de ativismo das jovens estudantes e contendo, sobretudo, uma perspectiva feminista.

Como dito, vivenciava-se um período de expansão dos ativismos feministas, mas a maioria das análises focam nos grandes centros urbanos, de modo que essa experiência vivenciada em Pelotas é exemplo de uma brecha na literatura especializada (ALVAREZ, 2014; ADRIÃO; MALUF; TONELI, 2011; ZANETTI, 2011). Ainda que seja uma cidade de médio porte, Schulz e Tabelaio (no prelo) chamam atenção para sua efervescência universitária, considerada um fator importante, embora não exclusivo, para a proliferação de atos, frentes e coletivos feministas. As autoras elencam que, desde 2011, jovens feministas se mantêm organizadas e atuantes no local.

A partir dessa constatação, a proposta é analisar o Shortaço, uma manifestação secundarista feminista local que ocorreu em um contexto movimentista, com ampla capilarização dos feminismos, a partir das contribuições fornecidas por duas áreas de análise: a) a literatura especializada em ação coletiva e repertórios de ação,

4 PRIMAVERA FEMINISTA NO BRASIL.

https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/opinion/1447369533_406426.html. acesso em 30 set. de 2019.

sobretudo, aquela direcionada à análise do ativismo jovem; b) a literatura focada no ativismo das jovens feministas.

Para compreender o evento em sua importância, serão utilizados os dados da pesquisa realizada no período da manifestação, quando foram analisadas as reportagens veiculadas pela mídia local e estadual, bem como o evento criado no *Facebook*. Ademais, foram realizadas quatro entrevistas, entre os dias 02 e 07 dezembro de 2015, com roteiro semi-estruturado, junto a jovens estudantes participantes do ato, com idades entre 13 e 16 anos naquele momento, sendo três estudantes do Ensino Fundamental (com entrevistas presenciais) - Cecília, Letícia e Amanda, e uma do Ensino Médio (com entrevista concedida por meio eletrônico) - Luíza⁵.

Desta forma, espera-se contribuir com as investigações sobre o impacto dos feminismos, em particular, do ativismo das jovens feministas localizadas fora dos grandes centros do país.

O Shortaço: contexto e motivações

O Shortaço tratou-se de um ato organizado por estudantes contra a proibição do uso de shorts no ambiente escolar. O evento organizado no *Facebook* pela setorial feminista do Grêmio Estudantil, que contava com pouco mais de 400 pessoas confirmadas, entre estudantes do próprio colégio e apoiadores, descreve a proibição do uso de shorts como sendo uma atitude “antidemocrática, repressiva e autoritária” da direção do Colégio Municipal Pelotense, considerada pelas ativistas como uma “escola voltada à Idade Média”.

A restrição do uso de short teve início em maio de 2015, a partir de uma deliberação tomada pela administração central da escola. O diretor em entrevista para o *Jornal do Almoço*, programa veiculado

5 Cecília, 8ª série, entrevista concedida às autoras em 02.12.2015. Letícia, 8ª série, entrevista concedida às autoras em 03.12.2015. Amanda, 6ª série, entrevista concedida às autoras em 03.12.2015. Luíza, 1ª ano do Ensino Médio, entrevista concedida às autoras em 07.12.2015. Todos os nomes são fictícios.

pela TV Globo na região, alegou que a decisão foi tomada em conjunto com os pais das estudantes⁶. No entanto, Amanda, uma das entrevistadas, relatou que a situação se deu de forma distinta. Segundo ela, a direção tomou a decisão e apenas comunicou aos pais, atitude que gerou desconforto por parte de alguns:

[...] ele [o diretor] pegou e falou que ia proibir o short e ia vim os uniformes. Muitos pais não gostaram e perguntaram o porquê estavam proibindo o short e o diretor falou: “porque os meninos, eles ficavam muito [...] excitados com aquilo e queriam passar a mão”. E aí muitas mães, pegaram e se revoltaram e falaram “mas a minha filha não é dessas coisas”.

Além disso, Cecília mencionou que, em uma conversa em particular com um dos diretores, este a havia informado que a proibição tinha função de preservar as estudantes e garantir que elas se valorizassem.

A restrição do uso de short veio acompanhada de sucessivos impedimentos à entrada no colégio, denunciadas pelas entrevistadas, o que gerou a perda de aulas, trabalhos e provas, que não puderam ser recuperados posteriormente. Essa série de acontecimentos acarretou em uma revolta por parte das estudantes que alegavam, por exemplo, a injustiça praticada contra elas se comparada ao tratamento dado aos meninos. Nas palavras da Luíza:

Outra coisa é dizerem que quando vamos de short e regata somos vistas como distração pelos meninos, só que eu acho isso nada a ver, não influencia em nada no estudo dos meninos. E já vimos meninos andando sem camisa no colégio, na hora da educação física [...] E nós de calça morrendo de calor, agora dá pra ir de calça porque ainda não está tão calor, mas no verão mesmo de 40° de Pelotas não dá pra ir [...] não dá pra aceitar, ainda mais com os meninos fazendo o que fazem como eu te disse anteriormente, nós vamos lutar pelos nossos direitos sim.

⁶ A escola não possuía um uniforme para as estudantes e esse, de acordo com a reportagem do *Jornal do Almoço*, seria entregue apenas no início de 2016. Tal fator é também considerado problemático dentre as estudantes, uma vez que não se poderia exigir um padrão de vestimenta em uma escola pública quando esta não a fornece.

Letícia corrobora com essa informação. Segundo ela, o que motivou o ato

foi o fato dos meninos poderem [...] tirar a camisa na educação física, [...] tiram às vezes na sala de aula e não são chamados à direção, os professores deixam. Até o de educação física, como de outras matérias, dizem que as meninas não podem vim com short, então isso nos motivou a falar, a buscar a direção. Só que a direção não nos ouviu, disse que “não é pra usar short e ponto!”.

Após essas breves considerações a respeito do histórico que motivou as jovens a se manifestarem contra a proibição do uso do short, analisaremos a seguir o ato em si, em diálogo com a literatura selecionada.

Formas de protesto e repertórios de ação presentes no Shortaço

Embora a literatura clássica sobre movimentos sociais dê especial atenção ao movimento feminista, é possível compreender o Shortaço enquanto um protesto como “espaços (lugares) de contestação onde se utilizam corpos, símbolos, identidades, práticas e discursos para buscar ou prevenir mudanças nas relações institucionalizadas de poder” (tradução livre) (VAN DYKE, 2004, p. 268 *apud* DELLA PORTA, 2015b, p. 215). O Shortaço mobilizou meninas munidas de cartazes e palavras de ordem, tais como “Não à proibição”, em torno de uma pauta comum, de modo que o ato foi uma forma de contestar a medida tomada pelo poder instituído na escola através de sua administração.

Ademais, as estudantes do Pelotense, além de organizarem o ato, também providenciaram um abaixo assinado, contendo pelo menos 320 assinaturas, conforme destacado por Luíza. Dessa forma, foi possível identificar que as estudantes empreenderam alguns repertórios de ação, nos moldes descritos por Della Porta e Diani (2015b, p. 215), ou seja, como “o conjunto de meios que tem [um grupo] para levantar

reivindicações diferentes a indivíduos diferentes” (tradução livre) (TILLY, 1986, p. 2 *apud* DELLA PORTA; DIANI 2015b, p. 215).

Realizada as primeiras observações, adentramos no segundo momento desta análise, que se volta para as redes sociais como estruturas que ajudam a compreender o processo de engajamento militante (SILVA; RUSKOWSKI, 2010). Elas possuem duas “funções”: recrutamento e socialização. Recrutamento pode ser compreendido como um papel estrutural, que atua na conexão entre possíveis participantes em um determinado movimento, em outras palavras, o estabelecimento de contatos. Socialização, por sua vez, possui um papel cultural na medida em que se constitui em espaços de conscientização política. As redes sociais, nesse sentido, são elementos de suma importância para a construção e a manutenção do envolvimento político (SILVA; RUSKOWSKI, 2010).

Consideramos que o colégio se constitui enquanto um espaço privilegiado para a mobilização, uma vez que ele conforma um universo de pessoas que conviviam diariamente. Foi possível identificar, nesse sentido, uma rede de socialização tal como destacado por Passy e Giugni (2001 *apud* SILVA, RUSKOWSKI, 2010, p. 29). O ato de proibição do uso do short por parte da direção, compreendido como autoritário pelas jovens, possibilitou o entendimento coletivo da discriminação e, em consequência, a ação coletiva contestatória.

Diferentemente do que a chamada para o ato no evento do *Facebook* deixa implícito, não há uma setorial feminista consolidada, mas o princípio da construção desta, conforme apurado nas entrevistas. Cecília, por exemplo, relatou que o episódio da proibição gerou a necessidade de formação de um espaço específico para discussão. Essa questão é corroborada por Letícia, ao afirmar que um grupo de meninas procurou o Grêmio Estudantil para expor a situação da proibição e, posteriormente, se organizou em torno dessa pauta. Esse grupo atuou de modo a recrutar colegas para se engajarem.

Além dos convites pessoais para o engajamento, de acordo com relatos das entrevistadas, ocorreu a utilização das redes sociais

virtuais, em especial o *WhatsApp* e o *Facebook* para a mobilização das estudantes para o protesto. Segundo Luíza, a organização do protesto se deu majoritariamente através de um grupo no *WhatsApp* que somava um total aproximado de 150 estudantes.

O engajamento das jovens do Pelotense nos traz a necessidade de adentrar nos escritos a respeito do ativismo jovem. No entanto, nos deparamos com alguns desencontros em relação à literatura. Em geral, há um perfil dos jovens ativistas, que costumam ser estudantes universitários, com um histórico familiar de envolvimento político (SILVA; RUKOWSKI, 2010; SEIDL, 2014). Tais características não se faziam presentes no universo estudado.

As jovens que compuseram o Shortaço eram estudantes de Ensino Fundamental e Médio, sendo que as falas da Luíza indicam que houve uma participação maciça de estudantes do Fundamental, visto que o ato em si foi realizado durante a tarde, período em que estudam. Além disso, três entrevistadas afirmaram que não havia envolvimento político por parte de seus familiares próximos. Amanda mencionou que seus avós participaram de atos referentes ao seu ambiente de trabalho, mas esta foi a única experiência vivenciada por eles, de modo que não representa uma mobilização política constante.

Jovens como principais atores políticos em movimentos reivindicatórios não é uma novidade no Brasil, como é o caso dos caras pintadas em favor do impeachment do Collor em 1992 (MISCHE, 1997) e os protestos de Junho de 2013 (ALONSO; MISCHE, 2017) - as manifestações mais paradigmáticas que ocorreram após a redemocratização. No entanto, pensando em seu conteúdo e, principalmente, nas análises que delas derivam, o recorte de gênero entre manifestantes ou como pauta, não emerge como uma chave interpretativa basilar e relevante. Dedicamos, então, a seção a seguir para compreender o ativismo jovem a partir de leituras feministas, considerando não apenas o Shortaço, mas todo o histórico de reivindicações feministas que ocorreram globalmente a partir da segunda década do século XXI.

Jovens feministas em construção: o princípio de uma trajetória militante?

A partir da segunda década do século XXI, vemos uma crescente expansão do número de jovens que se identificam com as pautas do feminismo. Além disso, percebemos a difusão de novos temas e demandas, além da resignificação de antigas pautas e reivindicações. A literatura especializada aponta para a existência de um grupo heterogêneo (ALVAREZ, 2014; ADRIÃO; MALUF; TONELI, 2011).

Também é heterogênea a chegada das jovens no ativismo feminista. Schulz e Gonzalez (2020), por exemplo, ao analisarem o perfil das jovens feministas em Madrid, pós-15M, identificaram três formas de construção da trajetória de ativismo daquelas jovens.

a) Relações de parentesco – as ativistas discorrem sobre a influência que receberam de familiares, mães, pais ou avós ativistas de movimentos sociais, sindicatos ou militantes de partidos políticos. As relações de parentesco são relações intergeracionais, nas quais “se transmitem valores, atitudes, princípios ideológicos por meio de costumes, de discursos e de formas particulares de interação, promovem a dissidência e o deslocamento dos interesses particulares para os coletivos” (BOTERO; VEGA; OROZCO, 2012, p. 903, tradução livre);

b) Ativismo solitário – as jovens se percebiam como ativistas, porém não atuavam em nenhum coletivo. Segundo Gómez-Ramírez y Cruz (2008), a nova geração vive a transição para o feminismo de maneira distinta das feministas pioneiras, em função dos avanços em termos de ações práticas e construções teóricas proporcionados pelas últimas. Em suas palavras:

[...] as mulheres jovens tiveram que viver seu feminismo mais isoladamente, então não é surpreendente que muitas delas sejam autodidatas. Os livros feministas estão nas bibliotecas; se a isso somarmos sua participação em outros tipos de organizações cuja identidade não se esgota no feminismo a partir do qual pensam a mudança social, também

se comprometem com a luta feminista (GÓMEZ-RAMÍREZ; CRUZ, 2008, 399, tradução livre).

c) Relações sócio-laborais ou relações de entorno: incluem as jovens mulheres que foram convidadas por colegas e, de forma genérica, aquelas que iniciaram a aproximação com o feminismo no ativismo estudantil (médio e superior). Assim, a influência da academia é destacada quando tratamos da socialização das jovens com o feminismo:

[...] a leitura de livros de autoras feministas, a participação em cursos, oficinas e seminários sobre a desigualdade existente baseada no gênero, em muitos casos, leva as jovens a se reconhecerem e se assumirem como feministas (...). Esse espaço acadêmico tem sido relevante na afirmação feminista das jovens. Muitas delas iniciaram no contexto educacional sua participação política (GÓMEZ-RAMÍREZ; CRUZ, 2008, p. 396, tradução livre).

Primeiramente, no caso das meninas do Pelotense, não podemos falar em trajetória política de militância. O Shortaço é, na verdade, o primeiro envolvimento político organizado que as jovens participaram, como afirma, por exemplo, Letícia: “foi a primeira vez que eu fui ver o que era política, o que era uma estudante, foi esse ano”.

No entanto, as formas de construção da trajetória de ativismo identificadas pelas autoras, podem nos auxiliar a pensar o caso das estudantes que participaram do Shortaço, na medida em que os relatos colhidos nos levam a acreditar que se trata de relações de entorno. Ressalta-se que, quando perguntadas a respeito de se manterem organizadas e envolvidas entorno da pauta feminista, três das quatro entrevistadas afirmaram que gostariam de se engajar politicamente no futuro, o que pode indicar que o Shortaço representa o princípio de uma possível trajetória militante.

Ainda com relação à literatura das jovens feministas, destacamos Gómez-Ramírez e Cruz (2008), as quais se dedicam a analisar o estigma de “ser feminista”, devido à conotação negativa historicamente atribuída ao termo:

Ser 'feminista' se equipara a ser bruxa, mãe má, solteirona, comedora de crianças, odiadora de homens, lésbica. O boato indica que as feministas são anti-homens, abortistas, libertinas, ameaçadoras. Como o feminismo é equiparado ao machismo, pensam nele como um machismo ao contrário; e as jovens que passam a se reconhecer como feministas se encarregam sempre de deixar claro que elas não caem nos 'extremos' e que são 'moderadas'. A palavra 'feminismo' continua a produzir muita oposição, portanto, é difícil encontrar jovens que se definam como tal. Caso contrário, despertariam raiva, desconfiança, reserva e desqualificações (GÓMEZ-RAMÍREZ; CRUZ, 2008, p. 393, tradução livre).

Neste sentido, as quatro entrevistadas, quando perguntadas, se se denominam feministas: “Sim [...] eu procuro ser feminista por igualdade e querer buscar também o direito das mulheres” (Letícia) e “Sim, eu sou muito feminista” (Luíza).

No entanto, cabe ressaltar que a compreensão das entrevistadas a respeito do feminismo pode ser considerada ainda incipiente. Três das quatro entrevistadas dizem que consideram inapropriado o uso de shorts extremamente curtos, sendo que elas expõem seus descontentamentos em serem vistas pela direção da mesma forma que aquelas que “exageram” em sua vestimenta, buscando reiterar a diferença que há entre elas e as “outras”:

[...] Tem algumas meninas assim que abusam [...] a menina que viesse de short muito curto que fosse chamada só na direção, que conversassem, não de generalizar todo o grupo feminino que não são todas, né (Letícia).

Eu acho que, que foi tipo, ele deveria ter aberto umas exceções nisso, porque muitas meninas são de respeito, não são dessas coisas, e outras nem tanto, gostam (Amanda).

[...] alguns professores nos falaram que depende do short para usar, por que meninas de de tarde usavam o short socado e a polpa da bunda aparecendo, nesse ponto eu também concordo, a gente não precisa usar short muito curtos também né, tem que saber usar (Luíza).

Além disso, as entrevistadas tendem a identificar o Shortaço não como um protesto contra o machismo, propriamente, mas sim uma resposta imediata à proibição do uso do short, mais especificamente. Esses dois argumentos elencados não tornam o protesto menos

importante. A organização das estudantes em torno dessa pauta específica reflete um momento de crítica às regras que lhes são impostas, representando um novo olhar para compreender seu mundo.

Gomes e Sorj (2014) sustentam a ideia de uma mudança geracional fortemente ligada a uma nova percepção do corpo, baseando-se na noção de autonomia. Para elas, a exibição de corpos como objetos e bandeiras de luta, presentes em performances da Marcha das Vadias servem de exemplo. Segundo as autoras, ter autonomia sobre os próprios corpos "se refere principalmente a um modelo de experimentação que, entretanto, não negligencia a transformação política, cultural e das relações interpessoais, é experimentado como subjetividade" pelas jovens ativistas (GOMES; SORJ, 2014, p. 438, tradução livre).

Na própria cidade de Pelotas, considerando a emergência de coletivos e frentes feministas desde 2011, esse fator pode ser encontrado. A Marcha das Vadias ocorreu no local entre 2012 e 2014, mobilizando os mesmos signos e repertórios que eram comuns aos atos do mesmo tipo. Em 2015, foi realizada uma performance no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. Na ocasião, estudantes e ativistas manifestaram-se contra diversas violências machistas que experienciavam no cotidiano da universidade, estando "algumas nuas ou seminuas repetiam frases de teor machistas que haviam escutado dentro do ambiente acadêmico. Além disso, batucavam e usavam objetos para encenar situações de violência contra mulheres" (SCHULZ; TABELIÃO, p. 7, no prelo). Assim, ao vincular a mudança geracional a uma nova percepção do corpo por parte das ativistas, é possível compreender que há uma nova forma de pensar o feminismo e expressar as demandas por voz e visibilidade que é distinta das tradicionais manifestações feministas, que agora também inclui a centralidade na sexualidade.

Embora, como destacado, as jovens ativistas do Shortaço tenham uma compreensão ainda embrionária do feminismo, a demanda por voz e visibilidade está relacionada à autonomia sobre seus corpos.

A sexualização de seus corpos através do uso de shorts, explicitada pela direção da escola ao afirmar que o uso de short é uma distração (“tentação”) para os colegas, é questionada pelas jovens. A desconstrução da simplista relação entre roupa e violência contra as mulheres tem se constituído em uma das bandeiras de luta do jovem feminismo.

Considerações finais

A partir dos dados levantados pela pesquisa e em diálogo com a literatura em questão, é possível traçar algumas considerações. Primeiramente, constatou-se que o protesto no Colégio Municipal Pelotense, protagonizado pelas estudantes, não se tratou de uma ação politizada, no sentido de haver uma formação política mais consistente que embasasse o ato em si. Mesmo que adotemos uma leitura mais heterodoxa de movimentos sociais, isto é, abrangendo a visão para organizações que não possuem uma estrutura rígida e hierárquica como as de um sindicato, não foi possível verificar um coletivo coerente e coeso no ato que mobilizou as jovens do Colégio.

Isso pode se justificar pelo fato de que, para muitas delas, o ato ter representado o primeiro contato com o tema, além de ter sido a primeira mobilização de caráter mais insurgente da qual participaram. Dessa forma, as observações anteriores não minimizam a importância do ato denominado como Shortaço, pelo contrário, podemos entendê-lo como o início de um processo mais amplo de tomada de consciência feminista e, conseqüentemente, o princípio de uma possível trajetória militante. Nesse sentido, destacamos o potencial de continuidade do estudo iniciado em 2015, no sentido de avançar na análise e compreensão sobre a construção de trajetórias militantes, em especial no contexto das jovens feministas, na medida em que podemos buscar responder questões como: onde estão essas jovens atualmente? Continuam mobilizando as ideias articuladas em torno daquele evento? O Shortaço se constitui, de fato, como o princípio de uma trajetória militante?

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de ampliação e aprofundamento das teorias relativas ao tema, uma vez que, conforme explicitado em diferentes momentos do texto, alguns conceitos e formulações teóricas não são suficientes para explicar o conjunto destas mobilizações, empreendidas por estudantes de Ensino Fundamental e Médio. Considerando a relação profícua existente entre teoria e prática, sobretudo quando se trata de feminismo, os aportes teóricos não podem se manter distanciados desta parcela da população que tem se destacado cada vez mais no cenário político, no contexto das manifestações. Dessa forma, o arejamento dos perfis e conceitos que tangenciam as questões de ativismo jovem e jovens feministas se torna imprescindível.

Referências

- ADRIÃO, K.; MALUF, S.; TONELI, M. J. O movimento feminista brasileiro na virada do século XX: reflexões sobre sujeitos políticos na interface com as noções de democracia e autonomia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 661-681, 2011.
- ADRIÃO, K.; TONELI, M. J. Por uma política de acesso aos direitos das mulheres: sujeitos feministas em disputa no contexto brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, n. 3, p. 465-474, 2008.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, n. 36. n/a-n/a. 10.1111/blar.12470, 2016.
- ALVAREZ, S. Para além da sociedades civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, v. 3, p. 13-56, 2014.
- BOTERO, P., VEGA, M.; OROZCO, M. Relaciones intergeneracionales: implicaciones en procesos de formación política en jóvenes. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 10, n. 2, pp. 897-911, 2012.
- COLLUCCI, C. GRAGNANI, J. Meninas formam coletivos feministas em escolas de ensino médio de São Paulo. In: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 nov. 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1701071-meninas-formam-coletivos-feministas-em-escolas-de-ensino-medio-de-sp.shtml> Acesso em: 1 nov. 2015.
- DONATELLA, D. P.; DIANI, M. Acción colectiva e identidad. In: DONATELLA, D. P.; DIANI, M. *Los movimientos sociales*. 2. ed. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas Universidad Complutense de Madrid, 2015a.

DONATELLA, D. P.; DIANI, M. Formas de acción, repertorios y ciclos de protesta. In: DONATELLA, D. P.; DIANI, M. *Los movimientos sociales*. 2. ed. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas Universidad Complutense de Madrid, 2015b.

GARCIA, R. Proibição de uso de short mobiliza protestos de alunas do Pelotense. In: *Diário Popular*, Pelotas, 20 nov. 2015. Disponível em: <http://www.diariopopular.com.br/index.php?nsistema=3056&idnoticia=MTA2MDY1&idarea=Mg%3D%3D> Acesso em: 20 nov. 2015.

GOMES, C. e SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, mai/ago, p. 443-447, 2014.

GÓMEZ-RAMÍREZ, O. CRUZ, L. V. R. Las jóvenes y el feminismo: ¿indiferencia o compromiso? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 440, maio-agosto, 2008.

JORNAL do Almoço. Uso do short causa polêmica em escola. In: *G1*, 26 nov. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/pelotas/v/uso-do-short-causa-polemica-em-escola/4636023/> Acesso em: 26 nov. 2015.

MISCHE, A. “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5 e 6, p. 134-150, 1997.

SCHULZ, R.; GONZALEZ, M. A. C. O ativismo das jovens feministas em Madri pós-15M. *Cadernos Pagu*, v. 58, e205801, 2020.

SCHULZ, R.; GONZALEZ, M. A. C. O Jovem Feminismo em Madri: um debate sobre a questão (inter)geracional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 32, p. 135-168, 2020a.

SCHULZ, R.; TABELIÃO, T. O ativismo das jovens feministas na cidade de Pelotas (RS). No prelo.

SEIDL, E. Notas sobre ativismo juvenil, capital militante e intervenção política. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 13, n. 28, set-dez, 2014.

SILVA, M. K. RUSKOWSKI, B. Levante juventude, juventude é pra lutar: redes interpessoais, esferas de vida e identidade na constituição do engajamento militante. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p.23-48, janeiro-julho, 2010.

ENTRELACES ENTRE OS COLETIVOS FEMINISTAS JOVENS EM PELOTAS E AS OCUPAÇÕES ESTUDANTIS DE 2016

Thaís Madruga Tabetião⁷

As mulheres, em especial as feministas, têm protagonizado diversas manifestações políticas na América Latina nas últimas décadas, com destaque para forte presença de jovens, apontando um crescimento do ativismo feminista e possibilitando a afirmação de que o “feminismo nunca esteve tão presente na sociedade brasileira” (BIROLI, 2016, p. 01).

A atuação de mulheres em torno das pautas feministas no Brasil não passa despercebida pelos analistas e são muitos os estudos a respeito do tema. Contudo, em grande medida, o foco está nas capitais ou regiões metropolitanas do país, apesar de os ativismos feministas serem um fenômeno que não se restringe aos grandes centros urbanos. Assim, notou-se uma lacuna de investigações que se dedicam a cidades de tamanhos medianos e que podem enriquecer a discussão sobre essa temática ao descentralizar (ou deslocar) o foco de grandes centros urbanos.

⁷ Thaís Tabetião é Mestranda em Ciência Política e Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Desenvolve pesquisa na área de Ciência Política, com interesses em Participação e Representação, seguindo recortes de gênero e movimentos sociais.

E-mail: thaism_t@hotmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5020-9986>

Ao perceber a lacuna, a autora se motivou a escrever o seu Trabalho de Conclusão de Curso, denominado “Juventude Feminista em Pelotas, RS – Uma análise sobre os coletivos feministas jovens e suas ativistas na segunda década do século XXI”, defendido no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, com a orientação da professora Dra. Rosângela Marione Schulz.

O município de Pelotas é localizado no sul do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, e tem a população estimada para o ano de 2021 em 343.826 habitantes. A cidade é considerada um polo educacional, pois possui duas grandes universidades (Universidade Federal de Pelotas – UFPel e Universidade Católica de Pelotas – UCPel) e o Instituto Federal Sul Riograndense (IFSul), instituições de ensino que atraem jovens de todo o país, contribuindo para a significativa diversidade dessa população.

Veremos em breve que grande parte dos coletivos feministas jovens, objeto de investigação para elaboração deste trabalho, estão ligados às Instituições de Ensino. Importante destacar que em Pelotas há uma tradição de mobilização de mulheres, como deixa transparecer a forte atuação do Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas (GAMP), atuante desde 1992, e do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de Pelotas (CMDM), desde 1993.

Os dados aqui utilizados são frutos de abordagem qualitativa, com coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas, executadas individualmente em locais estipulados pelas entrevistadas, conduzidas, gravadas com autorização e posteriormente transcritas pela autora, facilitando a análise final das narrativas. No primeiro momento, foram mapeados os coletivos feministas jovens em Pelotas com o auxílio da rede social *Facebook* e das próprias entrevistadas, já que elas podiam indicar outros coletivos conhecidos por elas, onde contabilizou-se 14 coletivos.

O quadro a seguir apresenta as informações básicas dos coletivos mapeados: identificação, ano da fundação e página no *Facebook*.

Quadro 1: Lista dos Coletivos Feministas Jovens de Pelotas com suas informações

Coletivos Feministas Jovens de Pelotas		
Coletivo	Ano de Fundação	Página no Facebook
Casa Cultural Las Vulvas	2016	https://www.facebook.com/LasVulvas/
Coletivo Feminista do Curso Popular Desafio Pré-Vestibular	2015	https://www.facebook.com/Coletivo-Feminista-do-Curso-Popular-Desafio-Pr%C3%A9-vestibular-777071575769467/
Coletivo Feminista Clássica Ana Montenegro	2015	https://www.facebook.com/anamontenegropelotas/
Coletivo Feminista Independente – IFSul Campus Pelotas	2016	https://www.facebook.com/Grupo-feminista-independente-ifsul-Campus-Pelotas-195802770806595/
Coletivo Feminista Dignificadas – Relações Internacionais UFPel	2016	https://www.facebook.com/dignificadas/
Frente Feminista da Biologia UFPel	2016	https://www.facebook.com/feminismobiologiaufpel/
FemiLeiga – Medicina UFPel	2016	https://www.facebook.com/femileiga/
Grupo Auto-Organizado de Mulheres da Engenharia Ambiental da UFPel	2016	Sem página
Coletivo Feminista da Antropologia e Arqueologia da UFPel	2016	Sem página
Coletivo Feminista Florescer – Administração e Turismo – UFPel	2016	https://www.facebook.com/Coletivo-Feminista-Florescer-1566674450299461/
Coletivo Auto-Organizado de Mulheres da UFPel	2014	https://www.facebook.com/feministasufpel/?ref=br_rs
Coletivo Rosas do Gueto	2017	https://www.facebook.com/rosasdogueto/
Coletivo Lua Sangrenta	2016	https://www.facebook.com/luasangrentaradiocom/
Coletivo Juntas!	2011	https://www.facebook.com/juntascoletivo/

Fonte: Elaboração da autora.

Ao total, foram quatorze os coletivos mapeados, e a pesquisa conta com nove entrevistas distribuídas em sete coletivos. Todos os coletivos listados acima foram contatados, porém apenas sete deles responderam e se dispuseram a participar da pesquisa.

Como não se tratava de um questionário, as ativistas entrevistadas puderam discorrer livremente sobre os dois eixos que fundamentam o desenvolvimento da pesquisa. O primeiro dos eixos dizia respeito à organização do coletivo, ou seja, a data e os motivos da fundação, o número de participantes, as bandeiras de luta, as ações/atividades desenvolvidas pelo coletivo, as formas de divulgação, entre outros elementos. O segundo foi sobre a concepção de feminismo e suas vivências particulares, questionando o que as ativistas pensam sobre o “feminismo jovem”, suas experiências pessoais como feministas, as formas de socialização com os feminismos.

Ao analisarmos mais de perto, observa-se uma semelhança entre esses coletivos: dos 14, 7 foram fundados no ano de 2016 em instituições de ensino e tiveram as ocupações secundaristas como incentivo. Além desses, outro coletivo estava inativo e voltou a atuar em 2016 por motivação das ocupações.

Ainda sobre as formas de socialização que levam as jovens até o ativismo, é possível elencar 4 modos/momentos (SCHULZ; GONZÁLES, 2015; GOMES, 2012):

- Relação de Parentesco, com ênfase na influência materna;
- Adesão identitária;
- Ativismo solitário e
- Relação sócio laboral ou de entorno.

Este último modo foi o mais citado dentre as entrevistadas. Ele ocorre quando as jovens se aproximam dos coletivos e movimentos sociais por meio de amigas ou colegas, o que reforça a participação das instituições de ensino como principal palco para a socialização dessas jovens.

Assim como aconteceu nas escolas do Rio de Janeiro, conforme Gomes e Gómez-Abarca (2018), as ocupações em Pelotas se multiplicaram de modo muito rápido. Enquanto os alunos de uma instituição declaravam a escola como ocupada, outra já seguia o mesmo comportamento. Outra característica forte foi a participação dos jovens, sendo que para muitos tratava-se da primeira participação em uma manifestação, um momento de emergência como atores políticos

Essas ocupações, é importante contextualizar, foram inicialmente organizadas por estudantes secundaristas, no ano de 2016, contra a crise do sistema público educacional, e se espalharam. Além de escolas, foram ocupadas universidades públicas e institutos federais.

Dentro das ocupações, estudantes se organizavam de maneira coletiva e horizontal. Além dessa coletividade plural, as jovens mulheres também tiveram a oportunidade de se reunir com outras mulheres, em espaços exclusivos, fazendo com que muitas percebessem a necessidade de manter esse espaço seguro de diálogo e reunião. Esse é um fator importante para o surgimento dos coletivos feministas jovens em Pelotas, e propõe-se, a partir deste dado, compreender como as Ocupações Estudantis, vivenciadas no mesmo ano, influenciaram na fomentação destes coletivos feministas jovens pelotenses.

A participação das mulheres (alunas, professoras e funcionárias) na organização das mobilizações foi de grande destaque. Em certo momento elas sentiram a necessidade de se organizarem entre si para tratar sobre diversos casos de violência como assédios e outras expressões de micromachismo, que estavam ocorrendo no âmbito das ocupações. A partir daí, surgiram parte dos coletivos feministas jovens pelotenses. Embora não sejam as únicas protagonistas das ocupações, a atuação das jovens mulheres neste espaço permitiu a socialização com o ativismo e, em muitos casos, a constatação que nestes espaços também sofriam discriminações e violência.

Ao serem questionadas sobre o momento da sua socialização, as entrevistadas citaram o período das ocupações como sendo crucial. Esses espaços das ocupações proporcionaram, também, períodos de

troca de conhecimento e vivências. Um dos coletivos oferecia oficinas em outra escola ocupada. Outros faziam manifestações artísticas e atuavam como grupo de controle para garantir que a ocupação seria um ambiente respeitoso para com as mulheres ali presentes.

Como já apresentado, alguns dos coletivos não foram fundados apenas pelas boas emoções causadas pelo encontro. Casos de machismos dentro das ocupações também foram um motivo fundador para alguns coletivos. As mulheres tiveram a necessidade de se auto-organizar para deliberar ações e acolher as colegas que haviam sofrido violências machistas dentro do ambiente comum.

As entrevistas permitem perceber que há uma diversidade de motivos que se fizeram presentes no momento da fundação do coletivo. Para a Entrevistada 1, o coletivo *Dignificadas* teve início depois do período das ocupações na Universidade, uma vez que, após as ocupações, ela e suas colegas perceberam que era o momento adequado para criar um coletivo feminista das alunas de Relações Internacionais da UFPel. Caso semelhante ocorreu com o coletivo *Nosotras* que, segundo a Entrevistada 4, foi fundado após um Encontro de Estudantes de Direito, no qual perceberam que faltava um coletivo feminista em seu curso na faculdade.

A Entrevistada 5 afirma que o *Grupo Auto-Organizado de Mulheres* foi formado dentro da Universidade após um caso de agressão que uma aluna sofreu em uma festa do Centro Acadêmico de um curso da Universidade. O coletivo passou por intervalo e voltou à ativa após a denúncia de que estavam sendo vazados vídeos com imagens íntimas de alunas sem o consentimento delas. Durante sua atividade, foi composto por mulheres de diferentes cursos da UFPel em conjunto com o apoio de professoras e funcionárias. No momento, o *Grupo* encontra-se em um hiato. Assim como o coletivo *Auto-Organizado*, o coletivo *FemiLeiga* também teve sua origem após um caso de violência contra uma mulher em 2016.

Sugere-se, então, que as ocupações estudantis de 2016 foram essenciais para o despertar político de muitas jovens e,

consequentemente, provocaram um despertar feminista. As atividades desenvolvidas podem ser englobadas nos seguintes pontos: formação intelectual, produção de material informativo e movimentação cultural. Muitos dos coletivos citados já não estavam mais ativos no momento da produção deste estudo, mas isso não significa que as jovens deixaram de atuar politicamente como ativistas.

Ademais, outra semelhança entre o movimento das ocupações e os coletivos feministas jovens em Pelotas é o argumento que ambos defendem sobre a necessidade de haver uma modificação na organização social, dando fim às hierarquias e possibilitando um pensar coletivo.

Referências

BIROLI, Flavia. Feminismo, esquerda e futuros possíveis. *Blog da Boitempo* [online]. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/11/25/feminismo-esquerda-e-futuros-possiveis/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

ENTREVISTADA 1. Coletivo Dignificadas. *Entrevista concedida à autora em 12 de julho de 2018*.

ENTREVISTADA 4. Coletivo Nosotras. *Entrevista concedida à autora em 02 de outubro de 2018*.

ENTREVISTADA 5. Coletivo Auto Organizado de Mulheres da UFPel. *Entrevista concedida à autora em 05 de outubro de 2018*.

GOMES, Simone. A socialização política de jovens militantes feministas – questões transversais à militância jovem. In: *Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs*. 2012, Águas de Lindóia. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-36-encontro/gt-2/gt15-2/8017-a-socializacao-politica-de-jovens-militantes-feministas-questoes-transversais-a-militancia-jovem/file> Acesso em: 20 dez. 2021

GOMES, Simone; GOMÊZ - ABARCA, Carlos. #Ocupaescola, #Ocupatudo. Experiências políticas de estudantes secundaristas em 2016, no Rio de Janeiro, Brasil. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociais, Infância e Juventude*, v. 16, n. 2, p. 825-838, 2018.

SCHULZ, Rosângela; GONZÁLES, Almudena. Uma reflexão em torno do poder político: o ativismo das jovens feministas em Madri pós-15M. In: *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS*. 2015, Caxambu. Disponível em: <https://portal.anpocs.org/index.php/encontros/papers/39-encontro-anual-da-anpocs/gt/gt14/9576-uma-reflexao-em-torno-do-poder-politico-o-ativismo-das-jovens-feministas-em-madri-pos-15m>. Acesso em: 20 dez. 2021

POR QUE PESQUISAR SOBRE UMA OCUPAÇÃO FEMINISTA?

**Reflexões sobre estudos urbanos, feminismo, a luta coletiva
das mulheres e a casa de referência Mulheres Mirabal**

Bárbara Rodrigues Marinho¹

Introdução

As cidades, desde a ascensão do capitalismo e em suas diversas fases da história, têm perpetuado e funcionado sob duas lógicas distintas até os dias atuais: de um lado, a cidade como espaço de produção, a qual é baseada no preceito da existência de um sujeito universal e na propriedade individual. Do outro, a cidade ligada a uma lógica de sobrevivência, do cuidado e da reprodução, a qual embora exista, frequentemente não é levada em consideração nos processos de planejamento. Essa segunda também é ainda pouco abordada no meio acadêmico e nas pesquisas no campo dos estudos urbanos.

¹ Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2018). Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) e Pesquisadora no Margem_Lab – Laboratório de Narrativas Urbanas (UFRGS).

E-mail: barbara.rod@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0419-6309>

Essas duas lógicas estão relacionadas principalmente às estruturas de poder hegemônicas que se configuram no território e que acabam por enviesar não só a materialização do espaço, mas o modo como as histórias são contadas. Segundo Zaida Muxí (2015), a história costuma ser contada a partir “do poder, o qual é patriarcal” (p. 112). Em vista disso, vai se construir uma escala de valores que parte da experiência, privilegiando determinadas experiências em detrimento de outras, as quais acabam sendo desconhecidas, esquecidas e negadas. Ou seja, “[...] não há lugar para outros valores nem experiências nem saberes. Essa valorização enviesada é extensiva às histórias de todos os outros subalternos, quer dizer, as minorias étnicas ou de outro tipo, os não-brancos, os não-ricos”² (MUXÍ, 2015, p. 112, tradução nossa).

Não considerar a multiplicidade de sujeitos, histórias e experiências, que trariam o reconhecimento das diferenças de gênero (e as Interseccionalidades), permite que as estruturas de poder hegemônicas sejam mantidas e se reafirmem, já que são priorizadas práticas sociais masculinas e atividades produtivas que constituem a cidade como mercadoria. Enquanto isso, as mulheres e demais grupos subalternizados, permanecem silenciados, sobrecarregados com o trabalho reprodutivo e vivenciando situações de violência e opressão. Essa distinção entre os hegemônicos e os subalternos vai se materializar no espaço urbano e refletir diretamente nas relações de cada um desses grupos com o território.

O que nos interessa aqui, contudo, não é gerar uma discussão a partir do hegemônico (dado que esta lógica já está posta), mas sim, trazer à tona aquilo que não costuma ser contado, ou seja, a lógica da sobrevivência, resistência e do cuidado. Deve-se saber, portanto, que à medida que essas desigualdades de gênero, classe e raça se intensificam e são materializadas no espaço urbano, outras práticas sociais, modos de resistência e lutas pela sobrevivência emergem

2 No original: “[...] no hay lugar para otros valores ni experiencias ni saberes. Esta valoración sesgada es extensiva a las historias de todos los otros o subalternos; es decir, las minorías étnicas o de otro tipo, los no-blancos, los no-ricos.”

(TAVARES, 2015). Todavia, essas outras práticas e outros modos só emergem quando há uma organização coletiva das mulheres que saem do confinamento doméstico e da vida individualizada para exercer um papel de destaque e protagonismo na mobilização das lutas por direitos básicos, como moradia, educação, saúde, pela segurança e integridade dos seus corpos e contra o regime de autorização discursiva que as silencia, deslocando-se da posição que costumam ser colocadas e permanecer.

Do corpo-vítima ao corpo-território

Para canalizar uma nova forma de luta contra essas opressões, foi necessário que o movimento feminista reconceitualizasse a ideia de violência machista/patriarcal, conectando a violência de gênero às demais formas de violência que a viabilizam. Assim, torna-se possível se deslocar dos limites do espaço doméstico/privado “[...] para entendê-la em relação a um plano de violências econômicas, institucionais, laborais” (GAGO, 2020, p. 72).

Contudo, não devem restar dúvidas quanto à importância de discutir a saída dessa posição da vítima e enfatizar que isso “não nos exime do problema da violência ou de entender sua especificidade; pelo contrário, o reposiciona” (GAGO, 2020, p. 96). Sair da posição de vítima é entender o que hooks (2019) quer dizer ao ser contra a aproximação de mulheres a partir de uma “vitimização compartilhada”, ou seja, pela união de mulheres que se dá somente a partir da opressão. A autora explica que para muitas mulheres, essa posição de “vítima” nunca coube, pois, para sobreviver, precisam diariamente “acreditar que exercem um grau de controle, por mais relativo que seja, sobre as suas vidas” (HOOKS, 2019, p. 36).

Essa posição de vitimismo, para hooks (2019), faz com que muitas mulheres sobretudo as brancas, abduquem da “responsabilidade que tiveram na preservação e na perpetuação do sexismo, do racismo

e do classismo, o que fizeram ao insistirem que os homens eram o único inimigo” (HOOKS, 2019, p. 36).

Por esse motivo, é crucial a união de um movimento feminista com base em um compromisso político com objetivo de combater a opressão sexista, e a luta deve ser de rompimento com a lógica do sexismo dado que ele se expressa, tanto nos homens como nas mulheres, como uma forma de dominância masculina “que leva à discriminação, à exploração e à opressão” (HOOKS, 2019, p. 37). O que se deseja é que haja uma luta de consciência feminina de combate ao sexismo que existe dentro de cada mulher, tornando possível, assim, uma construção de uma solidariedade e luta política efetiva pelas mulheres.

As lutas das mulheres deslocadas dessa posição de vítima e sua presença nos movimentos sociais na reivindicação de seus direitos e contra o sistema capitalista-patriarcal-racista que as colocam em uma posição de subordinação, obediência e precariedade, se aproximam do conceito de corpo-território trabalhado pela cientista social argentina Verónica Gago (2020). A autora vai trazer à tona a discussão sobre as lutas feministas como um caminho alternativo de poder baseado na organização de mulheres contra o sistema que expropria seus corpos e territórios.

Falar em corpo-território, para Gago (2020), é abordar um conceito político que elucida como os corpos individuais e coletivos são violentados por meio da exploração e espoliação de bens e territórios comuns ou comunitários, e as consequências e impactos na vida cotidiana dessas populações. Por isso, pensar em corpo-território de forma unificada é estratégico, uma vez que “a conjunção das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que se é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem” (GAGO, 2020, p. 107).

Apesar disso, complexifica as noções de corpo e território, já que cada corpo pode ser entendido como um campo de batalha que precisa estar aberto a transformações – pois ao mesmo tempo que é agredido,

precisa se defender e se reinventar a partir de enfrentamentos e da união de forças, tecendo alianças para sobreviver (GAGO, 2020). Assim, o corpo antes visto como propriedade individual, passa a adquirir outro sentido, sendo desliberalizado e tornando-se um corpo enquanto território político, produtivo e epistêmico (GAGO, 2020).

A potência dos feminismos que adotam a noção de corpo-território está no fato de proporem outra noção de posse, construída em termos de uso e não de propriedade. Primeiro, porque, desse modo, evidenciam a lógica do comum como o plano daquilo que é despossuído e explorado. Depois, porque é essa outra noção de posse que permite desenvolver uma cartografia política de conflito (GAGO, 2020).

Para Gago (2020, p. 109), “Vida tem um significado vital: envolve a defesa e o cuidado com o comum, e produção e ampliação de riqueza compartilhada”. Logo, um corpo enquanto território que pode ser enunciado por infinitas redes de cuidado, solidariedade e apoio mútuo estabelecidas pelas mulheres nos territórios periféricos e movimentos sociais, sobretudo na construção de um comum e na reivindicação do direito à cidade.

Feminismo, a luta coletiva das mulheres e as ocupações

Deslocando-se da posição de vítima, as mulheres, enquanto corpo-território, precisam se articular por meio de lutas e encontrar outras formas de sobrevivência e resistência nos seus territórios, uma vez que dentro desse sistema capitalista, heteronormativo e patriarcal, configura-se a “precariedade” que Judith Butler (2019, p. 40) interpreta como “situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte”.

Muitas dessas lutas vão acontecer, principalmente, por meio dos movimentos sociais de lutas (em territórios urbanos e rurais), como é o caso, por exemplo, do Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) – que realizam ocupações urbanas atreladas à luta por moradia digna e pelo direito à cidade. Há também os movimentos sociais feministas que realizam ações e manifestações de ocupação do espaço público (por vezes, também a ocupação de edifícios) na reivindicação dos direitos das mulheres. Alguns exemplos de movimentos sociais feministas são: a Marcha das Vadias (*SlutWalks*), o *NiUna a Menos*, as Campesinas e o Movimento de Mulheres Olga Benário.

Carmem Silva e Silvia Camurça (2013), em material produzido pelo SOS Corpo³, trazem um entendimento sobre feminismo e movimentos sociais. Para as autoras, “Os movimentos sociais são muito mais que a soma de suas lutas” (SILVA; CAMURÇA, 2013, p. 9), caracterizando-se, principalmente, pela continuidade de ações coletivas de longa duração, sempre deliberadas em grandes grupos e realizadas a partir de planejamento.

Há de se considerar também que as ações coletivas realizadas dentro dos movimentos sociais ultrapassam a reivindicação frente ao Estado e seus governos por mais políticas públicas, pois carregam consigo um caráter muito particular: lutar, resistir e transformar o modo como a sociedade está organizada, uma vez que buscam constituir outros caminhos e formas de pensar que carreguem outra lógica, diferente de como o mundo está organizado hoje (SILVA ; CARMUÇA, 2013).

3 “O SOS CORPO – instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, na região Nordeste do Brasil. Visando a emancipação das mulheres, propõe-se a contribuir para a construção de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental.”

Disponível em: https://soscorpo.org/?page_id=12

No caso das lutas feministas, a organização de mulheres para essa luta e transformação tem como ponto de partida o combate à opressão advinda do sistema patriarcal, capitalista e racista. Nesse contexto, apesar de todas as opressões que as acometem, são as mulheres que têm ocupado um lugar de destaque e protagonismo nos movimentos sociais e nas lutas pelo direito à cidade.

Essas lutas vão acontecer tanto nas periferias, a partir da constituição de espaços de solidariedade, partilha e resistência, como também nos movimentos sociais, ocupando as ruas, os imóveis sem uso e extrapolando a ideia do confinamento doméstico feminino e da dicotomia entre o espaço público masculino x espaço privado feminino (HELENE 2019; FRANCO; BENICIO; TAVARES, 2017).

Além disso, as mulheres se deslocam dessa posição de precariedade, subordinação, opressão e violência para um campo de reinvenção. Estar à frente dessas lutas significa, portanto, reivindicar e lutar coletivamente pelos direitos constitucionais, contra à omissão e violência do Estado, sua ineficiência e ausência de políticas públicas, (sobretudo para garantir os direitos fundamentais à existência).

Para Judith Butler (2019, p. 45), “embora o gênero não possa funcionar como paradigma para todas as formas de existência que lutam contra a construção normativa do humano, ele pode nos oferecer um ponto de partida para pensar sobre poder, atuação e resistência”. Isso quer dizer que quando falamos dessa luta das minorias sexuais e de gênero estamos falando de uma luta por um projeto democrático radical, o qual compreenda que essa não é a única população que é exposta aos processos de precariedade ou à ausência de direitos. Deve-se ter em mente, portanto, que a luta das mulheres na cidade é uma luta para combater as mais diversas opressões e reivindicar direitos plurais e é:

certamente uma luta que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de “nós”. Assim, o exercício público do gênero, dos direitos ao gênero, pode-se dizer, já é um movimento social, que depende

mais fortemente das ligações entre as pessoas do que de qualquer noção de individualismo (BUTLER, p. 75, 2019).

As ocupações como territórios populares de luta e de construção política, vem ganhando, ao longo dos últimos anos, segundo Clarissa Campos *et al.* (2020, p. 17), uma posição de importância “promovendo de maneira notável práticas, discursos e pautas interseccionais relacionados ao combate ao racismo, à homofobia e, destaca-se, ao feminismo”.

Já de acordo com Helene (2019), é no cotidiano dessas ocupações que se constroem outras formas de “morar”, resistir e existir coletivamente, estruturando alternativas às soluções ineficientes do Estado. A autogestão como base de organização das ocupações possibilita ainda uma experimentação de rompimento com lógicas capitalistas de produção e organização do espaço habitacional. Os valores debatidos e construídos coletivamente visam ao bem-estar da comunidade de ocupantes, em especial daqueles mais vulneráveis, dos quais destacamos aqui aqueles do gênero feminino (HELENE, 2019).

Percebe-se, assim, que diante da condição social da mulher e da pobreza feminilizada e racializada, as ocupações se mostram como uma saída ao modo de vida reprodutiva e doméstica imposto, visto que é nas ocupações “onde as mulheres também comandam o esforço de coletivizar o trabalho reprodutivo como uma maneira de economizar no custo da reprodução e de proteger umas às outras da pobreza, da violência de Estado e da violência dos homens” (FEDERICI, 2019, p. 315).

Por isso, para sair desse modo de vida, é necessário trazer à tona esses outros modos de vida, que fazem parte desses outros territórios que desafiam as relações de poder, onde ocupar é não só reivindicar, mas subverter a lógica da cidade da propriedade privada e da vida individualizada.

Casa de Referência Mulheres Mirabal: uma ocupação feminista

Após algumas reflexões acerca das lutas e resistências das mulheres nos movimentos feministas e sociais que atuam nos territórios, chega-se à Casa de Referência Mulheres Mirabal, segunda ocupação feminista da América Latina, feita por mulheres e para mulheres, organizada e coordenada pelo *Movimento de Mulheres Olga Benário*. A casa, localizada na cidade de Porto Alegre/RS, acolhe e abriga desde 2016, mulheres vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade social. Importante destacar que o *Movimento Olga* considera que as casas de referências são a concretização do que elas acreditam para o feminismo. Por isso, desde 2016, as mulheres que constroem o movimento já realizaram seis ocupações urbanas que funcionam como casas de referência aqui no Brasil.

O objetivo de ocupar, desde o início, era proporcionar um espaço de referência, acolhimento e atendimento às mulheres vítimas de violência, em situação de risco e de vulnerabilidade social, acompanhadas ou não de seus filhos. A criação desse espaço também é uma tentativa de reivindicar e denunciar a insuficiência dos serviços de acolhimento prestados pelo Estado e a ineficácia das políticas públicas para mulheres frente aos crescentes números de violência contra a mulher, sejam no âmbito público ou privado. Também suscita a violência de gênero que as mulheres sofrem por parte desse mesmo Estado, tanto pela omissão do seu papel, como por não assegurar o direito dessas mulheres à existência. Por isso, difere-se em alguns aspectos das demais ocupações urbanas: já que busca não só lutar pelo direito à moradia, mas garantir um espaço seguro com abrigo temporário, oferecendo condições básicas, como alimentação, higiene pessoal e vestimenta. Se constitui também como um local de sororidade, empoderamento feminino, debate político e ajuda mútua. A intenção é fortalecer os vínculos entre as mulheres acolhidas, promover debates sobre questões como a violência contra

a mulher, o protagonismo feminino e o papel da mulher na sociedade. Além disso, busca oferecer a partir da *Rede de Apoio da Ocupação Mirabal*, assistência psicológica, social e jurídica para as mulheres acolhidas. E por fim, através de iniciativas de economia solidária, procura desenvolver projetos e oficinas de capacitação para mulheres que possam gerar renda coletiva e individual, assim como possam adquirir independência financeira.

Seguindo na direção contrária, o Estado segue tentando desarticular e interromper os trabalhos desenvolvidos na casa, com as inúmeras tentativas de reintegração de posse e com os cortes da energia elétrica do imóvel sem aviso prévio ao longo dos quase cinco anos de existência da casa.

Por que pesquisar uma ocupação feminista?

Isto posto, entende-se a relevância em pesquisar sobre uma ocupação feminista como a *Casa de Referência Mulheres Mirabal*: possibilita expandir os horizontes para se deslocar não só do pensamento hegemônico, mas também permite conhecer e visibilizar outros modos de vida e práticas coletivas existentes nas cidades, distanciando-se deste lugar de silenciamento que as mulheres são comumente situadas.

Em outras palavras, significa trabalhar a partir de uma epistemologia feminista e interseccional que se contraponha à produção do conhecimento positivista que entende a objetividade enquanto totalidade. Para Donna Haraway (1995), é preciso buscar outros pontos de vista, outras perspectivas que não são costumeiramente reconhecidas e que prometam a produção de um conhecimento que nos permita construir mundos que se organizam para além dos eixos de dominação, o que significa “argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e das maneiras de ver”

(HARAWAY, 1995, p. 24). Ademais, abre caminhos para produção de um conhecimento que traz à tona outra lógica de se pensar o espaço urbano que se distingue daquela que trata o sujeito como universal.

Não só isso, pesquisar sobre uma ocupação feminista é dar visibilidade a um território cujas práticas sociais e modos de resistência se materializam, que confronta o sistema patriarcal e capitalista e se instaura em uma lógica que subverte a ideia de propriedade privada; por demonstrar a ausência e a ineficiência do Estado na elaboração e efetivação de políticas públicas para as mulheres; por trazer outros caminhos possíveis para combater e encerrar ciclos de violências; por ser um espaço construído coletivamente por mulheres e para mulheres. A construção da *Casa de Referência Mulheres Mirabal* é feita por mulheres vindas de várias partes da capital Porto Alegre e sua Região Metropolitana (e também de várias partes do Brasil) com interesse de construir coletivamente outro mundo possível. São mulheres que querem dar um fim nos ciclos de violência e acreditam no trabalho realizado pela casa e batem à porta. Mulheres da vizinhança que estão em situação de vulnerabilidade procuram a casa como um ambiente de suporte. São mulheres de outras instituições de acolhimento e enfrentamento à violência que reconhecem o serviço prestado pela casa (embora ainda não regularizado). São mulheres que interseccionam questões de gênero, classe, raça, religião e orientação sexual. São abrigadas, ex-abrigadas, acolhidas, ex-acolhidas, coordenadoras, militantes, voluntárias, profissionais das mais diversas áreas.

Mulheres que nem sempre (não mais) estão abrigadas na casa mas que desempenham papéis essenciais na socialização do trabalho reprodutivo lá dentro, pelos vínculos que criaram com as demais. Mulheres que constantemente nos procuram ou nos admiram e querem fazer parte desse todo. Mulheres que são corpos e são territórios. Seja nas manifestações políticas nos espaços públicos e/ou virtuais, seja na construção das redes de apoio psicológico, jurídico, na construção de projetos de geração de renda e emancipação financeira

ou na colaboração de atividades dentro da casa. São mulheres que constantemente nos procuram ou nos admiram e querem, de alguma forma, fazer parte desse todo.

Esse modo de organização coletiva da *Mirabal* e do *Movimento Olga* se aproxima de dois conceitos-chave que unem a teoria e a prática: a ideia-força de corpo-território explorada por Verónica Gago (2020) e a noção de comum – ideia também de caráter político que defende um modo de vida distinto do socioeconômico em vigência – nos quais os territórios tenham sua posse e seus usos coletivos e constituídos por meio da cooperação e partilha das tarefas reprodutivas (DARDOT; LAVAL, 2017; FEDERICI, 2019).

Por fim, pesquisar em uma ocupação urbana feminista que funciona como Casa de Referência para vítimas de violência doméstica e em situação de vulnerabilidade social, apesar de sua relevância, extrapola os limites da pesquisa e requer, antes de tudo, uma postura de responsabilidade. Portanto, ao me propor pesquisar em um território feito por mulheres e para mulheres, é impossível (improvável) que meu corpo se distancie e não se constitua como parte desse todo, por isso a opção por desenvolver uma pesquisa que se aproxime da etnografia e que possibilitará a produção das narrativas, em uma “indissociabilidade entre atividades teóricas práticas” (CARON *et al.*, 2020) e pesquisar estando com o outro em processo.

Considerações finais

As ocupações feministas são territórios em disputa, tomados por tensões, rompimentos e abalo das estruturas tradicionais de poder que trazem consigo outra noção de posse e amplia territórios antes confinados ao espaço doméstico e expande a luta política. É imprescindível e urgente legitimar essas outras formas de existência e trazer esse debate para dentro da Universidade. Sabe-se que ocupar por si só já é uma forma de resistência. Mas ocupar sendo mulher é

resistir duplamente. E toda essa potência e história precisa ser contada e reconhecida, dentro e fora do âmbito acadêmico, não só como acontecimento, mas como caminho para construção de agendas feministas e de outros mundos possíveis, em que o compartilhamento das tarefas ligadas ao cuidado e à vida sejam o centro da gestão e planejamento das nossas cidades.

Referências

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAMPOS, Clarissa.; PAOLINELLI, Marina.; VELLOSO, Rita.; CANETTIERI, Thiago. As ocupações urbanas na RMBH e a luta por moradia para além de quatro paredes e um teto. In: CANETTIERI, Thiago; PAOLINELLI, Marina Sanders; CAMPOS, Clarissa; VELLOSO, Rita (Organizadores). *Não são só quatro paredes e um teto: uma década de lutas nas ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Cosmópolis, Escola de Arquitetura da UFMG, 2020. 440 p.

CARON, Daniele.; ISOPPO, Rodrigo Schames.; OLIVEIRA, Kátia; PERSEU, Gian. M. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *V!RUS*, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=7&lang=pt>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FEDERICI, Silvia. *O Ponto Zero da Revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.

FRANCO, Marielle.; FRANCISCO, Mônica.; TAVARES, Rossana. Nossos corpos, nossa cor, nossa cidade: os impactos causados pelas intervenções decorrentes dos grandes projetos de urbanização no Rio de Janeiro. In: *Direito à Cidade: uma outra visão de gênero* – São Paulo: IBDU, 2017, p.10-14.

GAGO, Verónica. *A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Elefante, 2020.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, 2009, p. 4-7. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 20 dez. 2020.

HELENE, Diana. A Marcha das Vadias: o corpo da mulher e a cidade. In: REDOBRA 11 [ano 4, número 1], *Corpocidade*, n. 3, 2013, p. 68 -79. Disponível em: http://www.redobra.ufba.br/wp-content/uploads/2013/06/redobra11_08.pdf. Acesso em: 09 jul. 2021.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 951-974, Dec. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2019-4612>. Acesso em: 18 maio 2021.

hooks, bell. *Teoria Feminista: Da Margem Ao Centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUXÍ, Zaida. Mujeres haciendo ciudades: aprendiendo del pasado. *Kult-ur: Revista interdisciplinària sobre la cultura de la ciutat*. v. 2, n. 3, p. 111-124, 2015.

SILVA, Carmem.; CAMURÇA, Silvia. Feminismo e movimento de mulheres. *Série Mulheres em Movimento*, nº 1. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010. 63p.

TAVARES, R. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Tese (Doutorado em Urbanismo). Rio de Janeiro: UFRJ /FAU, 2015.

O DEBATE SOBRE O ABORTO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL E DO URUGUAI: ANÁLISE DOS PRONUNCIAMENTOS DAS PARLAMENTARES MULHERES (1985-2016)

*Luis Gustavo Teixeira da Silva¹
Rosangela Schulz²*

Introdução

O direito ao aborto foi inserido paulatinamente como um dos principais e mais controversos temas de discussão dos sistemas políticos da América Latina, após a redemocratização dos países da região. Esse processo ocorreu em virtude de reivindicações em torno desta agenda,

1 Graduado em Ciências Sociais com Mestrado em Ciência Política pela UFPel. Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (PPGCPol-UFPel).

E-mail: gustavoteixeira2519@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6029-0343>

2 Graduada em História com Mestrado e Doutorado em Ciência Política pela UFRGS. Professora Associada do Departamento de Sociologia e Política (DESP) e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Representação Política, Ativismo e Gênero (REAGE).

E-mail: rosangelaschulz@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8820-5083>

orientadas sob distintas motivações, a partir da interlocução dos/as representantes políticos/as com os movimentos sociais e associações da sociedade civil. Inicia-se uma cruzada conservadora (MISKOLCI, 2018) ainda nos anos 1990 encabeçada pela Igreja Católica que recebe apoio de outros segmentos religiosos e agnósticos (CORRÊA, 2018). A disputa se torna mais e mais antagônica e encontra na categoria “gênero” o ponto nevrálgico. Contudo, há variações relevantes na forma como este debate repercutiu em cada país, sobretudo no modo como os/as representantes políticos construíram suas plataformas de entendimento acerca da interrupção voluntária da gravidez. O objetivo deste texto é analisar a posição e os argumentos mobilizados pelas parlamentares mulheres ao se pronunciarem sobre o aborto. Para realizar esta pesquisa, utilizamos como metodologia de trabalho a análise dos pronunciamentos das deputadas proferidos na Câmara dos Deputados do Brasil e na Câmara de Representantes do Uruguai entre 1985-2016. A proposta é apresentar um panorama geral dos resultados aferidos pela investigação, explorando os dados em sua formação integral e proporcional, com a realização de inferências sobre as evidências expostas.

Para analisar esse cenário, subdividimos o texto em duas seções: na primeira apresentamos brevemente os elementos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, assim como o contexto de emergência dos dados; na segunda seção examinamos o modo como as posições sobre o aborto foram enunciadas pelas deputadas, e os argumentos empregados para sustentar suas posições.

Metodologia da pesquisa e contexto dos dados

A metodologia da pesquisa se baseou na análise dos pronunciamentos sobre o tema aborto, proferidos pelas deputadas que compõem a Câmara dos Deputados do Brasil e a Câmara de Representantes do Uruguai, entre os anos de 1985 e 2016, logo, todas as manifestações de fala realizadas em plenário desde o início do governo civil até 2016.

Essa pesquisa foi iniciada em 2012 e se concentrou nas informações disponibilizadas pelo legislativo brasileiro. O primeiro passo foi a seleção dos pronunciamentos que iriam compor a base de dados. Para isso, elaboramos um conjunto de palavras-chave que permitisse coletar as diferentes formas de construção da fala sobre o aborto. Após testes para experimentar os resultados obtidos no mecanismo de busca no site da Câmara dos Deputados Federais do Brasil, a conclusão foi que os termos mais apropriados para rastrear os pronunciamentos seriam os seguintes: “aborto”, “abortamento”, “interrupção voluntária da gravidez”, “interrupção da gravidez”, “interrupção voluntária da gestação” e “interrupção da gestação”. A partir desses procedimentos, coletamos e analisamos 1078 discursos, proferidos entre janeiro de 1985 e dezembro de 2016, período que abrange a 47ª legislatura até a 55ª legislatura.

A pesquisa na Câmara de Representantes do Uruguai foi efetuada a partir de 2014, após a conclusão parcial da realizada na Câmara dos Deputados do Brasil. Para estabelecer uma análise comparativa foram adotados os mesmos procedimentos, salvo por pequenas adequações executadas, principalmente idiomáticas. A comparação foi realizada a partir de alguns parâmetros. Em primeiro lugar foi efetuada com base em um recorte espacial específico, isto é, a análise dos pronunciamentos proferidos em uma esfera do Poder Legislativo, a Câmara dos Deputados. Em segundo, foi também aplicado um recorte temático, ou seja, entre os diversos assuntos que compõem a agenda parlamentar selecionamos os discursos sobre o aborto. Por último, o recorte temporal foi equivalente para ambos os países. Portanto, apesar das enormes diferenças entre Brasil e Uruguai (por exemplo, demográficas, territoriais e sociais), tais recortes viabilizaram a análise comparativa, pelo fato de nos concentrarmos no material produzido pelos/as representantes políticos/as de uma instituição do Estado circunscrita, que possuem função similar no regime democrático. Desse modo, na Câmara de Representantes do Uruguai foram coletados e analisados 337 discursos, proferidos entre

janeiro de 1985 e dezembro de 2016, entre a 42ª legislatura até a 48ª legislatura.

Após o processo de seleção, todos os pronunciamentos foram lidos e analisados. Para cada discurso uma ficha no software estatístico *Sphinx Lexica* foi preenchida, com 32 variáveis de classificação dos discursos. A utilização deste instrumento foi de suma importância à sistematização das informações, realizado em três etapas. A primeira etapa consistiu na documentação da fala parlamentar, com o registro da *Página*, *Expediente* (BR) / *Sessão Plenária* (UY) e *Data* do discurso nos Diários da Câmara dos Deputados e Câmara de Representantes. Na segunda etapa foram registradas as informações de identificação do/ a parlamentar pronunciante, tais como: *Nome*, *Sexo*, *Filiação Partidária*, *Unidade Federativa* (BR)/ *Departamento* (UY) pelo qual foi eleito/a, e o número de *Mandatos* que estava exercendo. A última etapa consistiu em classificar o conteúdo expresso em cada discurso, tais como: as *Palavras-chave* mencionadas na fala, a *Centralidade* com que o tema do aborto foi tratado no pronunciamento, *Posição* sobre o assunto, *Posição específica* (tipo de ampliação ou restrição ao aborto); *Argumentos* empregados para sustentar sua posição; o *Argumento Principal* da fala; o(s) *Argumento(s)* que o/a parlamentar buscou contestar e/ou refutar; a *Autoidentificação* utilizada como argumento de autoridade para pontuar um lugar de fala (por exemplo, mãe, mulher, médico, sacerdote etc.); a especificação de algum *Fato do momento sobre o qual o pronunciamento se baseou*, por fim, o arquivamento do *Discurso* e *Observações* sobre ele (em nota de pesquisa são explicitados com maiores detalhes os procedimentos: SILVA, 2017). A utilização do software estatístico *Sphinx Lexica* tornou exequível a sistematização e o cruzamento dos dados obtidos. Do mesmo modo, a construção de panoramas qualitativos e quantitativos de um material composto essencialmente por textos (resultados também em: MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017; MARIANO; BIROLI, 2018; SILVA, 2018; 2021).

Nesta análise comparativa precisamos levar em consideração o contexto em que os discursos foram proferidos. Do ponto de vista legal, é necessário sinalizar que a legislação brasileira, desde 1940, criminaliza o aborto, com atenuante para gestações resultantes de estupro, quando há risco de vida da gestante e, em 2012 por ação do Poder Judiciário, em fetos diagnosticados com anencefalia. Por sua vez, no Uruguai o aborto foi criminalizado em 1938, com atenuantes para casos de estupro, risco de saúde ou vida da mãe, penúria econômica e honra, esta legislação vigorou até o ano de 2012, quando a interrupção voluntária da gravidez foi descriminalizada.

Neste texto foi realizado um recorte na pesquisa, com o propósito de analisar apenas a posição e os argumentos das parlamentares mulheres sobre o aborto. Para isso, salientamos que vamos explorar os resultados obtidos por variáveis específicas na classificação dos pronunciamentos. A primeira variável é a de número oito (8), intitulada *Sexo*, que serviu para assinalar qual o sexo do/a orador/a. A segunda variável é a de número dezesseis (16) – *o discurso se coloca*: que por definição serviu para esmiuçar a posição em cada pronunciamento sobre a interrupção voluntária da gestação. Esta variável é composta por sete categorias que abrangem os distintos posicionamentos sobre a matéria. Para cada fala era possível assinalar até duas categorias, são elas: 1° *a favor da ampliação do aborto legal*; 2° *a favor da manutenção da lei*; 3° *a favor da restrição do aborto legal*; 4° *contra o aborto (genérico)*; 5° *por novas medidas punitivas e/ou de controle*; 6° *pela educação sexual e/ou planejamento familiar*; 7° *não se posiciona*: quando a fala se caracterizava pela ausência de posicionamento quanto à questão do aborto.

Nos casos em que o discurso era *a favor da ampliação do aborto legal*, imediatamente o preenchimento da ficha remetia a identificação da *Posição Específica* do discurso, através da variável de número 17 – *Caso a posição seja a favor da ampliação do aborto legal*: em que era necessário tipificar a que tipo de ampliação o discurso fazia menção. Em cada caso era possível marcar até quatro alternativas das seguintes

categorias, pela ordem: 1º *descriminalização total*; 2º *permissão em caso de inviabilidade do feto*; 3º *ampliação da assistência da rede hospitalar*; 4º *não indica que tipo de ampliação*; e/ ou 5º *outra ampliação*. Mesmo procedimento ocorreu quando a posição do pronunciamento era: *a favor da restrição do aborto legal e/ou por novas medidas punitivas e/ou de controle*. Nesta situação a ficha remetia à variável número 19 – *Caso seja a favor da restrição do aborto legal*, assim era possível designar até cinco das seguintes categorias de preenchimento, pela ordem: 1º *proibição total*; 2º *estupro*; 3º *risco de vida da mãe*; 4º *inviabilidade do feto*; 5º *políticas de repressão ao aborto*; e/ou 6º *outra restrição*. As variáveis designadas a identificar a posição parlamentar sobre o aborto, e suas respectivas categorias e especificações, exerceram papel significativo na catalogação adequada dos discursos. Por meio desse processo de classificação, tornou-se possível apresentar e escalonar as gradações entre as distintas inclinações expressas nas falas.

Essa exposição teve por propósito elucidar os procedimentos de coleta e classificação dos pronunciamentos, assim como o conteúdo das variáveis e categorias utilizadas nesse processo. Na etapa seguinte vamos explorar os resultados obtidos, através do cruzamento de informações entre as variáveis, apresentando quadros quantitativos e qualitativos sobre o posicionamento das parlamentares.

A posição das parlamentares sobre o aborto

As primeiras legislaturas analisadas registram os índices mais baixos de presença feminina, ao passo que as últimas os mais altos. A enorme diferença numérica entre homens e mulheres se transpõe à quantidade de pronunciamentos, igualmente desproporcional entre os sexos. Enquanto os discursos proferidos por mulheres contabilizam 149 falas no Brasil (13,8% do total de 1078) e 67 (19,9%) no Uruguai, aqueles efetuados por homens foram 929 (86,2%) e 270 (80,1%), respectivamente. Abaixo apresentamos tabela com os posicionamentos das deputadas nos respectivos países.

Tabela 1. Distribuição dos discursos, em quantidade e percentual, de acordo com as posições das parlamentares sobre o aborto no Brasil e no Uruguai, entre 1985-2016.

Posição ↓	País →	URUGUAI		BRASIL	
		Q.	%	Q.	%
A favor da ampliação do aborto legal		51	64,5%	74	41%
A favor da manutenção da lei		6	7,5%	29	16%
A favor da restrição do aborto legal		0	0	10	5,5%
Contra o aborto (genérico)		6	7,5%	21	11,6%
Por novas medidas punitivas e/ou de controle		0	0	7	3,8%
Pela educação sexual e/ou planejamento familiar		14	18%	23	12,7%
Não se posiciona		2	2,5%	17	9,4%
Total de posições nos discursos		79	100%	181	100%
Total de discursos		67	----	149	----

Fonte: Elaboração própria.

Obs.: Em cada discurso era possível assinalar até duas posições.

Ao observar a tabela, reparamos que existe um padrão similar quanto às posições das deputadas nos dois países. O primeiro ponto de constatação é que elas se posicionaram mais a favor do que contra o aborto, visto que em ambos os países a posição *a favor da ampliação do aborto legal* foi a mais sustentada nos discursos proferidos pelas deputadas. Entre as deputadas brasileiras e uruguaias os argumentos mobilizados com maior frequência para sustentar essa posição foram: *aborto é uma questão de saúde pública; injustiça social; liberdade individual e argumentos jurídicos*.

Mesmo assim, em perspectiva comparada, há uma diferença significativa de proporção nas duas amostras. Os discursos assinalados com *a favor da ampliação do aborto legal* atingem o percentual de 41% nos pronunciamentos das deputadas brasileiras e 64,5% entre as uruguaias. Essa informação é ilustrativa, na medida em que permite verificar níveis razoavelmente distintos na forma de absorção desta

agenda nas plataformas de atuação das deputadas mulheres nestes países.

Para cada posição registrada na categoria *a favor da ampliação do aborto legal* era necessário apontar até quatro tipos de ampliação. Na tabela abaixo apresentamos os resultados sobre os tipos de ampliação no direito ao aborto defendido nos discursos.

Tabela 2. Distribuição dos discursos de acordo com o tipo de ampliação de acesso ao aborto no legislativo brasileiro e no uruguaio, entre 1985 e 2016.

País →	URUGUAI		BRASIL	
	Q.	%	Q.	%
Descriminalização total	42	82%	26	31%
Permissão em caso de inviabilidade do feto	1	2%	12	14%
Ampliação da assistência na rede hospitalar	3	6%	31	37%
Não indica que tipo de ampliação	4	8%	15	18%
Outro	1	2%	0	0%
Total	51	100%	84	100%
Total de discursos A favor da ampliação do aborto legal	51	----	74	----

Fonte: Elaboração própria.

Obs.: Em cada discurso era possível assinalar até quatro posições.

De acordo com a tabela acima, há variações nesta *Posição específica* comparando os dois países. As deputadas uruguaias apresentaram posição favorável à *descriminalização total* em 82% dos discursos *a favor da ampliação do aborto legal*, já as brasileiras 31%. As categorias *permissão em caso de inviabilidade do feto* e *ampliação da assistência na rede hospitalar* foram apontadas pelas parlamentares brasileiras em 14% e 37%, respectivamente, entre as deputadas uruguaias tais categorias representam 2% e 6% das falas, respectivamente.

Por intermédio deste exercício notamos que os números sobre o tipo de ampliação pela *descriminalização total* aprofundam ainda mais as diferenças nos discursos proferidos. Neste caso é preciso ponderar

os contextos, primeiramente notar que 60 discursos proferidos pelas deputadas uruguaias (90% do total de 67) foram proferidos em pleno processo de apreciação e votação de projetos de lei sobre a descriminalização do aborto, ao passo que os pronunciamentos no Brasil foram majoritariamente efetuados em sessões ordinárias de tema livre, sem a deliberação exclusiva sobre a descriminalização.

Em segundo lugar, consideramos importante avaliar os baixos índices de ampliação aferidos no Uruguai nas demais categorias. O Uruguai é historicamente um dos países referência na América Latina na promoção e acesso a serviços de saúde, a partir de 2004 com a promulgação da Resolução 369/04 houve a regulamentação dos serviços de saúde pré e pós-aborto (ROSTAGNOL, 2008). Logo, esses fatos permitem entender a ausência da alta demanda nos discursos com relação à *ampliação da assistência na rede hospitalar*. Do mesmo modo, a categoria *permissão em caso de inviabilidade do feto* apresenta poucos registros devido ao fato de que em boa parte das gestações nestes casos (por exemplo, anencefalia), acarretam riscos à saúde da gestante (DINIZ, 2003). Sendo assim, esta situação se enquadrava na legislação vigente de 1938 até 2012.

A realidade brasileira é constituída por outro cenário, pois o sistema público de saúde é precário e insuficiente para atender a enorme demanda, e o sistema privado inacessível à grande parcela da população. Mais que isso, as exceções previstas desde 1940, permissão em caso de estupro ou risco de vida à gestante, são até certo ponto esvaziadas e ineficazes devido à burocracia, falta de atendimento e informação. As normas técnicas do Ministério da Saúde, de 1999 e 2005, foram tentativas de regulamentar e desburocratizar os serviços de atendimento e o acesso a interrupção voluntária da gravidez nos referidos casos. As pesquisas da antropóloga Debora Diniz (2003) demonstram que o usufruto desse direito envolve longas e controversas disputas judiciais, bem como uma série de laudos médicos comprobatórios da violência sexual e/ou do risco de vida da gestante. Aliás, é necessário ressaltar as muitas proposições

legislativas com o propósito de normatizar os obstáculos à realização do aborto nos casos previstos na legislação, como por exemplo: a exigência do exame de corpo de delito comprovando estupro para que o médico possa realizar aborto (PL 6115/13 – Salvador Zimbaldi – PDT/SP; Alberto Filho – PMDB/MA).

Portanto, as demandas por *ampliação da assistência na rede hospitalar* e pela *permissão em caso de inviabilidade do feto* devem ser avaliadas como relevantes pontos no debate sobre o tema frente ao panorama do legislativo brasileiro. Isso dito, tendo em vista que a ascensão de grupos conservadores na esfera política tornou regulamentações e/ou ampliações moderadas no direito ao aborto em empreendimento que exige significativa mobilização entre distintas esferas do legislativo, judiciário e da sociedade civil.

Esta ponderação teve a finalidade de entender os contextos em que os dados surgem e quando eles são comparados entre si. Nesse sentido, não é possível aferir, no campo da discussão pela ampliação dos direitos reprodutivos, uma maior inclinação ou predisposição das deputadas uruguaias em comparação as brasileiras no tocante à *descriminalização total* do aborto. É possível apontar um cenário atrelado à estrutura do sistema político, com a influência das forças religiosas e dos valores da sociedade, que possibilita, em certa medida, no caso uruguaio, ampliar a discussão e o conjunto das ações para deliberar sobre a descriminalização do aborto; já no brasileiro discutir agendas relacionadas a efetivação da legislação vigente e impedir que sofra retrocessos.

A categoria *contra o aborto (genérico)* apresenta percentuais similares nos discursos das deputadas do Brasil e do Uruguai. Esses pronunciamentos se caracterizam por apresentar discordância à ampliação do direito ao aborto, geralmente evocando argumentos relacionados à inviolabilidade do direito à vida, questões jurídicas, científicas, morais e/ou religiosas para sustentar a posição, ainda que sem defender alteração para retroagir na legislação vigente.

A diferença mais substantiva entre as deputadas brasileiras e uruguaias concentra-se nos pronunciamentos que sustentaram posições regressivas sobre o assunto: *a favor da restrição do aborto legal e por novas medidas punitivas e/ou de controle*. No Brasil são poucos os pronunciamentos com essas conotações, apesar disso eles podem ser avaliados como indicadores, pelo fato de representantes mulheres se colocarem a favor da restrição das exceções de punibilidade existentes na legislação, mais ainda pela defesa de medidas que estipulem maiores penas à outras mulheres. Além disso, esses dados revelam uma tendência crescente entre as deputadas mulheres, que serão examinadas com mais informações logo adiante. Por outro lado, como é possível notar na tabela, nenhuma parlamentar uruguaia se pronunciou para defender maiores punições às mulheres ou restrições ao aborto, sendo que a legislação do país, vigente desde 1938, abrangia um número considerável de exceções, tais como: gravidez decorrente de violação sexual, penúria econômica, risco de saúde ou vida da gestante, com penas estipuladas entre 3 a 6 meses de reclusão (SAPRIZA, 2002), por exemplo, no Brasil são de 1 a 3 anos.

Para cada posição registrada nas categorias *a favor da restrição do aborto legal e/ou por novas medidas punitivas e/ou de controle* era necessário apontar até cinco tipos de restrição. Na tabela abaixo apresentamos restrições defendidas nos discursos.

Tabela 3. Distribuição dos discursos das deputadas mulheres no Brasil e no Uruguai, em quantidade e percentual, de acordo com o tipo de restrição ao aborto, entre 1985 e 2016

Tipo de restrição ↓	País →		BRASIL	
	URUGUAI		Q.	%
Proibição total	0	0%	8	45,5%
Estupro	0	0%	2	12%
Risco de vida da mãe	0	0%	0	0%
Inviabilidade do feto	0	0%	2	12%
Políticas de repressão ao aborto	0	0%	4	24%
Outro	0	0%	1	6,5%
Total	0	----	18	100%
Total de posições <i>a favor da restrição do aborto legal e/ou por novas medidas punitivas e/ou de controle</i>	0	----	17	----

Fonte: Elaboração própria.

Obs.: Em cada discurso era possível assinalar até cinco posições.

Conforme abordado anteriormente, nos pronunciamentos das deputadas uruguaias não há registros da defesa de restrições na legislação de 1938, tampouco de maiores punições às mulheres. Na realidade, esse tipo de posicionamento também não é mobilizado pelos deputados homens, tendo-se registrado apenas três falas com tais inclinações. Consideramos esse um indicador da consolidação da laicidade do Estado nas deliberações públicas no Uruguai, princípio este que demonstra ter impacto nos limites, termos e parâmetros em que se organizam as construções discursivas. Isso dito, pois é possível enquadrar as razões científicas, jurídicas e/ou atreladas à opinião pública enunciadas em contrariedade à descriminalização do aborto e à autonomia plena das mulheres sobre seus corpos, mesmo que apoiadas em visões não consensuais da ciência e/ou de jurisprudência sobre a origem da vida, bem como em pesquisas de opinião com resultados discutíveis quanto à amostra e sua representatividade. Porém, não há sustentação sob esses parâmetros para defender, por exemplo, políticas de repressão às mulheres. Portanto, uma coisa

é dizer que a população é contra a descriminalização do aborto, e outra que a população é favorável à ampliação das penas às mulheres que abortam, ou ainda que a ciência e/ou a jurisprudência ofereçam razões para sustentar a restrição e/ou repressão ao aborto em caso de risco de vida da gestante, estupro ou quando há inviabilidade do feto. Logo, esse tipo de fundamentação de caráter regressivo incide preponderantemente em uma questão moral e/ ou de crença do/a parlamentar.

Entre as parlamentares brasileiras, os pronunciamentos defendendo a *proibição total* do aborto, restrição em caso de *estupro*, *inviabilidade do feto* e/ou *políticas de repressão* são expressivos, apesar de representar apenas 11,4% (17 de 149 discursos) do total de falas das deputadas sobre o assunto. As investigações realizadas em discussões sobre o aborto em outros países apontam que são raríssimas as falas de mulheres defendendo este tipo de posicionamento (RUIBAL, 2014; FERRE *et al.* 2002). Este é um dado relevante, na medida em que até 2003 apenas duas parlamentares haviam se pronunciado dessa forma, as demais falas foram todas proferidas após 2004. Em comum entre essas parlamentares é o fato de todas professarem a fé cristã, algumas vinculadas mais diretamente à Igreja Católica e Igrejas Evangélicas, além disso, a maioria delas (com exceção de Nice Lobão) integrarem as Frentes Parlamentares de oposição ao aborto, instaladas no Congresso Nacional desde 2005. Desde já, a informação permite avaliar a ascensão de grupos religiosos na Câmara dos Deputados, com a presença crescente de mulheres entre seus quadros, contudo, são necessárias mais evidências, expostas adiante, para examinar o fenômeno.

Por ora é necessário analisar as posições *a favor da manutenção da lei e pela educação sexual e/ou planejamento familiar*, haja vista que elas deflagram certa complexidade não identificada nas outras categorias, devido à heterogeneidade de direcionamentos e circunstâncias com que foram empregadas.

A categoria *a favor da manutenção da lei* se caracteriza pela posição em defesa da legislação e situações vigentes nos países correspondentes à pesquisa. Portanto, ela identifica aqueles discursos que apresentam resistências quanto às mudanças na legislação. Mais relevante é notar as distintas composições entre esses discursos pronunciados pelas deputadas de ambos os países. Haja vista que essa posição foi assumida pelas deputadas brasileiras, na maioria das vezes, com o intuito de se opor a retrocessos na legislação, precisamente 24 discursos (de 29) tiveram essa inclinação, em distintos contextos. Entre as deputadas uruguaias, a posição *a favor da manutenção da lei* foi empregada majoritariamente (quatro de seis discursos) para se opor, ainda que moderadamente, aos projetos de lei cujo propósito era descriminalizar o aborto. Após 2012, quando foi aprovada a interrupção voluntária da gravidez, as parlamentares Gabriela Perdomo (Frente Ampla) e Romina Napiloti (Frente Ampla) se pronunciaram *a favor da manutenção da lei*, sobretudo para contestar projetos de lei apresentados com objetivo de propor recuos na legislação aprovada em 2012.

A posição *pela educação sexual e/ou planejamento familiar* esteve preponderantemente associada à ampliação dos direitos reprodutivos das mulheres. Por um lado, sua função no debate parlamentar e político era pontuar a necessidade de ações direcionadas à educação sexual de jovens e/ou adultos, assim como orientação sobre a importância do planejamento familiar, no contexto de uma sociedade secular dirigida por um Estado laico, logo, sem interferências de pressupostos religiosos sobre a vida sexual e reprodutiva das mulheres. Por outro lado, durante as décadas de 1980 e 1990, a posição *pela educação sexual e/ou planejamento familiar* foi um dos principais fundamentos dos movimentos feministas e negros para coibir as ações de esterilizações de mulheres pobres na América Latina, promovidas por organizações internacionais. Por exemplo, no Brasil o combate a essas ações resultou no estabelecimento na Câmara de Deputados, em 1992, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Esterilizações, a qual

apontou a motivação higienista e racista dessas ações que ocorreram no Brasil e em outros países da região.

A partir dos anos 2000, a demanda por políticas de educação sexual e planejamento familiar passou a ser elaborada com outro enfoque, isto é, tais políticas começaram a ser apontadas como alternativas à ampliação nos direitos reprodutivos. Nessa construção as parlamentares tendem a argumentar que o aborto está associado à pobreza e, conseqüentemente, à ausência de políticas de educação sexual e planejamento familiar. Por isso, a resposta para a questão do aborto seria o investimento em políticas desta natureza, que produziriam melhores resultados na diminuição da prática, ao invés da descriminalização, que na perspectiva das parlamentares, “não respeita a vida e transformaria o aborto em método contraceptivo”.

Referências

MARIANO, Rayani; BIROLI, Flávia. O debate sobre aborto na Câmara dos Deputados (1991-2014): posições e vozes das mulheres parlamentares. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 50, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8650734>. Acesso em: 14 nov. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 230–260, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8650179>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653409>. Acesso em: 14 nov. 2021.

ROSTAGNOL, Susana. Panorama do aborto no Uruguai. In: ROCHA, Maria Isabel; BARBOSA, Regina. *Aborto no Brasil e países do Cone Sul*. São Paulo: Unicamp, 2008. p. 91-109.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira. Desenho da pesquisa: o debate legislativo sobre o aborto no Brasil e no Uruguai. *Revista Teoria & Pesquisa*, UFSCar, v. 26, n. 3, 235-251, 2017. Disponível em: <http://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/616>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PARTE III

Pesquisas sobre feminismos de fronteira Brasil-Uruguai

GÊNERO E CORPOS FRONTEIRIÇOS: TRAJETÓRIAS DE MULHERES NA CIDADE BINACIONAL DE ACEGUÁ (BRASIL-URUGUAI)

Hariagi Borba Nunes¹

A proposta deste texto tem relação direta com o projeto de tese desenvolvido no PPGH/UFRGS. Pelas circunstâncias condicionadas à pandemia COVID-19, a pesquisa de campo tardou em iniciar, dessa forma, o que irei apresentar aqui perpassa o próprio projeto de pesquisa, os objetivos e métodos a serem aplicados.

O objetivo central constitui entender o que é ser *mulher* fronteiriça *en el pueblo binacional²* de Aceguá-Acegua (Brasil – Uruguai). A partir dos estudos de gênero, feminismos decoloniais e teorizações sobre fronteira, tenta compreender a subjetivação ontológica entre habitar uma zona fronteiriça, a ilegalidade, e o contrabando em corporalidades generificadas pela categoria *mulher*.

1 Doutoranda em História-UFRGS/CNPq (2020-2024). Mestra em Educação (UFRGS) e licenciada em História (UFRGS). Professora voluntária TransENEM POA. Pesquisa questões relacionadas a fronteiras binacionais, pensando corpos subjetivados de forma clandestina e ilegal a partir das bifurcações e fluxos fronteiriços através dos aportes lesbofeministas decoloniais; assim como, gêneros, sexualidades e práticas dissidentes de existência.

E-mail: hariagibn@gmail.com

2 A produção deste texto está condicionada pelo corpo fronteiriço que escreve, por isso entendo como impossível falar de fronteira sem fazer emergir a riqueza da bifurcação linguística do português e do espanhol.

O cenário onde emergem as preocupações da nossa investigação é a pequena cidade – ou *villa, pueblo* – de fronteira seca, Aceguá. Legalmente, a partir das divisões estatais de cada país, Aceguá divide-se em duas: Aceguá Brasil³ e Aceguá Uruguay⁴.

A calle que separa as Aceguá(a)s, foi inaugurada pelos Tratado dos Limites, em 1851⁵, e Tratado da Lagoa Mirim, em 1909⁶, possibilitando, assim, a emergência estética na paisagem de marcos-limites (Mojones), que configuram, para seus habitantes, desenhos distantes de um acordo esquecido na história: “*Acá hay una línea imaginaria, porque la hicieron! Hay esos mojonos ahy pá bonito, porque de alli para ca es todo lo mismo*” (Documentário *La línea Imaginaria*⁷). A composição *doble chapa*⁸ não ocupa somente as institucionalidades – como escolas (Barão de Aceguá-BR e Escuela General Fructuoso Rivera-UY), ou as fiscalizações alfandegárias (Receita Federal e Aduana), ou mesmo os comércios brasileiros e os imponentes *Free Shops* do lado uruguaio – mas reflete as dinâmicas de fluxo de pessoas, mercadorias, nacionalidades, parentescos, comércio. Ou seja, é a própria composição do sujeito que atravessa constantemente a linha divisória, transportando, carregando e contrabandeando as línguas (espanhol + português = portunhol), costumes, desejos, sensações e subjetividades. Dessa forma, organizando e compondo o cotidiano da fronteira.

O espaço da fronteira, longe de ser sinônimo de limite, divisão, separação, é em si a assimilação, aglutinação e integração. A relação de pertencer somente a uma cidade, como aponta José Luiz Filho

3 Site Prefeitura Municipal de Aceguá-RS. Disponível: <https://acegua.rs.gov.br/>

4 Site da Intendencia de Melo-UY. Disponível: <http://www.cerrolargo.gub.uy/>

5 Tratado dos Limtes Brasil e Uruguai, disponível: <http://info.lncc.br/utt1851.html>

6 Tratado Lagoa Mirim.

Disponível: <https://wp.ufpel.edu.br/alm/files/2018/08/1909trat-limites-lagoa.pdf>

7 LA LÍNEA Imaginaria. Direção: Gonzalo Rodriguez, Nacho Seimanas. Produção: Ludo Contenidos, Montevideo, 2008. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=60hhTPBHWtc>

8 Dupla nacionalidade.

(2010, p. 20) “[...] apresenta uma unicidade econômico-social, cultural e territorial marcante, propiciada pela mobilidade e fluidez entre [...] pessoas, veículos, bens, negócios e eventos”. Esta unicidade binacional forja lógicas *escamoteadoras* de acesso a recursos públicos em ambos lados da linha divisória, criando condições para uma vida vivível (BUTLER, 2015) duplamente negociada.

Do trafegar cotidianamente de um lado ao outro emerge a própria condição de *contrabandista/matrero/quilero/bagayero*, relativa à sobrevivência e à circulação na cidade. Mesmo na dinâmica de fronteira aberta⁹ – caso de Aceguá –, a lógica jurídica de ambos os países opera como o limite que solidifica as fiscalizações do Estado, “cuando es necesario burlar las lays (...) Es haí que el límite aparece” (GONCALVEZ, 2017, p. 10). A ação ilegal da passagem de mercadorias em pequena escala e o acesso a serviços binacionais de forma ilegal, são algumas das estratégias de um existir contrabandista em Aceguá. A enunciação sou *contrabandista*, ou *a gente*¹⁰ é *contrabandistas* – usada pelos moradores *del pueblo* para uma identificação estratégica e sorradeira, afasta-se da concepção de um contrabando em larga escala, oriundo – muitas vezes – das fronteiras fechadas¹¹ que dinamizam o tráfico de drogas internacional e o crime organizado, produzindo uma zona fronteira de conflito contínuo, precarização e intensificação das políticas de morte¹². Podemos ver essa relação na fala de Zaragoza quando é perguntado sobre o ato de contrabandear, ele responde: “É contrabando o que não é contrabando. Que é trazer as coisas do Brasil pra vender aqui no Uruguai. Não é contrabando. Contrabando é mais pra longe” (*La línea Imaginaria*, 16:00).

A história do contrabando na fronteira de Aceguá é a própria história de Aceguá. Nos inícios do século XX – 1917 – *los milicos da la banda oriental* orgulhavam-se de ter matado “El ultimo matrero”:

9 Que baseia-se na livre circulação de seus habitantes.

10 Ver mais em Pacheco (2017).

11 Fronteiras fechadas são relativas à proibição da circulação de um país ao outro.

12 Ver conceito de Necropolítica (MBEMBE, 2018).

Martin Aquino. Conhecido pela recente historiografia uruguaia¹³ e convertido em anti-herói nacional, Aquino era de Melo – capital do departamento de Cerro Largo e 60 km de Acegua – ganhava a vida contrabandeando mercadorias do Brasil para o Uruguai. Jovem contrabandista, emerge na história como “justiceiro”, “sujeito que desafiava as leis para sobreviver”, assim, tornou-se a imagem de uma existência positiva para os habitantes de Aceguá: “comprar tabaco, *caña e goyabada* [...] levava pra vender. Esse era o meio de vida dele. Ele já era um *quintero* e é parte da nossa história [...] isso sempre existiu. É a forma que as pessoas daqui encontraram de sobreviver à região” (*La línea Imaginaria*, 15:20).

Das muitas histórias sobre o nome da cidade¹⁴ envolvendo a hibridez de habitar uma zona fronteira, a que mais nos interessa tem ligação com o contrabando e a passagem de mercadorias pelos campos, reorganizando a narrativa de “origem” a partir dos tropeiros contrabandistas uruguaiois que iam a cavalo levando *caña en barril*, e ao passarem pelas altas serras ouviam um “zorro”, ou “lobo do mato” que “*hace guá*”. Ou seja, a identificação enquanto *pueblo* está historicamente ligada ao contrabando, às fronteiras das independências do século XIX, que segundo Guazzelli, estabeleceram *los hombres sueltos*, evidenciando a mestiçagem como condição primeira da fronteira: “a primeira geração de fronteiriços por todos os lados foi formada por mestiços. [...] *hombres sueltos* de origem mestiça vagueavam pelos campos” (GUAZZELLI, 2003, p. 125).

Desta assertiva histórica sobre os sujeitos de fronteira, configuro uma dúvida desneutralizadora da universalidade masculina: existiam/existem *mujeres sueltas*¹⁵? Se sim, onde estavam/estão? Quem eram/

13 Bandrymer (2008). Disponível em: https://www.academia.edu/12094440/CARLOS_GONZ%C3%81LEZ._LA_MUERTE_DE_MART%C3%8DN_AQUINO.

14 Aceguá, do tupi-guarani (Yace-guab), significa terra do descanso eterno [...] “terra alta e fria”, mencionando as características geográficas e climáticas (JOSEPH, 2010).

15 Compreendo que a construção do conceito de *hombre suelto* relaciona-se às

são? Quais condições de enunciação possibilitaram continuidades, ou impulsionaram rupturas? Compreendendo que a lógica aqui aplicada não baseia-se no suplemento, como já advertia Joan Scott (1990) sobre a História das Mulheres, ao tensionar o uso da *falta* para complementar uma história da não existência, invisibilidade ou apagamento das mulheres. A funcionalidade dessas perguntas deriva dos estudos de gênero e de um pensar o corpo fronteiriço decolonial que ultrapasse as concepções de *contar a história inserindo mulheres*. O que se pretende vislumbrar é que a condição de re-criação de outras narrativas sobre os sujeitos intrinsecamente relaciona-se ao próprio eu que as escreve: um corpo de mulher, fronteiriça, universitária, sapatão e não-branca.

A partir dessa lógica feminista, criar pontes que façam sentido para um presente político das sujeitas da fronteira, sem deixar de ter um compromisso de responsabilidade histórica, temporal e situada com as categorias utilizadas (HARAWAY, 1995). Visibilizando que emergência do gênero enquanto produtor discursivo de feminilidades, masculinidades, sexualidades, racializações, comportamentos, entre outros, tensiona constantemente o investigar sobre o corpo, construindo possibilidades de rupturas teóricas-metodológicas-epistemológicas-ontológicas que democratizam e pluralizam o acesso à produção de conhecimentos.

Para pensar processos de feminilização, contrabando e fronteira, alio-me às teorizações das feministas decolonias, especificamente aos escritos de Gloria Anzaldúa –*Borderlands/La Frontera: La nueva mestiza*. (2016[1987]) –, e Sayak Valencia – *Capitalismo Gore* (2010). Ambas produzem *desde e para* a fronteira concepções feministas referentes a subjetividades contrabandeadas, levando em consideração a desfragmentação de nacionalidades, linguagens e a própria desintegração da categoria universal de mulher.

masculinidades, assim, o ato de questionar sobre *mujeres sueltas* não é propriamente investigativo sobre o passado, mas desestabilizador dos aspectos que condicionam a ausência, na historiografia, dessas mulheres.

Escrevem em temporalidades díspares, convocando seus espaços de pertencimento para produções teórico-epistemológicas situadas: a fronteira do México. Nessas produções o que emerge é uma fronteira fechada, criminalizada, cercada pela violência e pelo impedimento de circulação. Compreendemos que a relação dos corpos fronteiriços destes escritos é marcada pela ilegalidade do existir, cerceamento da liberdade de circular e pela violência em uma instância de subalternidade diferente das corporalidades das fronteiras sulplatinas. Assim, evidenciamos a lacuna teórica em relação às fronteiras sul dentro das concepções dos feminismos decoloniais.

A partir dessas considerações iniciais, este esboço de estudo pretende ter como fio condutor a história de uma família de mulheres que nasceu e vive em Aceguá. Natalia Rodrigues tem 105 anos, brasileira de nascimento mas uruguaia de “localização”. Natalia me recebeu em sua casa em maio de 2019, acompanhada da sua filha mais velha, Eva Rodriguez (62 anos) e da minha avó – amiga de Natalia. Conversamos, tomamos mate e rimos durante um dia inteiro, próximo da *carretera* onde passam os *quileros*. Com um sorriso no rosto e um tabaco na mão, Natalia me contou que na identidade “brasileira” tem 96 anos, mas que, por motivos de “não havia cartório para registrar” foi ter sua certificação de nascimento quase 10 anos depois. Neta de escravizados, Natalia teve oito filhos, 6 homens (Rosalino, Reovaldo, Luiz Carlos, José e Romário (Sapo)) e 2 mulheres (Eva Maria e Manoela (Mosquista)). Vida dura desde cedo, monteando, cortando mato e dormindo embaixo das pontes, “meu pai me ensinou tudo... *montear*¹⁶, *açudear*¹⁷, *carnear*¹⁸”. Natalia foi casada muitas vezes e, segundo ela, perdeu as contas de quantos namorados e *golpes* já teve. Da geração de mulheres que a seguem, da filha Eva teve quatro netas (o): Adriana, Márcia, Ana e José Carlos. De Manoela, mais três: Jorge, Bibiana e Silvana. A terceira geração

16 Cortar árvores para vender lenha.

17 Fazer açude.

18 Matar e destrinchar uma vaca, ovelha ou carneiro.

teve mais oito membros, sendo que quatro são mulheres (Natali, Florencia, Taiara, Maitê). A bisneta de Natalia, Natali, gerou a quinta geração, Romina de 5 anos.

Importante frisar que o condutor desta pesquisa é a própria Natalia: mulher, negra, fronteiriça e umas das pessoas mais antigas da *villa* de Aceguá. Natalia, durante a conversa, traçou toda sua narrativa memorialística relacionada ao contrabando, ilegalidade e às próprias práticas ilícitas que fazia para sobreviver. Em determinado momento lembrava da infância e descrevia os passos dos cavalos dos contrabandistas de *caña* passando pelos campos do pai, e este, negociando ora com os *quileros*, ora com os aduaneiros. Depois, destrinchava os momentos que ela mesma estava na posição de poder quando ia *montear* com os filhos e ficava dias ou meses no mato. Novamente, a figura do contrabandista, ainda a cavalo, devolvia adrenalina aos contos de Natalia: “um dia passaram lá no meu acampamento e furaram a chaleira. E eu louca pra tomar um mate”. E como se um rasgo na própria condição de falar sobre o passado perfurasse a contemporaneidade, Natalia descreveu a fila de quileiros que atualmente passavam na frente da sua casa, levando quilos de botijão de gás em cima de uma moto.

Na mesma conversa, Eva Rodriguez estabelecia outras condições de ser mulher dentro daquela família. Eva, desde cedo, trabalhou como empregada doméstica, mas hoje, orgulha-se de ser “inspectora de transito”. Eva, diferente da mãe, é uruguaia de registro mas brasileira de nascimento. Dentro dessas lógicas operam as nacionalizações e desnacionalizações das travessias. Eva conta que a mãe saiu da zona rural de Aceguá e caminhou a pé “cortando mato” até a parte uruguaia e lá permaneceu, comprando um terreno que na época custava 50 pesos (hoje, 5 reais). Segundo Eva, a mãe deve ter caminhado – com três filhos pequenos – mais ou menos uns 40 quilômetros. Em recordação pertinente sobre si e sobre a mãe, Eva relata a vez que a mãe foi presa por bater no marido, e ao ser questionada sobre os

“modos de uma mulher casada”, Natalia respondeu “desacatando” o *milico*, ato que a faz retornar mais uma semana para a cadeia.

Desses fragmentos sobre a conversa realizada com Natalia Rodrigues, podemos perceber as condições potentes de práticas e estratégias de subjetivações e resistências de um corpo fronteiriço, porém, fazem parte de uma pequena amostra da variedade linguística, binacional e de pensamento que a condição de mulher da fronteira propicia. Conceber a composição familiar de cinco gerações de mulheres que, atravessadas pela lógica da fronteira, do contrabando e da ilegalidade, negociam e modificam as linguagens, pertencimentos e as relações com o *espaço-tempo-movimento-acontecimento* da fronteira.

Do tempo que estive com ela, Natalia perguntou da minha mãe, do meu pai e da minha irmã. Se eu havia casado ou ainda estava solteira. Momentos esses que a lógica pesquisador-pesquisado desloca para uma relação de territorialidade, comunalismo e pertencimento: Hariagi-Natalia; Hariagi-Eva. Importante frisar que a condição de pesquisadora é a própria mobilização e realização da pesquisa, das entrevistas e da escrita deste estudo, por essa razão é uma condição que se aglutina a outras (mulher, fronteiriça, sapatão), mas não desaparece, pois está embutida em uma relação de poder-saber (FOUCAULT, 1979) da fala, da escuta e da escrita. Desse tensionamento e compromisso situacional na pesquisa, a partir do sujeito que escreve, emerge a possibilidade de pensar a categoria de *pesquisadora-fronteiriça*.

Assim, a proposta de teste enquanto objetivo geral é entender como se constituem, experienciam e subjetivam corporalidades fronteiriças marcadas pela lógica do contrabando na fronteira sul platina da cidade binacional de Aceguá-Acegua a partir da trajetória de vida intergeracional das mulheres da família Rodrigue[s/z], desde a matriarca, Natalia Rodrigues (105 anos), até a trineta Romina Almeida (5 anos), orientada teórica e metodologicamente, nas concepções sobre fronteira sul, feminismos decoloniais e na história oral.

Referências

- A LINHA Imaginária. Direção: Cíntia Langie; Rafael Andrezza. Produção: Secretaria do Estado da Cultura. Brasil, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D_hT3J9ZaFs. Acesso em: 20 dez. 2021.
- ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral?* Possibilidades para além da construção do passado. CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 2016.
- ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands/La Frontera: La nueva mestiza*. Trad. De Carmen Valle Simón, Madrid: Capitán Swing, 2016[1987].
- BANDRYMER, Sonia. *Carlos González*. La muerte de Martín Aquino. Montevideo, 2008.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BOTTINO, M. del Rosario Bernardi. *Sobre límites y fronteras*. Rivera – Santana do Livramento. Estudios historicos – CDHRP- mayo 2009 - n. 1.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- GONÇALVEZ, Berenice. *Una investigación sobre la identidad y vivencia de los fronterizos de Aceguá BR/UY a través de la Foto Biografía*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2017
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Fronteiras Americanas na Primeira metade do século XIX: o triunfo das representações nos Estados Unidos da América. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 18, pp. 124-144, 2003.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- JOSEPH, Francine Pinto da Silva. *Territorialidade e direito étnico na comunidade negra rural Vila da Lata – Aceguá, fronteira Brasil/Uruguai*, Pelotas, 2010.
- LA LÍNEA Imaginaria. Direção: Gonzalo Rodriguez, Nacho Seimanas. Produção: Ludó Contenidos, Montevideo, 2008. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=60hhTPBHW7c>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopolítica, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: N-1 edições, 2018.

PACHECO, Cintia da Silva. Identidade sociolinguística na fronteira de Aceguá (Brasil-Uruguai). *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 276-304, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/10948>. Acesso em: 14 dez. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n. 2, jul./dez, 1990.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACEGUÁ-RS. [Site institucional]. Disponível em: <https://acegua.rs.gov.br/>. Acesso em: 14 dez. 2021.

INTENDENCIA DE MELO-UY. [Sitio web institucional]. Disponible en:<http://www.cerrolargo.gub.uy/>. Acceso en: 14 dez. 2021.

TRATADO Lagoa Mirim. 30 Outubro 1909. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/alm/files/2018/08/1909trat-limites-lagoa.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.

VALENCIA, Sayak. *Capitalismo Gore*. Cidade: Editora Melusina, 2010.

ASSÉDIO MORAL E SEXUAL NA UNIVERSIDADE: OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES

Dulcinéia Esteves Santos¹

Introdução

Ao se falar sobre práticas de violências contra as mulheres no Brasil é necessário mencionar uma importante lei, dentre outras existentes, que em agosto de 2021 completou 15 anos e vem modificando, ainda que de maneira lenta, o cenário dos desafios de violência enfrentado pelas mulheres brasileiras. Trata-se da Lei N° 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Maria da Penha, que tem o intuito de coibir a violência doméstica, eliminar as formas de discriminação contra as mulheres, punir e erradicar a violência contra as mulheres, dentre outras questões (BRASIL, 2006).

¹ Dulcinéia Esteves Santos é mineira, mulher preta, sexta filha de uma família camponesa, de 38 anos. Está graduanda em Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e bolsista do PET - Diversidade e Tolerância. Está como conselheira no Movimento Antirracista - UFPreta e contribui na Coordenação da Roda de estudos no Laboratório Interdisciplinar de Estudos Feministas (LIEF), da UFPel. Possui experiências em Projetos de Extensão e Iniciação Científica em Agroecologia com Agricultura Familiar na Zona da Mata de Minas Gerais. Foi bolsista no PET Medicina Veterinária da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, de dezembro de 2013 a fevereiro de 2017.

E-mail: santosedumedvet@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9891-1846>

A mulher que dá nome à referida norma é Maria da Penha Maia Fernandes, uma farmacêutica, nascida em Fortaleza, Ceará, que lutou muito para ver seu agressor condenado. Seu marido à época, Marco Antonio Heredia Viveros, era um professor universitário colombiano, que além de produzir diversos tipos de violência física, tentou matá-la por duas vezes. Em decorrência dessas agressões, ela ficou paraplégica.

É sabido que a violência de gênero no Brasil é bastante presente, muito provavelmente por uma questão cultural, a partir da qual os homens objetificam as mulheres. É preciso compreender que essa violência de gênero praticada contra as mulheres é uma forte expressão do patriarcado, em que as mulheres são notadas como sujeito social subalterno. Com isso, a violência contra as mulheres é vista como resultado de uma ideologia de dominação masculina, que é produzida e reproduzida tanto por homens como por mulheres, já que se constrói culturalmente (SANTOS; PASINATO, 2005).

O padrão da violência de gênero se perpetua por vários domínios da vida social, designadamente no mercado de trabalho, no qual as mulheres sofrem discriminações diretas ou indiretas. Continuam a ter de enfrentar uma segregação simultaneamente horizontal e vertical, já que essas encontram-se maioritariamente empregadas em setores de atividade menos valorizados e a ocupar os escalões mais baixos da estrutura ocupacional (DIAS, 2008).

Ao falar sobre assédio, é importante explicitar que o assédio moral é caracterizado por uma comunicação hostil (vertical descendente ou ascendente), sem ética, através de práticas repetidas, de forma deliberada ou inconsciente, que causam humilhação, de modo sistemático, que deixa a vítima desamparada e indefesa. Há também o assédio horizontal proveniente de colegas de trabalho ou meio acadêmico (NUNES; TOLFO, 2015).

Segundo Heloani (2005), se costuma dizer que a discussão acerca do assédio moral é nova. Entretanto, o fenômeno, infelizmente, é bastante antigo, apesar de não haver um nome específico para aquela

prática que todas as mulheres já tinham enfrentado. A violência através do assédio moral é, muitas vezes, um sofrimento invisível no trabalho e na vida das pessoas, que traz ao sujeito fraqueza psicológica, uma vez que há conduta abusiva em relação à pessoa vitimada. Esta prática é também entendida pela intenção em desqualificar e até mesmo enfraquecer, do ponto de vista psicológico, a vítima.

Já o assédio sexual é qualquer tipo de constrangimento, sob vários aspectos, na tentativa de obter vantagens sexuais, além do objetivo de violar a dignidade da vítima. Entretanto, em outros países, por exemplo, como os Estados Unidos, um simples olhar pode ser caracterizado como assédio sexual e se tornar um processo jurídico (DIAS *et al*, 2019; DIAS, 2008; HELOANI, 2005).

O assédio sexual também pode ser um avanço do assédio moral, no qual agressores humilham e tratam suas vítimas como objetos que devem permanecer em sua disposição. Com isso, as testemunhas costumam ignorar a situação por medo de manifestarem apoio às vítimas e despertar agressão por parte das pessoas agressoras (RIBEIRO, 2020).

A desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho ainda é muito significativa e torna o ambiente mais hostil à presença feminina, com isso, há maior possibilidade de assédio moral dirigido às trabalhadoras. A situação ainda pode se agravar, pois, muitas vezes, a violência transita de um assédio a outro, pois pode iniciar com assédio moral e posteriormente assédio sexual. É possível, ainda que diante de um assédio sexual ao qual a vítima se negou a ceder, o agressor investa, algumas vezes, com frases abusivas que denotem assédio moral (SIMÕES; MELO, 2016).

Segundo estudo realizado por Nunes e Tolfo (2015), o assédio no ambiente acadêmico, como o de uma universidade, é no mínimo incoerente e incabível, já que esse lugar deveria promover educação, cidadania, respeito.

No meio acadêmico, o superior hierárquico que deveria exercer o papel de orientar, se utiliza do seu poder e da sua posição, muitas

vezes, para humilhar e minar a vítima. Ao se tratar de um ambiente universitário, o superior hierárquico deveria exercer o papel de orientar e acolher os subordinados, o que é contraditório aos resultados das pesquisas (RIBEIRO, 2020). Diante desse contexto, o objetivo do presente trabalho é explorar os dados de uma pesquisa que traz informações sobre a violência recorrentemente vivenciada pelas mulheres através de práticas de assédio moral e sexual na Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

Metodologia

O presente trabalho apresenta um recorte da pesquisa sobre assédio moral e sexual na UFPeL, conforme já mencionado. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, através de um formulário Google. A referida pesquisa foi idealizada e executada pelas bolsistas do Programa de Educação Tutorial – Diversidade e Tolerância (PET-DT), iniciada em 2019, a partir das inquietudes de duas bolsistas de cursos de Engenharia, que presenciaram várias falas machistas no centro de estudos no qual estavam inseridas. Os formulários tiveram 572 respostas da primeira fase e a publicização se deu nas redes sociais do PET DT. Atualmente, há outro formulário de segunda fase, lançado nas redes sociais do grupo, o qual conta com 52 respostas. Os dados das respostas foram tabulados através do Excel e as narrativas foram exploradas de forma totalmente anônima. O objetivo da pesquisa foi obter informações na pretensão de construir um banco de dados sobre a existência de assédio moral e sexual na UFPeL, a partir de respostas de discentes de graduação e pós-graduação, egressas/os, docentes, técnicas/os administrativa/os, trabalhadora/es públicos e terceirizada/os e, a partir disso, realizar divulgação científica sobre os resultados. Para este estudo, serão avaliadas apenas as respostas das mulheres que contribuíram para a pesquisa, uma vez que este público apresenta um número bem mais expressivo de respostas.

Resultados e discussão

Do total de respondentes da pesquisa, sendo 572, obteve-se 424 respostas de mulheres, o que representou o expressivo número de 74,12%. Destas, 55,89% tinham idades entre 17 e

26 anos, com 27 a 38 anos representavam 20,05%; com idade acima de 39 anos com porcentagens bem menores e somente 3,30% não disseram a idade. Ao responderem sobre a categoria, as graduandas foram maioria, com 61,32%; pós-graduação 10,86%; egressas 10,38% e demais categorias em números menores. Ainda, a maioria das respondentes eram brancas.

A seguir, algumas narrativas exemplificam situação de assédio vivenciada pelas respondentes. Na narrativa seguinte há o caso do assédio moral ascendente, de um aluno para

com uma docente: “Um aluno do sexo masculino desqualificando uma professora dizendo que ela não deveria estar ocupando tal posição” (Narrativa 1).

No que diz respeito ao assédio moral vertical descendente, no qual o docente fere a dignidade materna, como se uma mulher que é mãe não tivesse o direito de estudar, há a seguinte narrativa: “Professor falando que eu deveria estar em casa cuidando da minha filha e não na sala de aula” (Narrativa 2).

Ao avaliarmos a presença de assédio moral no ambiente acadêmico, Ribeiro (2020) aponta situações de discriminação ligadas às mulheres, fato ilustrado pela seguinte narrativa: “Fui assediada moralmente por professor de projeto durante a graduação em arquitetura e urbanismo. Cursei três semestres e desisti da UFPel, devido a essa perseguição do professor” (Narrativa 3).

Já sobre assédio moral horizontal, uma trabalhadora pública assim diz: “Colegas da sala de mesma área que foram embora do hospital e que sofreram assédio direto e cruel por essa profissional [...] chegam a ter crise de pânico por causa dessa colega” (Narrativa

4), comprovando aqui que, não apenas as discentes de graduação sofrem assédio, outras categorias também são vítimas.

De acordo com Dias (2008), o assédio sexual acontece devido à influência da ideologia patriarcal, que sustenta a autoridade dos homens sobre as mulheres, legitimando todo o tipo de abusos de que elas possam ser alvo, quer no espaço privado, quer no profissional. A narrativa seguinte explicita esse argumento: “Quando discordei do professor, ele veio na minha direção, fez piada e me deu um beijo na cabeça contra minha vontade. Fui oprimida demais e não consegui me impor contra” (Narrativa 5).

No que diz respeito à existência de muitos relatos informais nos meios de comunicação de mulheres que afirmam ter desistido de estudar ou de prosseguir na carreira acadêmica por terem sofrido assédio sexual por parte de seus professores ou orientadores – nível hierárquico superior (DIAS *et al.*, 2019), as narrativas seguintes explicitam tal situação: “Um professor de [...] ficou o semestre todo fazendo piadinhas de cunho sexual e elogios desnecessários ao ponto de fazer eu desistir do curso” (Narrativa 6); “Professor dando abraço apertado e demorado demais, cheirando pescoço sem consentimento” (Narrativa 7).

Segundo estudo realizado por Dias (2008), o assédio sexual está assim ancorado no campo da sedução e da sexualidade, ou seja, modelo que valida e legitima relações desiguais entre homens e mulheres em matéria da sexualidade. Porém, assédio sexual não tem nada a ver com a sexualidade, mas uma expressão exacerbada do sexismo e uma das formas mais nefastas e sutis de violação das mulheres. Nota-se na narrativa seguinte uma misoginia explícita: “Professor pressiona as alunas mulheres para responder as questões em aula e faz piadas machistas, racistas e homofóbicas em aula” (Narrativa 8).

Um caso de assédio sexual horizontal pode ser aqui notado: “Um ‘colega’ do curso já mandou mensagem com conteúdo pornográfico de madrugada, depois fez comentários maldosos” (Narrativa 9). Neste trecho, o assédio sexual é mais do que uma forma de coerção sexual e que só poderá ser devidamente compreendido na confluência

das relações de autoridade e do interesse sexual existentes numa sociedade estratificada em função do gênero (DIAS, 2019).

Segundo Ribeiro (2020), situações de discriminação ligadas às mulheres que enfrentam resistência para alcançar postos mais elevados, igualdade perante os homens e pela dificuldade de se impor em decorrência do medo, pois sofrem discriminação pelo simples fato de serem mulheres. Nesse sentido, a narrativa seguinte comprova essa teoria, pois a respondente disse: “Professor da Medicina dizendo em aula que as mulheres são menos inteligentes porque têm filhos; que as loiras são burras e assemelhar isso a uma inflamação do cérebro; chamar negros de mulatos dizendo que eles são burros [...]” (Narrativa 10).

Ao se avaliar se haveria caso de assédio horizontal na Universidade, uma respondente traz uma fala clássica, que certamente toda mulher já vivenciou: “Colega afirmando que apenas não concordei com sua perspectiva porque devia estar de TPM” (Narrativa 11). Nesse sentido, ao falarmos de discriminação, podemos afirmar que todo assédio é discriminatório, pois ele é ligado a não aceitação das diferenças das pessoas, nesse caso, por ser uma mulher (RIBEIRO, 2020).

Ademais, outro exemplo de assédio sexual descendente, com hierarquia, nota-se aqui, ou seja, uma situação em que o docente abusa do poder do lugar que ocupa: “Uma colega teve sua blusa levantada e o professor passou a mão na bunda” (Narrativa 12).

A prevenção e o enfrentamento da violência contra as mulheres, que permeia toda a sociedade brasileira, passam necessariamente pela diminuição das desigualdades de gênero e exigem o engajamento de diversos setores, no intuito de garantir que todas as mulheres e meninas tenham acesso ao direito básico de viver sem violência. Para isso a libertação da mulher, dentre outras questões, depende de sua conscientização enquanto sujeito autônomo e independente do homem, o que será alcançado através de práticas educativas, numa perspectiva de construção de autonomia (AMORIM *et al*, 2021; SANTOS; PASINATO, 2005).

Percebeu-se que existem poucas pesquisas sobre o tema dos limites entre assédio sexual e cantada, e que estes, muitas vezes, são confundidos devido a aspectos culturais, além de ser um assunto recente e frequente na mídia (DIAS *et al*, 2019).

As narrativas aqui explicitadas permitem que possamos verificar que o assédio moral e sexual estão presentes no cotidiano do tecido social feminino da UFPel. Apresentamos o assédio vivenciado através de algumas poucas narrativas, mas há muitas outras, as quais podem causar danos marcantes às vítimas, podendo levar, inclusive, ao abandono do curso. Infelizmente uma pequena parcela das assediadas faz denúncia ou pede ajuda.

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância da realização da denúncia de quando se é vítima de assédio, não importa de qual natureza, uma vez que a formalização da denúncia gera estatística e, sobretudo, explicita o problema a fim de se exigir soluções, como a construção de políticas públicas institucionalizadas. O mais importante é que as vítimas sejam encorajadas para denunciarem e enfrentarem tal violência.

Conclusões

Através da análise do contexto de violência de assédio moral e sexual no meio acadêmico da UFPel, notou-se também que além de provocar situações graves de problemas de saúde, ele pode ainda causar a desistência do curso. A grande maioria das respondentes não relata que realizou denúncia, e as poucas que relataram disseram que de nada adiantou tal ocorrência. Tal situação provoca uma reflexão, uma vez que a Universidade deveria ser um ambiente seguro, de respeito, tolerância e liberdade.

Por fim, nota-se que, embora nos últimos anos tenham aumentado as publicações sobre a temática, é importante estimular mais pesquisas dessa natureza, pois é somente expondo os problemas que se pode construir alternativas e busca de soluções para o problema.

Referências

AMORIM, Danielle Silva; DA SILVA, Patrícia Morais; PEREIRA, Catilena Silva; TAVARES, Hanari Santos de Almeida; DE LIMA, Lilian Natalia Ferreira. Sobre todas elas: A Extensão Universitária e o Combate ao Assédio Sexual Contra A Mulher. *Vivências extensionistas do PIBIEX*, v. 5 n. 1, 2021. [Online]. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/5217>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 set. 2021.

DIAS, Isabel. Violência contra as mulheres no trabalho: O caso do assédio sexual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Oeiras, n. 57, p. 11-23, maio 2008. Disponível em http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365292008000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 set. 2021.

DIAS, Jhenifer Prescilla; GARCIA, Luciana Marolla; CARAMASCHI, Sandro. Assédio sexual: uma análise do conceito entre o público universitário feminino. *Repositório Institucional UFC*. Educação em Debate, Fortaleza, ano 41, nº 79, mai. 2019. Online. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/47158>. Acesso em: 28 set. 2021.

HELOANI, Roberto. Assédio moral: a dignidade violada. *Aletheia* [en line], Canoas, n. 22, p. 101- 107, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013470010>. Acesso em: 27 set. 2021.

NUNES, Thiago Soares; TOLFO, Suzana da Rosa. O assédio moral no contexto universitário: uma discussão necessária. *Revista de ciências da Administração*, Florianópolis, v. 17, n. 41, p. 21-36, abr. 2015. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2015v17n41p21>. Acesso em: 26 set. 2021.

RIBEIRO, Mailane Fontes. Precisamos falar de Assédio Moral: Uma Análise sobre as Práticas e Estratégias de Enfrentamento da EAUFBA. *Revista Formadores*, v. 13, n. 2, p. 71, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://seer-adventista.com.br/ojs3/index.php/formadores/article/view/1398>. Acesso em: 26 set. 2021.

SANTOS, Cecília M.; PASINATO, Wânia. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinários de America Latina y El Caribe*, Tel Aviv, v.16, n. 1, p.147-164, 2005.

OLHARES INTERSECCIONAIS NA ANÁLISE DAS DISPUTAS PROPORCIONAIS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS EM 2016

Diana de Azeredo¹

Aproximações entre feminismo negro e política institucional

É vasta a literatura que aborda os limites da democracia liberal e pensa alternativas para diminuir as barreiras que afastam, há séculos, mulheres, negros, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos da política institucional (FRASER, 1998; PHILLIPS, 2001; KROOK; NORRIS, 2014). O dilema, que pode ser pensado tanto em termos participativos, quanto representativos, trata da recorrente exclusão de pessoas que, já nas suas características identitárias, se opõem ao imperativo masculino universal (PINTO, 2010). Forçadas para as margens dos espaços frequentados pelas elites com poder decisório, são notável minoria nos cargos eletivos do Poder Executivo e Legislativo, embora sejam maioria na população.

¹ Jornalista pela Unisc, mestra em Jornalismo pela UFSC e mestranda em Ciência Política na UFRGS. Foi a primeira vereadora negra a tomar posse na Câmara de Venâncio Aires (RS) em 2019 como suplente. Há cinco anos, integra a ONG Alphorria.

E-mail: azeredo_diana@yahoo.com.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5118-0046>.

Há consenso sobre o baixo percentual de mulheres e negros entre as pessoas eleitas para assumir mandatos nas disputas majoritárias e proporcionais, situação agravada a ponto de se tornar um paradoxo brasileiro, já que o país é formado, em sua maior parte, por mulheres e negros. Investigações apontam múltiplas causas para essa disparidade – desde fatores culturais como a educação de mulheres voltada para a esfera privada e o desempenho de tarefas domésticas (SANCHEZ, 2015; BIROLI, 2018) e o preconceito racial (PEREIRA, 2019) até obstáculos do desenho institucional e da organização interna dos partidos (SACCHET, 2011; CAMPOS, 2015).

Apesar de haver uma tradição de estudos que abordam o tema pela perspectiva de gênero, e trabalhos recentes atentando para o aspecto racial², como Meneguello *et al.* (2012) e aqueles citados anteriormente, poucas são as pesquisas que propõem um olhar interseccional, analisando a condição específica de mulheres negras nas disputas eleitorais (VALE, 2013; ANIAS; OLIVEIRA, 2014; LUIZY; RABAY, 2016; RIOS; PEREIRA; RANGEL, 2017). Seguindo os caminhos sugeridos por Crenshaw (2002) e Collins e Bilge (2021), este estudo é estruturado da seguinte maneira: após esta breve introdução, o conceito de interseccionalidade e suas implicações são discutidos. Depois da apresentação e análise dos dados relativos às eleições proporcionais ocorridas em 2016, são feitas as considerações finais.

Opressões que se articulam provocando desvantagens para mulheres negras

Mesmo não tendo sido a primeira intelectual a articular as categorias de gênero e raça a fim de pensar sobre opressões, Crenshaw (2002; 2016) foi pioneira na definição do termo interseccionalidade como “conceituação do problema que busca capturar as consequências

2 Cabe lembrar que, apenas em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passou a coletar informações referentes à raça/etnia das candidatas e dos candidatos.

estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Aproximando-se e avançando na compreensão do termo, Collins e Bilge (2021, p. 17) explicam que “em determinada sociedade, em determinado período, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada”. Em seu livro, as duas pesquisadoras estudam casos de opressões que se entrecruzam, limitando o acesso de mulheres não brancas e não ricas a competições esportivas, créditos bancários e serviços de saúde, entre outros.

Ainda nesta primeira parte sobre o significado de interseccionalidade, cabe mencionar três intelectuais brasileiras. Figueiredo (2021) destaca a importância de autoras afro-estadunidenses e observa que o feminismo negro é um modo de reflexão e ação abrangente que trata da maioria das situações e não pode ser visto apenas como movimento identitário. Já Gonzalez (1984, p. 224), na vanguarda dessa conexão no Brasil, interpreta “o duplo fenômeno do racismo e do sexismo”, avaliando como essa combinação “produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular”. Carneiro (2003, p. 118-119) sintetiza lutas e conquistas do movimento feminista brasileiro e a necessidade de prosseguir para a abordagem racial.

Enegrecendo o feminismo é a expressão que viemos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. [...] Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso.

Gonzalez (1984), Carneiro (2003) e Figueiredo (2021) denunciam estereótipos comumente associados à mulher negra brasileira (como o da promiscuidade ou maior aptidão ao trabalho doméstico que ao intelectual), que contribuem para condenar esse grupo à precarização e à falta de oportunidades no mercado de trabalho. Outras desigualdades específicas se referem às pesquisas e aos tratamentos de saúde – as autoras denunciam que faltam estudos para investigar com profundidade doenças como anemia falciforme que acometem com mais frequência mulheres negras. São elas também que sofrem mais esterilizações forçadas e dificuldades para vivenciar a maternidade, enfrentando o risco de seus filhos serem presos ou assassinados (vítimas da violência do Estado), maiores índices de mortalidade infantil, moradia inadequada e educação racista.

Em sua participação no *Fazendo Gênero*, Figueiredo (2021) atualiza dados sobre a baixa porcentagem de negros e negras nas câmaras municipais, federais e prefeituras, sinalizando a falta de representatividade nos espaços de poder. Contrapondo a social-democracia ao neoliberalismo, Collins e Bilge (2021, p. 274) destacam que “promover a democracia é uma preocupação constante da interseccionalidade, que tem vários projetos interseccionais alinhados a projetos democráticos liberais, sociais ou participativos”.

Chances eleitorais das candidatas negras ao cargo de vereadora

Os dados utilizados neste trabalho foram disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), obtidos por meio do pacote *electionsBR* e tratados no R. A identificação das raças segue a autodeclaração das candidatas conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas, nesta investigação, as raças preta e parda foram consideradas raça negra, conforme o Art. 1º do

Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12288³). A taxa de sucesso eleitoral foi obtida por meio do cálculo que dividiu o número de pessoas eleitas pelo número de pessoas que se candidataram, multiplicando o resultado por 100 – a exemplo do que fizeram Miguel e Queiroz (2006).

Também calculando dessa maneira, Sacchet (2011) percebeu que os desempenhos eleitorais são dinâmicos e as taxas de sucesso mudam não apenas entre gêneros, cargos e agremiações, mas no decorrer dos anos, diminuindo, aumentando ou permanecendo estável. Ainda assim, avalia-se que a mensuração aqui realizada, considerando os resultados de 5.568 municípios, é eficaz para ajudar a mostrar como as desigualdades estão presentes na política institucional brasileira, dificultando a inclusão de determinados grupos nos espaços de poder.

Admite-se o risco de obter um índice menor se houver uma quantidade maior de candidaturas. Contudo, embora esse aumento possa significar uma participação maior de grupos minoritários (algo desejável), também pode sinalizar para candidaturas-laranja. A fim de evitar a suposição enganosa de que mais candidatas indicariam mais representação, opta-se pelo uso da taxa de sucesso eleitoral. Vale acrescentar que, entre 57.942 vereadoras e vereadores eleitas/os em 2016, 48,6% autodeclararam-se brancos, 37,1%, negros, 8,4%, brancas e 4,9%, negras.

3 Estatuto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm Acesso em: 30 set. 2021.

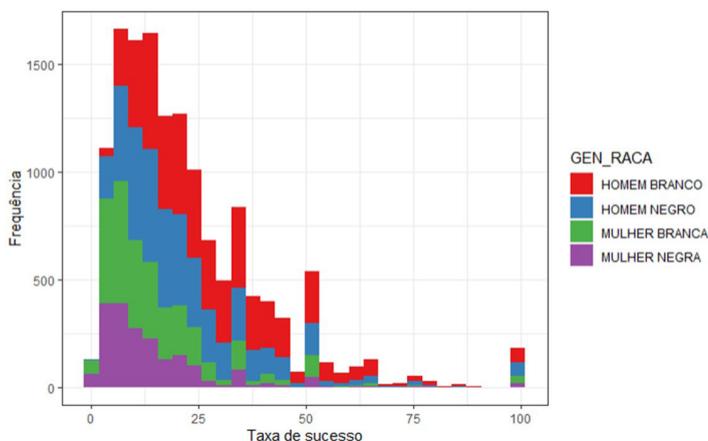
Quadro 1. Sucesso eleitoral de brancos, negros, brancas e negras

Gênero e raça	Nº de pessoas que se candidataram	Nº de pessoas que foram eleitas	Taxa de sucesso eleitoral
Branco	153.109	28.156	18,38%
Negro	154.471	21.492	13,91%
Branca	80.993	4.875	6,02%
Negra	71.213	2.879	4,04%

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Analisando a frequência absoluta das candidaturas às câmaras municipais, já é possível verificar que o número de candidatos brancos equivale a mais do que o dobro da quantidade de candidatas negras. E mesmo se candidatando mais do que os homens brancos, os negros são menos eleitos. A proporção de pessoas eleitas em cada grupo evidencia um problema de desigualdade que não se resolve apenas inserindo mais mulheres e negros na disputa eleitoral, pois, por exemplo, em 2016, a cada cem pessoas negras que concorreram, dez conseguiram vencer; a cada cem brancas, 14 obtiveram vaga. As diferenças nas taxas de sucesso, que ficam mais evidentes na separação por gênero e raça, são melhor expressas no gráfico a seguir.

Gráfico 1. Frequência da taxa de sucesso por gênero e raça nos municípios



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O histograma mostra que, dos três níveis de frequência relativa, as candidaturas de mulheres negras sequer atingem o mínimo, revelando que a proporção de eleitas entre as candidatas é muito pequena. Suas chances de vitória eleitoral são as mais baixas e, na maioria dos municípios, não chegam a 12%. Ainda que as brancas cheguem quase ao segundo nível e os negros, ao terceiro, os únicos que ultrapassam o mais alto nível de frequência são os brancos. Esses dados indicam, portanto, que, neste grupo, o sucesso eleitoral é mais comum.

Entre mulheres negras, as taxas de sucesso frequentemente estão entre 5% e 10%, ou seja, a cada cem concorrentes, entre cinco e dez conquistam vaga, números que variam conforme o município. Entre os homens brancos, a proporção mais recorrente fica na faixa de 15% a 20%. Na grande maioria das cidades brasileiras, as taxas de sucesso ficam abaixo de 25%. Além disso, embora seja menos comum candidatos brancos terem chances de 50% ou mais, quando comparado com grupos minoritários (mulheres e negros), é o perfil que majoritariamente tem as mais altas e frequentes taxas de sucesso eleitoral, denotando a discrepância entre presença na população e no Legislativo.

Os municípios que apresentam as maiores chances de candidatas negras serem eleitas estão localizados na região Nordeste e contam com menos de 10 mil habitantes – números que ajudam a demonstrar as restrições dos espaços de poder para pardas e pretas. Cabe dizer que das 5.568 cidades brasileiras, 4.815 tiveram candidatas negras e apenas 1.983 elegeram uma vereadora negra ao menos, ou seja, mais de 60% das câmaras legislativas locais não contam com parlamentares pardas ou pretas. Brancas concorreram em 5.169 municípios e foram eleitas em 3.126; negros disputaram em 5.028 e obtiveram vaga em 4.467 câmaras municipais.

As cidades com mais negras eleitas para o Poder Legislativo, com seis vereadoras em cada, foram Brejo (MA), onde 29 concorreram, e Inhuma (PI), onde 14 disputaram. É interessante registrar que, em

Brejo, quatro brancas, nove brancos e 59 negros se candidataram à Câmara. Desse grupo, além das seis vereadoras negras, foram eleitos sete vereadores negros. Também com o Poder Legislativo formado sem pessoas brancas, Inhuma teve candidaturas de dois brancos, duas brancas, 26 negros e 14 negras. Entre parlamentares, além das seis negras, elegeu cinco negros. Trata-se de casos excepcionais, onde as taxas de sucesso de candidatas negras chegam a 20,7% (em Brejo) e 43% (em Inhuma).

Apesar de estarem evidenciados no quadro e no gráfico, os dados indicam diferenças significativas entre brancas e negras e entre negros e negras? A fim de diminuir as incertezas referentes a essas estatísticas, interessa a aplicação do teste t de hipótese, seguindo a mesma lógica da comparação de médias (KELLSTEDT; WHITTEN, 2015). Mesmo a amostra apresentando distribuição assimétrica positiva, com cauda à direita, é possível aplicar um teste paramétrico para comparar as médias considerando os 5.568 resultados das eleições de 2016.

Tendo como base a literatura referenciada neste estudo, a hipótese é de que o gênero, combinado com a raça, tenha efeito na taxa de sucesso eleitoral, diminuindo as chances de candidatas negras tanto entre mulheres quanto entre negros. Contrariando a hipótese fundamentada no referencial teórico, a hipótese nula deste teste pressupõe que as taxas sejam equivalentes. Já a hipótese alternativa para um teste bicaudal afirma que as médias são diferentes.

$$H_0: \mu_1 = \mu_2$$

$$H_1: \mu_1 \neq \mu_2$$

Onde a μ_1 = média das taxas entre pessoas

do mesmo gênero ou da mesma raça

μ_2 = média das taxas de mulheres negras

$$\alpha = 0.05$$

Imagem 1. Testes de hipótese aplicados às taxas de sucesso

Teste de média entre brancas e negras

estimate	estimate1	estimate2	statistic	p.value	parameter	conf.low	conf.high	method	alternative
2.2	16	14	5.2	1.8e-07	4411	1.4	3.1	Welch Two Sample t-test	two.sided

Teste de média entre negras e negros

estimate	estimate1	estimate2	statistic	p.value	parameter	conf.low	conf.high	method	alternative
-8.6	14	23	-21	9.4e-95	4381	-9.4	-7.8	Welch Two Sample t-test	two.sided

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na imagem, os valores da *estimate1* correspondem, na primeira linha, à média das taxas de sucesso eleitoral das candidatas brancas e, na segunda linha, à média das taxas das candidatas negras. Na *estimate2* da primeira linha, está a média das taxas das mulheres negras; na segunda, dos homens negros. A *estimate* indica a diferença entre os dois grupos. Ou seja, nas eleições municipais de 2016, a maior distância está entre pessoas da mesma raça, mas de gêneros diferentes. Mulheres brancas têm apenas 2,2% a mais de chance de vitória do que negras.

Os resultados dos dois testes sugerem descartar a hipótese nula (de que as médias das taxas de sucesso em grupos diferentes sejam iguais), embora não sirvam para comprovar a hipótese alternativa. Os valores *p* (0,00000018 do primeiro teste e 0,0094 com mais 92 casas decimais à esquerda do segundo teste) são muito menores que o nível de significância 0,05, indicando uma probabilidade baixíssima de encontrar as diferenças de médias (2,2 e -8,6) inseridas nos intervalos de confiança (indicados abaixo de *conf. low* e *conf. high*) nas condições estipuladas em H_0 .

Esse tipo de mensuração é, de certa forma, inédito nas pesquisas sobre desempenho eleitoral de mulheres negras. Todavia, a literatura sobre interseccionalidade sustenta a suposição de que mulheres negras teriam, em comparação aos homens negros e às mulheres brancas, menos chances de serem eleitas vereadoras no Brasil. Essa desigualdade ocorre devido à articulação de opressões de gênero e raça que se entrelaçam formando uma estrutura excludente específica.

Portanto, havia, a expectativa de que candidatas negras apresentassem uma taxa de sucesso eleitoral menor, o que se verifica nos dados resumidos no quadro e no gráfico. A possibilidade de que as chances sejam iguais é estatisticamente descartada após a aplicação do teste de hipótese. A inserção de informações sobre a ocupação das pessoas que se candidataram e foram eleitas complementaria a análise, possibilitando visualizar melhor o aspecto da classe – eixo igualmente importante para estudos interseccionais.

Considerações finais sobre interseccionalidade e sucesso eleitoral

Nos limites quase ensaísticos deste estudo, o objetivo foi mensurar e analisar as chances de sucesso eleitoral nas disputas por vagas no Poder Legislativo ocorridas nos municípios brasileiros em 2016. Empreendeu-se o olhar interseccional, pontuando as diferenças entre homens (brancos e negros) e mulheres (brancas e negras). A partir das leituras de Crenshaw (2002) e Collins e Bilge (2021), além das pesquisadoras brasileiras anteriormente citadas, havia uma suposição quanto à diferença entre as taxas de sucesso de brancas e negras, como também de negros e negras, sendo menores as de pretas e pardas. Mas uma das questões era: o quão menores seriam? Agora se sabe, entre outras informações, que as negras chegam a ter quase cinco vezes menos chances do que os brancos de conquistarem um mandato nas câmaras municipais.

Na maioria das cidades brasileiras em 2016, a cada cem candidatas negras, menos de dez foram eleitas. Apenas 35,6% das casas do Poder Legislativo contam com uma vereadora negra. Das mais de 71 mil mulheres pardas e pretas que participaram do maior evento democrático de 2016 na condição de concorrentes, menos de 3 mil obtiveram votos suficientes para garantir vaga nos espaços decisórios municipais. Dados como esses sinalizam para dificuldades relacionadas às condições do pleito e às barreiras impostas pelas opressões de gênero e raça, que costumam não apenas inibir as candidaturas, mas diminuir as chances efetivas de vitória das candidatas.

Os resultados reforçam as afirmações sobre a existência de obstáculos que limitam a presença de mulheres (SANCHEZ, 2015; BIROLI, 2018), negros (CAMPOS, 2015) e negras (RIOS; PEREIRA; RANGEL, 2017) na política institucional brasileira. Essas restrições persistem a despeito das garantias de igualdade inerentes à democracia liberal e das consolidadas

reflexões teóricas que apontam problemas e soluções nesse sentido (FRASER, 1998; PHILLIPS, 2001; KROOK; NORRIS, 2014).

Importa lembrar que, nesta análise, a delimitação empírica abrangeu as eleições proporcionais realizadas em 2016. Foi o primeiro ano em que as disputas municipais passaram a contar com informações sobre a raça de participantes, atraso superior a oito décadas (se considerado o ano de criação da Justiça Eleitoral⁴) e que também serve de indicativo do desinteresse institucional a respeito da ausência, nos espaços de poder, de grupos majoritários na população.

No estudo das observações, as diferenças foram divididas em quatro pares dicotômicos, excluindo, por exemplo, candidatos e candidatas indígenas e de cor amarela, e deixando de mensurar a categoria ocupação – o que certamente enriqueceria a abordagem interseccional. Reconhecendo, por fim, possibilidades de aprimorar esta pesquisa, observando outras variáveis, além de outras unidades territoriais e outros pleitos, cumpre-se, por ora, a proposta de contribuir para as reflexões acerca do desempenho eleitoral de grupos minoritários partindo da perspectiva interseccional que pressupõe a articulação entre as opressões patriarcais, racistas e classistas.

Referências

ANIAS, Elane Conceição; OLIVEIRA, Sara Regina Santos de. “A quebra do contrato social”: mulheres negras na política do Recôncavo da Bahia. In: REDOR, 18, Recife, 2014. *Anais...* Recife, 2014.

BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2018.

CAMPOS, Luiz Augusto. Socialismo Moreno, Conservadorismo Pálido? Cor e Recrutamento Partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas Eleições de 2012. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, pág. 689-719, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201556>. Acesso em: 17 dez. 2021.

4 Informações disponíveis em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/cultura-e-historia/museu-do-voto/temas/historia-da-justica-eleitoral-e-do-tse> Acesso em: 08 nov. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CRENSHAW, Kimberlé W. *Palestra proferida no TED Talks*. Vancouver, out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vQccQnBGxHU>. Acesso em: 03 ago. 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIGUEIREDO, Angela. *Palestra proferida no Fazendo Gênero*, Florianópolis, 29 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wkFGMskDqfl>. Acesso em: 03 ago. 2021.

FRASER, Nancy. *Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition, participation*. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung gGmbH, 1998.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.

KELLSTEDT, Paul M.; WHITTEN, Guy D. *Fundamentos da Pesquisa em Ciência Política*. São Paulo: Blucher, 2015.

KROOK, Mona Lena.; NORRIS, Pippa. Beyond quotas: strategies to promote gender equality in elected office. *Political Studies*, v. 62, n. 1, p. 2-20, 2014. Available from: <https://doi.org/10.1111/1467-9248.12116>. Acesso em: 17 dez. 2021.

LUIZY, Luana; RABAY, Glória. Reflexo de um Estado excludente: a representação parlamentar das mulheres negras nas eleições de 2014. In: RÊDOR, 20., Recife, 2016. *Anais...* Recife, 2016.

MENEGUELLO, Rachel *et al.* *Mulheres e negras na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em 4 estados brasileiros*. Campinas: Unicamp/Cesop, 2012.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Crstina Monteiro de. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 2, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2006000200003/7754>. Acesso em: 17 dez. 2021.

PEREIRA, Wescrey Portes. Raça e eleições: candidaturas negras na competição eleitoral para vereador no Rio de Janeiro. *Conexão Política*, v. 8, n. 1, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/rcp.issn.2317-3254.v8e1.2019.p11-28>. Acesso em: 17 dez. 2021.

PHILLIPS, Anne. De uma política de idéias a uma política de presença? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100016>. Acesso em: 17 dez. 2021.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 17 dez. 2021.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. *Cienc. Culto*, São Paulo, v. 69, n. 1, pág. 39-44, março de 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 dez. 2021.

SACCHET, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (org.). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cànone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Representação política das mulheres: uma revisão crítica da bibliografia. *BIB*, n. 80, 2º sem. 2015.

VALE, Máisa Maria. Cidadania liberal e patriarcal – repensando a participação política das mulheres negras. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10, Florianópolis, 2013. *Anais Eletrônicos*, Florianópolis, 2013.

ATUAÇÃO E SUB-REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NEGRAS EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA LEITURA SOBRE AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020 NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS⁵

*Édna Alice Duarte da Rocha⁶
Tatiéle Diniz Brites⁷*

O presente trabalho tem por proposta realizar uma análise sobre a atuação e a representação de mulheres negras, no município de Pelotas, com foco especial nas eleições de 2020, ocorridas sob o contexto da pandemia provocada pela SARS-COV 2.

Este trabalho é de cunho descritivo e ancorado na abordagem qualitativa, de maneira que se situa dentro do tema de raça e gênero. Partimos do pressuposto de que a análise sobre a (quase) ausência das mulheres negras nos espaços de poder não pode estar separada

5 Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no II Seminário Discente da Ciência Política, ocorrido em Setembro e organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/UFPR.

6 Mestranda em Ciência Política/PPGCPOL/UFPEL - Bolsista CAPES/Ações Afirmativas.

E-mail: rochaedna88@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6013-9165>

7 Mestranda em Ciência Política/PPGCPOL/UFPEL - Bolsista PRPPGI UFPEL/Ações Afirmativas.

E-mail: tatielle.brites@gmail.com.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1792-4755>

da compreensão sobre as estratégias que, historicamente, têm sido forjadas por elas para enfrentar as desigualdades que afetam suas vidas, tais como a organização e liderança que exercem dentro dos movimentos sociais negro e feminista (CARNEIRO, 2003). Os dados utilizados aqui foram extraídos do repositório institucional do Tribunal Superior Eleitoral e das publicações realizadas em redes sociais, tais como *Instagram*, *Facebook* e *Youtube*. Posteriormente, os dados coletados foram analisados a partir das teorias sociais situadas no feminismo negro.

Apesar de as eleições terem ocorrido dentro de um contexto afetado pela pandemia e pelo recrudescimento do racismo, o número de mulheres negras candidatas ao legislativo municipal aumentou no pleito de 2020 (LOURENÇO; FRANCO, 2021; CAMPOS; MACHADO, 2020). A hipótese que mobilizamos aqui é de que o aumento da participação de negras no pleito tem a ver também com a reação delas ao racismo, cada vez mais crescente e escancarado. A despeito disso, as mulheres negras reagem. Como disse a filósofa Angela Davis (2017): “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”, ou seja, é pelas mãos e pelo pensamento das mulheres negras que os sentidos da política e da sociedade são disputados. Afirmamos aqui que os movimentos engendrados por elas nos últimos anos representam novas formas de fazer política, pois inserem outras práticas nos espaços da política institucional (RODRIGUES; ABREU, 2018).

A Ciência Política é uma disciplina que integra a área das ciências humanas, porém as pesquisas que utilizam a dimensão racial e de gênero como elementos centrais na compreensão das desigualdades presentes na sociedade brasileira são ainda incipientes, ainda que a realidade social deixe explícita as péssimas condições a que negras e negros estão submetidos (IBGE, 2019). Nas palavras da filósofa e ativista Sueli Carneiro, “raça informa classe no Brasil” e, portanto, deve ter sua relevância considerada nas análises que pretendem compreender as relações de poder e dominação vigentes na sociedade

brasileira. É com esse intuito que realizamos esse trabalho, o qual tem como proposta problematizar a (sub)representação de mulheres negras no estado do Rio Grande do Sul e, mais especificamente, no município de Pelotas, a partir dos trabalhos oriundos das teorias formuladas por intelectuais negras.

Métodos de pesquisa

Este trabalho é descritivo e ancorado na abordagem qualitativa (MINAYO, 2015), situado dentro do tema de raça e gênero. Partimos do pressuposto de que a análise sobre a (quase) ausência das mulheres negras nos espaços de poder não pode estar separada da compreensão sobre as estratégias que, historicamente, têm sido forjadas por elas para enfrentar as desigualdades que afetam suas vidas, tais como a organização e liderança que exercem dentro dos movimentos sociais negro e feminista (CARNEIRO, 2003). Os dados utilizados aqui foram extraídos do repositório institucional do Tribunal Superior Eleitoral.

De 2018 até aqui: demandas por representação

Pode-se dizer que a percepção de que há obstáculos que afastam as mulheres negras dos espaços de poder já estava presente no debate das gerações anteriores dos movimentos de mulheres negras

As críticas que apontam a sub-representação e que reivindicam a inserção de mulheres negras na política institucional passaram a fazer parte do debate público nos últimos anos, de modo que em 2018 essa questão se tornou mais visível e se torna ainda mais evidente na atualidade, uma vez que esse grupo compõe mais de 28% da população brasileira e que não consegue ultrapassar a marca de 2% da composição do congresso, por exemplo (RIOS; RANGEL, 2017).

Nesse sentido, quando lançamos olhar para a vida das mulheres negras, em um primeiro momento nos encontramos com a expressão cunhada por Gonzalez (1984): mulheres negras “estão jogadas na

lata de lixo da sociedade”. Em nosso entendimento, ao enfrentar essas desigualdades, as mulheres negras saem da lata de lixo e passam a atuar na denúncia dos efeitos do sexismo e do racismo em suas vidas, pois que tensionam a sociedade e demandam políticas por parte do Estado, a partir de diversas estratégias de atuação política, ancoradas em um projeto de transformação radical da sociedade.

Assim, para travar debate sobre a participação política das mulheres negras, se faz necessário ter uma leitura atenta, daqueles estudos que se destinam a apontar as diversas formas que as mulheres negras têm criado ao longo da história para lutar pela garantia dos seus direitos, de modo que parte-se da compreensão de que, historicamente, as mulheres negras, em sua diversidade, têm atuado na denúncia e no enfrentamento às diversas violências que lhes atingem, como apontam (DAVIS, 2016; COLLINS, 2019). No caso brasileiro, é importante destacar que as experiências da luta das mulheres negras remontam aos anos 80, momento em que foram criadas as primeiras associações compostas exclusivamente por mulheres negras, conforme aponta a dissertação de Moreira (2007).

Os feitos desse passado violento são visíveis na atualidade, de maneira que a população negra está majoritariamente nas estatísticas sobre violência, conforme dados recentes. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020 expõe dados referentes a essa questão: a população carcerária é composta majoritariamente por negros (66,7%); assim como compõem a maior parte das vítimas das abordagens policiais (79,1%). O mesmo documento ainda traz o dado sobre o feminicídio: 66,6% das vítimas são mulheres negras. Ainda, no que refere à violência contra crianças e adolescentes, as negras são 75 % das vítimas. Esses dados expõem os efeitos das desigualdades existentes na sociedade brasileira e que afetam de formas diferentes as mulheres de acordo com os distintos marcadores sociais: de classe, raça, etnia, faixa etária e orientação sexual.

O caso de Pelotas: um município marcado pela resistência dos povos negros

Pelotas é a quarta maior cidade do Rio Grande do Sul, com população estimada em 343.826 pessoas, conforme projeção do IBGE para o presente ano. Dessa população, cerca de 53% são mulheres. Ao longo da história, nos pleitos municipais ocorridos em Pelotas, 14 mulheres foram eleitas ao cargo de vereadora e uma ao cargo de prefeita. Dentre as eleitas, somente uma mulher negra foi eleita pelo voto direto, em 2016, o que representa 7,14% do total de candidatas eleitas até aqui. Esses dados expressam a sub-representação existente no município.

Esse município é marcado pela presença de organizações negras no município, tais como aquelas que compõem o movimento negro e religiões de matriz africana (ÁVILA; 2011); as que constituíram a imprensa negra no pós-abolição (OLIVEIRA; 2017), bem como aquelas que tratavam da dimensão do associativismo negro (LONER; 2009). A ocorrência das marchas da consciência negra e dos protestos que denunciam o racismo no município, juntamente com os diversos grupos que atuam nos campos da arte, literatura, dança e outras expressões culturais denotam a expressividade da atuação dos movimentos negros em Pelotas.

Contudo, embora a presença dos movimentos negros seja expressiva em Pelotas, esse segmento social está sub-representado na política institucional, inclusive quando lançamos olhar para o marcador de gênero.

Eleições de 2020 em Pelotas: raça, gênero e sub-representação

Em 2020 o pleito foi bastante distinto, por ocorrer em um contexto pandêmico, o qual acirrou as desigualdades de raça, gênero e etnia

(FIOCRUZ, 2020). Essa condição gerou efeitos na construção das campanhas, uma vez que o distanciamento social imposto pelas autoridades da área da saúde resultou na diminuição dos contatos sociais. Em Pelotas, durante o curto período de campanha, era visível a redução de público nas atividades de rua promovidas pelas candidaturas.

A consulta feita ao Tribunal Superior Eleitoral pela deputada federal Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), uma das principais lideranças políticas do Brasil foi um fator importante, pois que impulsionou uma maior distribuição de recursos financeiros e tempo de televisão para mulheres negras e homens negros nas eleições de 2020. Em um país onde o perfil da maioria dos vereadores eleitos ainda é representado por homem branco, heterossexual, escolarizado e com idade média de 45 anos, a resposta positiva recebida a partir daquela consulta foi bastante significativa.

Quanto ao marcador de raça dos candidatos, o pleito de 2020, por duas candidaturas que concorreram à eleição majoritária foram balizadoras do debate racial: a chapa composta por Júlio Domingues e por Daniela Brizolara, que concorreram à eleição pelo Partido Socialismo e Liberdade, foi a primeira composta por dois negros na história da cidade. Além dessa, a chapa de oposição que foi para o segundo turno, do Partido dos Trabalhadores, liderada por Ivan Duarte trouxe como candidata Iyá Sandrali, yalorixá e ativista antirracista de longa trajetória no movimento negro. O debate sobre raça foi tão expressivo que até mesmo a chapa de situação, a qual saiu vencedora no segundo turno, inseriu o tema em seus programas eleitorais.

A eleição de 2020 foi fortemente marcada pelos efeitos da pandemia e também pelos reflexos da reforma eleitoral: não teve coligações nas votações proporcionais, o que também ocasionou o aumento do número de candidatos. Das 140 mulheres que se candidataram em Pelotas, 36 eram autodeclaradas pretas ou pardas, o que representa 25,71% do total das candidaturas. Dessas, nenhuma se elegeu.

Em relação à eleição anterior, é perceptível o aumento no recurso destinado ao financiamento das suas campanhas – embora ainda seja menor em comparação ao obtido pelas demais candidaturas.

Considerações finais

O presente trabalho se constituiu enquanto um ensaio, de modo que buscou-se fazer uma leitura das eleições de 2020 em Pelotas, com centralidade para as categorias de raça e gênero. Enfatizamos a importância de que sejam realizados mais trabalhos que examinem essas questões, as quais qualificam e aprofundam a discussão acerca da democracia no Brasil.

Ainda que este trabalho represente um primeiro exercício, os primeiros resultados obtidos a partir do levantamento dos dados e das bibliografias basilares para o desenvolvimento do empreendimento intelectual apontado aqui indicam dois elementos fundamentais para entender a participação das mulheres negras e a relação da raça com a representação política: primeiro, que as mulheres negras têm forjado diversas formas de atuar em busca da efetivação dos seus direitos ao longo da história; segundo, que os ainda incipientes estudos sobre raça e representação na ciência política evidenciam a existência de sub-representação de negros e negras nos espaços de poder.

Referências

ÁVILA, Carla Silva de. *A Princesa Batuqueira: Etnografia sobre a interface entre religião e política no movimento negro em Pelotas*, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UFPEL: 2011.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. *Raça e Eleições no Brasil*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2020.

CAMPOS, Luiz Augusto. *Raça e Gênero nas Eleições de 2020: avanços e desafios*. Ficha Técnica da Friedrich-Ebert-Stiftung. 2021.

CARDOSO, Cláudia Pons. Por uma Epistemologia Feminista Negra do Sul: experiências de mulheres negras e o feminismo negro no Brasil. In: 11º FAZENDO GÊNERO. *Anais...* 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499452943_

- ARQUIVO_simposiotextofazendogenero13.pdf. Acesso em: 30 set. 2021
- CARNEIRO, Sueli Carneiro. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* [online]. v. 17, n. 492003, pp. 117-133. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 06 out. 2021.
- CARNEIRO, Sueli. Raça informa classe no Brasil. *Revista Cult.* n. 223, 2017. (Entrevista).
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. Angela Davis: “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela. *Jornal El País Brasil*. 2017. (Entrevista). Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 06 out.2021.
- FIGUEIREDO, Ângela; GROSFUGUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 36-41, jun. 2007. São Paulo, v. 59, n. 2, pág. 36-41, junho de 2007. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252007000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 out. 2021.
- FIOCRUZ. *Observatório social da Covid-19*. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/genero-e-covid-19>. Acesso em: 08 out. 2021.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- IBGE. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>. Acesso em: 08 out. 2021.
- LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos. *RS Negro: cartografias sobre a produção de conhecimentos*. EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivres/livros/rsnegro.pdf>. Acesso em: 08 out. 2021.
- LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle. *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Oralituras, 2021.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Sueli Ferreira. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2015. 108p.
- MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo..* Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em

Sociologia. Universidade Estadual de Campinas. 2007.120 f.

PEREIRA, Wescrey Portes. Raça e Eleições: os obstáculos à ascensão política de vereadores negros no Rio de Janeiro. *In: 2º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Anais...* 2018.

RIOS, Flávia Mateus. *Elite política negra no Brasil: Relação entre movimento social, partidos políticos e estado*. (Tese doutorado), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-04022015-124000/pt-br.php>. Acesso em: 08 out. 2021.

RIOS, Flavia; PEREIRA, Ana Claudia; RANGEL, Patrícia. Paradoxo da igualdade: gênero, raça e democracia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 39-44, mar. 2017. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252017000100015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 out. 2021.

RODRIGUES, Cristiano; ABREU, Mariana Sales de. “MARIELLE VIROU SEMENTE”: a eleição de Áurea Carolina e Talíria Petrone como resistência às violências sofridas por corpos de mulheres negras. *In: VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA. Anais...* 1-22, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT5/gt5_Rodrigues_Abreu.pdf. Acesso em: 05 out. 2021.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/172963>. Acesso em: 01 out. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. *Estatísticas Eleitorais*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>. Acesso em: 22 mar. 2021.

REIS, Ana Paula *et al.* Desigualdades de gênero e raça na pandemia de Covid-19 no Brasil: implicações para o controle no Brasil. *Saúde em Debate* [online], v. 44, n.4, pp. 324-340. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E423>. Acesso em: 03 mar. 2021.

Todos os direitos desta edição reservados às organizadoras.

Edição

Débora Luciene Porto

Revisão e Projeto Gráfico

Editora Polifonia

Arte da capa

Pâmela Fogaça e Julia Pema

Conselho Editorial

Letícia Núñez Almeida (Universidad de la República Uruguay)

Luciana Ballestrin (Universidade Federal de Pelotas)

María Almudena Cabezas Gonzalez (Universidad Complutense de Madrid)

Maria Catarina Chitolina Zanini (Universidade Federal de Santa Maria)

Rayza Sarmento (Universidade Federal do Pará)

Teresa Marques (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Texto revisado segundo o Novo Acordo da Língua Portuguesa,
ABNT NBR 10520/2002 e ABNT NBR 6023/2018.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F935 Fronteiras feministas na pandemia: diálogo Brasil – Uruguai /2021 / organizadoras Rosangela Schulz; Maria Lúcia Moritz; Vanessa Marx. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Polifonia, 2022.

(Coleção Estudos Feministas)

170p. ; 15,5X22,5cm. - ISBN: 978-65-87420-12-7

1. Ciências Políticas. 2. Fronteira. 3. Feminismo. 4. Brasil. 5. Uruguai. 6. Pandemia - COVID-19. I. Schulz, Rosangela (Organizadora). II. Moritz, Maria Lúcia (Organizadora). III. Marx, Vanessa (Organizadora). IV. Título.

CDD 301

Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

A Editora Polifonia (www.editorapolifonia.com.br) não se responsabiliza civil ou criminalmente pelas opiniões expressas nos artigos.

Obra composta pela Editora Polifonia em Minion Pro 12/16.



Cotidiano
MUJER



Financiamento:

